

FOLHA DE S. PAULO

Penas contra juízes têm de pegar o bolso, diz Calmon

26 NOV 2011

Corregedora afirma que punições a magistrados devem incluir multas

Ela afirmou ontem que é preciso atualizar a Lei Orgânica da Magistratura, que regulamenta as penas

A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) Eliana Calmon afirmou que as penas contra juízes envolvidos em corrupção "têm de mexer no bolso" deles.

Segundo a corregedora, as penalidades devem incluir multas e a devolução de valores que forem obtidos pelos juízes com a venda de sentenças ou outros atos ilegais.

Calmon defendeu a reformulação das punições para magistrados após o encerramento da reunião anual da Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) ontem em Bento Gonçalves (RS).

Fazem parte da Enccla mais de 60 instituições do Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil, entre eles o CNJ.

Recentemente Calmon iniciou polêmica que envolveu o presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Cezar Peluso, depois de dizer que o Judiciário tem infiltração de "bandidos escondidos atrás da toga".

A corregedora afirmou ontem que é preciso atualizar a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que regulamenta as penas contra os juízes.

A lei foi elaborada em 1979 e está defasada em relação à Constituição de 1988, de acordo com Calmon.

Ela lembrou que atualmente a pena máxima prevista é a aposentadoria compulsória. "Hoje em dia, aposentadoria não é mais punição."

Calmon criticou a demora do STF em preparar o anteprojeto da nova Loman.

Para a corregedora, "a Loman tem de sair com sanções novas, inclusive pecuniárias. Têm de mexer no bolso, como faz a lei de improbidade".

Para ela, as penas contra os magistrados devem ser usadas para repor o que "se pegou dos cofres públicos".

"Se há um patrimônio incompatível com a renda, com a suspeita de receber um valor 'x' em um processo, devolva", afirmou a corregedora sobre a venda de sentenças.

Ao comentar a investigação do CNJ sobre a evolução patrimonial de 62 magistrados sob suspeita, revelada pelo **Folha** na edição do último domingo, ela disse: "Tenho certeza de que nesta semana eu deixei muito desembargador sem dormir direito".

“Hoje em dia aposentadoria não é mais punição

Tenho certeza que nesta semana eu deixei muito desembargador sem dormir direito

ELIANA CALMON
corregedora do CNJ

FOLHA DE S. PAULO

Conselho do Ministério Público vai gastar R\$ 73 milhões em sua sede

26 NOV 2011

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) vai abrir licitação para a construção de sede própria, em Brasília, uma obra calculada em R\$ 73 milhões.

O prédio de cinco pavimentos — com dois andares e três subsolos — ocupará uma área de 39 mil metros quadrados, equivalente à do metrô da praça da Sé, em São Paulo.

Criado em 2004 para exercer o controle externo do Ministério Público em todo o país, o Conselho Nacional do Ministério Público é uma espécie de primo pobre do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que tem um orçamento superior e funciona no Supremo Tribunal Federal.

PROJETO DO EXÉRCITO

O terreno da nova sede do CNMP foi cedido pelo Ministério Público do Trabalho. Fica na área central de Brasília, no setor de Embaixadas Norte. O projeto básico foi elaborado pelo Exército, mediante termo de cooperação.

Para custear a obra, R\$ 5 milhões estão incluídos no orçamento deste ano e outros R\$ 12 milhões no de 2012. O restante está programado no Plano Plurianual até 2015.

Trabalham no CNMP 292 servidores, 40 estagiários e 108 prestadores de serviços.

Está prevista a nomeação de mais 100 servidores em 2012.

“O espaço ocupado pelo conselho, que já era insuficiente, tornou-se impraticável”, afirma o secretário-executivo do CNMP, procurador José Adércio Leite Sampaio.

Atualmente, o CNMP funciona em dois locais. Ocupa três blocos alugados por R\$ 108,8 mil mensais no Edifício Terracota, no Lago Sul, área mais sofisticada de Brasília.

Ali estão os gabinetes dos 14 conselheiros. O setor administrativo fica a cerca de 10 quilômetros, em um prédio emprestado pelo Ministério Público Federal.

“A divisão em duas sedes é onerosa para o órgão, atrapalha o andamento de processos administrativos, prejudica a eficiência do trabalho e gera custos de transportes”, afirma Leite Sampaio.

Órgãos querem ficha-limpa para comissionados

As entidades reunidas no encontro da Enccla aprovaram ontem recomendação para que os órgãos dos três poderes adotem os requisitos da Lei da Ficha Limpa para o preenchimento de cargos comissionados.

A orientação poderá ser disseminada rapidamente na administração pública, de acordo com os organizadores do encontro.

Aprovada em 2010 pelo Congresso, a Lei da Ficha Limpa barra a candidatura de políticos que tenham sido condenados em segunda instância por tribunais colegiados, entre outras proibições.

Segundo o desembargador Fausto Martin De Sanctis, um dos defensores da proposta na Enccla, a ideia “representa uma vontade da sociedade de que os ‘fichas-suja’ não tenham espaço na administração pública”.

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador resiste a blitz e vai para delegacia

Magistrado foi parado na madrugada de ontem em fiscalização da Lei Seca, no Rio

Após ter seu carro oficial parado na madrugada de ontem por agentes de uma blitz da Lei Seca em Copacabana, zona sul do Rio, o desembargador Cairo Ítalo França David, do Tribunal de Justiça do Estado, deu voz de prisão a um tenente da Polícia Militar.

A informação foi divulgada pelo governo do Estado do Rio. A **Folha** não conseguiu localizar o desembargador.

Segundo o governo, responsável pelas blitzes da Lei Seca, David teria alegado que, por ser uma autoridade, não deveria ser fiscalizado.

Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, David não foi ontem e não atendeu as ligações feitas para seu telefone.

O carro onde estava o desembargador da 5ª Câmara Criminal era dirigido por Tarciso dos Santos Machado. Ao ser parado pelos policiais, o motorista, segundo o governo, se recusou a parar na baía de abordagem a fazer o teste do bafômetro e a entregar os documentos do carro.

O desembargador teria então dito aos agentes que não deveria ser fiscalizado e deu voz de prisão para um dos integrantes da operação.

Após a discussão, o magistrado, seu motorista e o tenente da PM foram para a delegacia, em Ipanema.

Depois de ouvir as declarações, o delegado Sandro Caldeira concluiu que não houve abuso de autoridade por parte dos agentes da operação e liberou o policial.

O carro do magistrado foi rebocado, e o motorista foi multado por se recusar a fazer o teste e a entregar os documentos.

26 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça bloqueia bens de Kassab e de empresários

26 NOV 2011

Ação aponta irregularidade na inspeção veicular; prefeitura diz que vai recorrer

A Justiça de SP determinou o sequestro dos bens do prefeito Gilberto Kassab, do secretário Eduardo Jorge (Verde) e de empresas e empresários ligados à Controlar, responsável pela inspeção veicular na capital.

A ação decorre de indícios de irregularidades no contrato e visa garantir eventual ressarcimento a motoristas e aos cofres públicos num valor de R\$ 1 bilhão.

O pedido para afastar o prefeito não foi acatado.

Kassab —que está em Paris— e Eduardo Jorge não se pronunciaram. Em nota, a prefeitura disse que tomará as medidas judiciais que julgar oportunas e que o contrato seguiu “rigorosamente a legislação”.

CONTINUA

Prefeito fica no cargo, mas terá 26 NOV 2011 de fazer concorrência em 90 dias

Kassab, Eduardo Jorge e empresários acusados
afirmam que vão recorrer da decisão

Juiz vê 'vícios graves' em contrato assinado por Maluf em 1996 e executado pela atual administração

A Justiça determinou ontem o bloqueio dos bens do prefeito Gilberto Kassab (PSD), do secretário do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, e de empresas e empresários ligados à Controlar, responsável pela inspeção veicular na cidade de São Paulo.

Determinou ainda que a prefeitura abra uma licitação, em 90 dias, para a contratação de uma nova empresa para a fazer o serviço por haver graves indícios de irregularidades no contrato atual.

Em nota oficial, a prefeitura afirmou que vai recorrer.

"O cumprimento integral do contrato constitui uma temeridade, por serem muito graves os vícios acima elencados, daí merecer o reconhecimento da nulidade da manutenção e execução do contrato", diz trecho da decisão do juiz Domingos de Siqueira Frascino, da 11ª Vara da Fazenda Pública da capital.

O magistrado não acatou, porém, o pedido do Ministério Público Estadual para o afastamento de Kassab da prefeitura e, ainda, a suspensão imediata da inspeção feita hoje pela Controlar.

Sobre o prefeito, o juiz diz não ver necessidade do afastamento dele do cargo porque o processo se baseia em documentos e não há como Kassab interferir na investigação em seu próprio benefício.

"Não cabe suspender a prestação do serviço, por significar relevante instrumento de controle de poluição ambiental, com evidentes benefícios à saúde de todos os que circulam por este município, e com significativos ganhos de eficiência no consumo de combustíveis", diz o magistrado noutro trecho.

Essa ação contra Kassab, Jorge e empresas e empresários ligados à Controlar foi apresentada anteontem à Justiça pelos promotores Roberto Antonio de Almeida Costa e Marcelo Duarte Daneluzzi.

O bloqueio de bens dos acusados, num total de R\$ 1 bilhão, visa garantir um eventual ressarcimento aos motoristas e à prefeitura, supostamente lesados pela Controlar e pelos agentes públicos.

Esse valor, calculado pela Promotoria, inclui ainda multas e indenizações por danos morais aos condutores.

Os bens de Kassab, segundo declaração apresentada à Justiça Eleitoral em 2008, era avaliada em R\$ 5 milhões, entre imóvel, veículos e cotas de

empresas. Jorge, por sua vez, apresentou em 2005 uma declaração, sem valor estipulado, com duas casas, três veículos e aplicações bancárias.

Para o Ministério Público, o contrato está repleto de irregularidades. Primeiro, porque ele é de 1995 — na época de Paulo Maluf — e estava suspenso havia mais de dez anos. Não podia, segundo os promotores, ser ressuscitado na base da "canetada".

Além disso, a empresa nunca comprovou ter capacidade financeira nem técnica para executar o serviço e foi condenada, em primeira e segunda instância, por improbidade nesse mesmo processo.

Utilizava serviços públicos para implantação de centros de inspeção, contrariando previsão contratual.

Em 2007, contrariando pareceres do próprio município, ressuscitou o contrato. Para os promotores, Kassab esqueceu o interesse público em benefício da Controlar porque entre seus acionistas estão seus doadores de campanha.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Tucano está preso por inspeção no Rio Grande do Norte

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte negou pedido de habeas corpus para o suplente de senador João Faustino (PSDB), preso desde a véspera na operação Sinal Fechado, que investiga fraudes em contrato de inspeção veicular no Estado.

Faustino, que é suplente do líder do DEM no Senado, José Agripino, chegou a assumir o mandato na Casa por dois meses em 2010, quando era suplente do ministro Garibaldi Alves (Previdência).

Ele também foi secretário-adjunto de Aloysio Nunes Ferreira na Casa Civil no governo José Serra de 2007 a 2009, e assessor da Presidência da República no governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao negar o habeas corpus, o desembargador substituto Herval Sampaio afirmou que "parece imprescindível para as investigações que os pacientes continuem presos".

Também foi negado pedido da defesa para que ele cumprisse prisão domiciliar, pelo fato de ter 70 anos e sofrer de problemas cardíacos.

Segundo o Ministério Público Estadual, há provas de que Faustino "teria recebido promessa de vantagem indevida através de cotas de participação nos futuros lucros" do Consórcio Inspat, que operava a inspeção veicular.

Sua atuação seria para manter o contrato, assinado no governo Wilma Faria (PSB), na gestão de Rosalba Ciarlini (DEM). Mas a governadora rompeu o contrato no início de seu mandato.

Também são investigados na operação os ex-governadores Iberê Ferreira (PSB), em cuja casa a polícia realizou busca e apreensão, e Wilma. Ambos negam envolvimento e não tiveram prisão pedida.

Prefeitura diz que tomará medidas judiciais cabíveis

A **Folha** questionou o governo municipal, ponto a ponto, sobre as irregularidades apontadas pelo Ministério Público, mas a prefeitura emitiu apenas uma nota na qual defende o contrato.

Na nota, emitida pela Secretaria de Comunicação, a prefeitura informa que "tomará as medidas judiciais que julgar oportunas", que o contrato "seguiu rigorosamente a legislação" e que a implantação da inspeção foi "totalmente transparente".

O prefeito Gilberto Kassab (PSD), que está em Paris, não se pronunciou. A **Folha** não conseguiu contato com ele por meio de seu celular. O secretário Eduardo Jorge também não quis comentar.

Em 2007, quando retomou o contrato com a Controlar, Kassab defendeu a legalidade, dizendo que o acordo, apesar de ter dez anos, não havia caducado, pois estava apenas "suspensa".

Disse ainda que a exigência de capital social de R\$ 30 milhões —levantada na ação pela Promotoria— dizia respeito aos acionistas e não à Controlar. Afirmou também que a empresa não precisava manter um técnico capacitado com a inspeção suspensa.

Também em nota, a Controlar defendeu o contrato e o serviço prestado e se disse "surpreendida" pela decisão. Afirmou que lutará pelos seus direitos e que "provará judicialmente que a decisão não é compatível com os fatos e documentos apresentados".

AB 601
quanto custa a
inspeção para
Promotoria valor
de R\$ 21,987

R\$ 61,98
quanto custa a
inspeção para
Promotoria valor
de R\$ 21,987

3,1111
varejo para
inspeção para
de R\$ 21,987

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PAINEL

26 NOV 2011

Conexão potiguar

Alvo de ação do Ministério Público paulista por suspeita de irregularidades na inspeção veicular, Gilberto Kassab é citado também nos autos da operação Sinal Fechado, do Rio Grande do Norte, que resultou ontem em 12 prisões relacionadas a um esquema bilionário de desvio de recursos no Detran. Lá também a inspeção aparece entre os serviços fraudados.

Em conversas telefônicas de maio deste ano captadas com autorização judicial, o lobista Alcides Fernandes Barbosa, um dos detidos, diz negociar com o prefeito paulistano o afastamento da Controlar, concessionária do serviço na capital, de licitação congênere no RN.

Sabe com quem... Em um dos telefonemas, quando lhe perguntam se poderia ser identificado como uma pessoa que "tem ligação com Kassab", Alcides responde: "Não precisa, mas pode dizer que é um cara que já trabalhou com o Kassab quando ele foi secretário do Pitta. E pede que não deixe isso vaziar para ninguém".

...está falando? Segundo os promotores, Alcides ligou em 25 de maio para o gabinete de Kassab, identificando-se como "a pessoa que tem a concessão da inspeção veicular no Rio Grande do Norte". No dia seguinte, o lobista disse a um interlocutor que conseguira falar com o prefeito e que a conversa fora "muito boa".

Q.I. Quem viu de perto a articulação que colocou João Faustino, preso na operação Sinal Fechado, na suplência do senador José Agripino (DEM-RN) afirma: José Serra trabalhou intensamente para que isso ocorresse.

Segue preso Em liminar, foi negado ontem o pedido de habeas corpus de Faustino.

FOLHA DE S. PAULO

Mutirão libera 21 mil presos ilegalmente

Muitos já tinham cumprido toda a pena e outros estavam detidos sem que tenham cometido qualquer ato criminoso

Banco de dados com lista de mandados de prisão de todo o país estará na internet em janeiro, afirma CNJ

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) divulgou ontem que 21 mil pessoas ilegalmente presas foram libertadas desde 2010 em todo o país.

Muitos já tinham cumprido a pena ou estavam presos por um fato não criminoso.

Os números são do balanço deste ano do Mutirão Carcerário, programa que desde 2008 faz a revisão dos processos e a inspeção de prisões.

Além das libertações, foram concedidos 41 mil benefícios a que os presos tinham direito, como progressão para regimes semiabertos.

O ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ, criticou a situação prisional no país e apontou os principais problemas encontrados pelo programa: superlotação, denúncias de tortura, péssimas condições de higiene e precariedade nas instalações físicas.

Peluso elogiou, com ressalvas, o repasse de R\$ 1,1 bilhão aos Estados para a construção de mais prisões. "A destinação do recurso em si é um fato que merece louvor, mas não será suficiente se o sistema não se aperfeiçoar."

Para ele, é preciso que o repasse seja do Fundo Nacional Penitenciário (FunPen) para os fundos estaduais.

O CNJ anunciou também que em janeiro de 2012 será implantado um banco de dados público na internet que reunirá todos os mandados de prisão expedidos no país.

Serão publicados o nome do acusado, seus dados pessoais e até a sua foto.

Para Peluso, o sistema tornará mais simples e acessível o acompanhamento dos prazos da prisão do condenado, o que facilitaria a concessão de benefícios ou liberdade.

MENOS IMPUNIDADE

O advogado criminalista e professor de processo penal da USP Maurício Zanoide de Moraes, aprova a criação do cadastro por acreditar que um registro nacional pode diminuir a impunidade.

Ele acredita, porém, que a exposição dos dados "precisa ser bem pensada". "Há o risco de prejudicar as pessoas e afetar seu direito de personalidade, porque pode ser que existam homônimos. Imagina se os dados vão parar em uma rede social?"

Ele não acredita que o cadastro vá alterar o acompanhamento dos prazos da prisão. "Se tem uma conta que o preso sabe fazer é essa [do fim da pena]. A questão é ter o direito de sair naquele dia, porque não há defensores o suficiente para pedir a soltura e porque o Judiciário é lento na execução penal."

26 NOV 2011

**MUTIRÃO
CARCERÁRIO**

PRESOS ILEGAIS

21 mil

foram libertados em 2010

BENEFÍCIOS

41 mil

foram concedidos

REPASSE

R\$ 1,1 bi

vai para construir prisões

26 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Presidente da OAB é acusado de advogar contra o Estado do Pará

Escritório de Ophir Cavalcante prestou serviço contra Instituto

O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante, é acusado de advogar contra o Estado do Pará, do qual é procurador licenciado.

A acusação se baseia no fato de que o escritório de advocacia de Ophir prestou serviços jurídicos contra o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Pará.

Ele atribui o ataque a uma tentativa de retaliação.

A Associação de Procuradores do Pará afirma que não há impedimento em advogar contra um órgão da administração pública indireta que possua autonomia financeira e administrativa.

O caso é objeto de representação protocolada na semana passada no Ministério Público do Pará por um grupo insatisfeito com o presidente nacional da OAB.

A briga começou em outubro, após a OAB decretar intervenção na seccional do Pará por supostas irregularida-

des na venda de terreno.

Com a intervenção, o presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos, foi afastado.

Um dos autores da representação contra Ophir é Eduardo Imbiriba, conselheiro da seccional paraense.

Ele entrou com uma ação na Justiça, há duas semanas, afirmando ser ilegal a licença remunerada que Ophir mantém há 13 anos. A ação pede a devolução de R\$ 1,5

milhão aos cofres públicos.

"As acusações são [...] fruto de retaliação do presidente afastado da OAB-PA e de seus prepostos", diz Ophir.

O escritório de advocacia de Ophir Cavalcante defendeu a empresa AGF Seguros em uma ação movida em 2003 pelo Instituto de Previdência da Assembleia.

O instituto, na ação, pede que a seguradora realize o pagamento de indenizações devidas. Em 2008, um acordo foi firmado entre as partes e o pagamento foi efetuado.

Imbiriba afirma que, ao ir contra o instituto, Ophir atuou contra a Fazenda Pública do Estado do Pará.

"Não existe impedimento quando o órgão possui personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira", afirmou à **Folha** o presidente da Associação de Procuradores do Estado do Pará, Antônio Bernardes Filho. Ele ressaltou que falava sobre o assunto em tese, sem examinar o caso concreto.

“As acusações são improcedentes e levianas e fruto de retaliação do presidente afastado da OAB-PA e de seus prepostos, em razão da intervenção determinada pelo conselho federal

OPHIR CAVALCANTE
presidente nacional da OAB

FOLHA DE S. PAULO

Direito da igualdade ofendido

WALTER CENEVIVA

Reconhecer que a igualdade jurídica não é absoluta é diametralmente diverso de aceitar excessos

26 NOV 2011

TEM SIDO frequente, nos meios de comunicação social, a avaliação desfavorável de segmentos da administração pública —no sentido amplo em que são enunciados no art. 37 da Constituição. Desfavorável sempre que servidores ou agentes públicos recebem vantagens de entes privados, que a imensa maioria do povo nem compreende nem obtém.

Em tempos mais recentes, o Poder Executivo, que às vezes era poupado, entrou na berlinda, com “esquecimentos” e “hesitações” inviáveis ou inacreditáveis de componentes seus. Os integrantes do Legislativo, nos três níveis de governo, eram os frequentadores mais constantes das críticas. Nestes dias, o Poder Judiciário parece o escolhido como a bola da vez. Como ocultar as dezenas de acusados de terem participado em condutas delituosas por magistrados não identificados que incluem em suas funções a condenação de delinquentes?

No Executivo, os escândalos vieram por atacado, como o caso das “caronas” que figuras da política aceitaram em jatinhos de poderosos, com a “vantagem” de se livrarem de passageiros comuns, até dizendo que não sabiam quem era o dono do avião. Tomados em conjunto, ofendem a cabeça do art. 5º da Carta Magna que começa dizendo: “Todos são iguais perante a lei”. Embora se compreenda que a igualdade absoluta é impossível, os excessos noticiados são inaceitáveis. Essas práticas diárias não são compatíveis com a igualdade de todos.

O privilégio de Luiz Inácio Lula da

Silva, no seu tratamento de saúde, mereceu destaque. Todavia, cabe lembrar que todos os ex-presidentes da República têm direito próprio, individual, de vantagens especiais, à vista do cargo que ocuparam, com as garantias que lhes são atribuídas, situação comum em muitos países. Lula mostra que a igualdade legal não é dado absoluto, mas ajustado à circunstância —com interpretação restritiva— de momentos diversos da vida do servidor público.

O princípio da igualdade só admite alternativas muito restritas. A severidade conceitual foi solapada, para mais além do aceitável. Os “especialistas” começaram fruindo pequenas vantagens; depois médias vantagens. Quando chegaram às grandes vantagens, estas passaram a ser exigidas como coisa natural. A inconsciência moral do erro foi estimulada pelo curso do tempo. O que pareceu normal transformou-se em direito. Não deve ser assim. O dinheiro público é público porque é de todos.

A igualdade é norma básica no direito de cada cidadão. A admissão do limitado grupo de exceções não pode ser cínico expediente facilitador da crise dos costumes. Reconhecer que a igualdade jurídica não é absoluta é diametralmente diverso de aceitar os excessos que temos visto.

Será bom que a retomada dos costumes sadios seja viabilizada e implantada, a contar do respeito pelos interesses da administração, que são os do povo. A persistência das

distâncias sociais é o estímulo vigoroso para a difusão da ilegalidade crescente e não punida. Falta ética legal retratada no brocardo sem vergonha: “Haja moralidade ou comamos todos”. Espalhada no povo a convicção de que só o corrupto triunfa e progride com seus apaniguados, a base da sociedade equilibrada se enfraquece e se destrói. O direito balança. O tecido social se rompe. Sem salvação.

FOLHA DE S. PAULO

Ziraldo é 26 NOV 2011 condenado no PR por estelionato

**Cartunista registrou logomarca que
havia cedido para festival de humor**

**Pena é de pouco mais
de dois anos de prisão,
mas foi revertida em
prestação de serviço
à comunidade e multa**

O cartunista Ziraldo, criador do personagem "Menino Maluquinho", foi condenado pela Justiça Federal no Paraná a dois anos, dois meses e 20 dias de prisão e pagamento de uma multa no valor de R\$ 87.360 por estelionato.

Em 2003, Ziraldo foi presidente de honra do 1º Festival Internacional de Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu. Na ocasião, ele recebeu R\$ 75 mil para criar a logomarca do evento —dando a garantia de ceder de maneira perpétua o uso da identidade visual à fundação ligada à Prefeitura de Foz do Iguaçu, responsável pelo festival, para uso nas demais edições.

Como, um ano depois, Ziraldo registrou a marca no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), o juiz federal Mateus de Freitas Cavalcanti Costa entendeu que houve crime.

O juiz federal substituto Mateus de Freitas Cavalcanti Costa trocou a sentença por prestação de serviço à comunidade e pagamento de um salário mínimo mensal pelo período da liberdade restrita.

Para o advogado e sobrinho do cartunista Carlos Teixeira, o desenho sempre foi de uso exclusivo do festival. "A sentença não aponta qual foi o uso indevido do cartaz e qual foi o prejuízo causado à fundação", diz.

No processo, Ziraldo disse que "não agiu com intuito de obter vantagem alguma e se pautou a fim de proteger os direitos da cessionária".

FOLHA DE S. PAULO

Crianças trocadas em hospital são devolvidas

26 NOV 2011

DNA comprovou o erro de maternidade do PR

Duas famílias de Curitiba destrocaram, na última quarta-feira, bebês que haviam sido confundidos na maternidade. As crianças nasceram há quase dois meses, com meia hora de diferença, e tiveram as pulseirinhas trocadas pelo hospital.

As duas meninas, que são os primeiros bebês de ambas as famílias, nasceram em 3 de outubro, no Centro Médico Comunitário do Bairro Novo, maternidade municipal administrada pelo Hospital Evangélico de Curitiba.

Segundo a maternidade, uma enfermeira suspeitou da troca e avisou o médico. O hospital informou as famílias e providenciou um exame de DNA para checar a identidade das crianças.

Mesmo com a suspeita, as mães preferiram levar os bebês para casa. "Eles avisaram que a fita estava trocada. Mas eu vim para casa na certeza de que a filha era minha", diz uma das mães, de 31 anos.

Quando o exame de DNA ficou pronto e mostrou que as crianças haviam sido trocadas, quase um mês depois, as mães resistiram à troca e pediram outro exame. Só após o segundo teste é que os bebês foram destrocados.

A família pretende processar a unidade. A maternidade afirma que os pais foram comunicados sobre o fato desde o início e que deu todo o suporte necessário.

26 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ex-reitor da UnB é inocentado de acusação de improbidade

DE BRASÍLIA - O ex-reitor da UnB (Universidade de Brasília) Timothy Mulholland foi inocentado pelo TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) da acusação de improbidade administrativa.

Ele foi acusado pelo Ministério Público Federal de desviar R\$ 470 mil para decorar, com mobiliário e utensílios de luxo, seu apartamento funcional.

Ele já havia sido absolvido, no ano passado, pela primeira instância da Justiça Federal, mas a Procuradoria recorreu.

Além de Mulholland, também foi inocentado Érico Paulo Weidle, decano da administração da UnB.

Para a relatora do caso, magistrada Assusete Magalhães, não foi Mulholland quem decidiu gastar o dinheiro no apartamento e sim o Conselho de Direito da Universidade, "órgão colegiado competente".

Segundo ela, testemunhas do processo afirmaram que o ex-reitor não teria exercido influência nas decisões.

Ela disse também que o profissional responsável pela decoração não o conhecia e "não teve contato para a escolha e a compra do mobiliário".

Justiça do Trabalho vai cortar ponto de servidor em greve

DE BRASÍLIA - Os servidores da Justiça do Trabalho terão o ponto cortado se continuarem em greve. A decisão foi tomada ontem pelo CSJF (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), que editou uma resolução a ser seguida por todos os tribunais.

O presidente do conselho, João Oreste Dalazen, afirmou que a norma também vale para os juizes.

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) organiza para o próximo dia 30 uma paralisação dos 3.600 juizes. De acordo com a entidade, serão suspensas cerca de 20 mil audiências trabalhistas.

"Sabemos da gravidade da nossa decisão e vamos enfrentar as consequências", disse o presidente da entidade, Renato Henry Sant'Anna.

A federação que representa os servidores do Judiciário afirma que a greve atinge nove Estados, incluindo os dois tribunais de São Paulo.

Tantos os juizes como os servidores pedem aumento em seus salários e outros benefícios.

26 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ex-policial acusado de matar menino João Roberto é absolvido

Promotoria vai recorrer; criança morreu durante operação policial

Acusado sob suspeita de ser um dos responsáveis pela morte do menino João Roberto Amorim Soares, de três anos, o ex-policial militar Elias Gonçalves da Costa foi absolvido na quinta-feira à noite pelo Tribunal do Júri.

João Roberto foi assassinado em julho de 2008 na Tijuca, zona norte, quando o carro em que estava com a mãe e o irmão de nove meses foi atingido por disparos da PM.

Costa se declarou inocente e, contradizendo depoimentos anteriores, disse que atirou só uma vez, para o chão. Ele acusou o outro policial, William de Paula, de disparar contra o carro.

Em dezembro de 2008, William foi absolvido da acusação de homicídio, mas condenado a sete meses de prisão em regime aberto por lesão corporal leve contra a mãe e o irmão do menino.

A Promotoria recorreu e a sentença foi anulada. William aguarda em liberdade novo julgamento.

Para o defensor público Marcelo Machado Fonseca, as provas foram determinantes para a absolvição de Costa. "O laudo mostra que os fragmentos encontrados no carro e que mataram João Roberto são de fuzil e não de pistola [arma que Costa usava]."

"O vídeo também comprova que ele atirou contra o chão", disse, referindo-se a imagens de câmeras de segurança de prédios vizinhos, exibidas no julgamento.

'BARBÁRIE'

Inconformados, os pais de João Roberto deixaram o fórum antes do final da leitura da sentença. "Continuo com meu sofrimento e não consigo fazer justiça pela morte de meu filho. Fizeram uma barbárie com minha família", disse o taxista Paulo Roberto Soares, pai da criança, em entrevista à Rádio Bandnews.

A Folha tentou contato com Costa, mas ele não foi localizado.

A Promotoria vai recorrer da decisão do Tribunal.

Na época do crime, os ex-PMs alegaram ter confundido o veículo com outro, supostamente utilizado por criminosos a quem perseguiam.

A Justiça havia condenado o Estado do Rio a pagar uma indenização de R\$ 900 mil à família de João Roberto, além de uma pensão para seus pais e os custos referentes a seu velório e enterro.

Os dois policiais foram expulsos da corporação.

RELEMBRE O CASO

1 Morte

João, 3, é morto ao ser atingido por um tiro na nuca dentro do carro da família, no Rio, em 8 de julho de 2008

2 Acusação

Mãe de João acusa os PMs William de Paula e Elias Gonçalves da Costa Neto de dispararem contra o carro dela

3 Defesa

PMs negam e afirmam que trocavam tiros com bandidos

4 Julgamento

William foi condenado a sete meses de prisão em 2008, mas Promotoria pediu novo julgamento, ainda não marcado; Elias foi absolvido

FOLHA DE S. PAULO

Jovem é condenada por matar namorado

Crime aconteceu em motel; ela pegou 15 anos de prisão
por enforcar empresário

Verônica Verone, 18, foi condenada ontem a 15 anos de prisão pelo assassinato do namorado, o empresário Fábio Gabriel Rodrigues, 34, em um motel em Niterói, região metropolitana do Rio.

Rodrigues foi enforcado com um cinto no dia 14 de maio. Na época, Verônica disse que o namorado, drogado, tentara agredi-la. Segundo a acusação, ela teria dado tranquilizantes e antidepressivos a Rodrigues, que já havia ingerido grande quantidade de bebida alcoólica. Após deixá-lo inconsciente, ela teria matado a vítima.

Durante o julgamento, que durou 12 horas, a jovem chegou a ser retirada da sala por policiais, após se descontrolar e começar a gritar e xingar no plenário.

Verônica foi condenada pelo crime de homicídio triplamente qualificado: por motivo torpe, meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

A tese da defesa de que a jovem teria problemas mentais e que, por isso, não poderia ser condenada, não foi aceita pelos jurados.

Em sua sentença, o juiz Peterson Barroso Simão, titular da 3ª Vara Criminal de Niterói, afirmou que a índole da acusada "se revelou bastante negativa e a maneira de agir e sentir demonstra a frieza de sua ação".

Segundo o juiz, o exame de sanidade mental "apontou que a mesma era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato".

26 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça isenta Kia Motors de dívida de R\$ 2 bi

Disputa envolve sociedade de coreanos
com brasileiros, AMB, e se arrasta há 10 anos

A Justiça Federal excluiu ontem a Kia Motors Corporation, da Coreia do Sul, da execução da dívida com a Receita, estimada em R\$ 2 bilhões, contraída pela AMB (Asia Motors do Brasil) durante o regime automotivo brasileiro da década de 1990.

O caso reforça a impossibilidade de cobrança da dívida, já que os sócios brasileiros da AMB não teriam patrimônio para pagar o débito.

A briga na Justiça se arrasta há dez anos.

Em outubro, a Kia já havia obtido outra vitória na Justiça — o STJ (Superior Tribunal de Justiça) homologou uma sentença da CCI, a Corte Arbitral Internacional, segundo a qual a Kia não possuía ingerência sobre o negócio com os sócios brasileiros.

A disputa teve origem na década de 1990, quando a matriz da Asia Motors na Coreia formou a associação no Brasil para importar veículos com incentivos fiscais dentro do regime automotivo.

Como contrapartida, o grupo construiria uma fábrica em Camaçari.

Sem a contrapartida, a Receita transformou os incentivos em dívida fiscal.

Com as dificuldades financeiras trazidas pela crise da Coreia, a Asia Motors foi assumida pela Kia Motors.

Após desentendimentos, houve um rompimento entre os brasileiros e a Kia.

O TRF (Tribunal Regional Federal) decidiu, por unanimidade, que não há provas de a Kia ser responsável pela gestão da AMB, não podendo, portanto, ser responsabilizada pela dívida bilionária.

26 NOV 2011

26 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Vizinhos de fábrica do RS querem indenização

Local tem indício de quantidade anormal de casos de câncer

Companhias de energia mantinham na cidade de Triunfo unidade de produção de postes na área, que virou depósito

FELIPE BÄCHTOLD

ENVIADO ESPECIAL A TRIUNFO (RS)

Uma incidência anormal de casos de câncer entre vizinhos levou moradores no interior do Rio Grande do Sul à Justiça contra as empresas de energia do Estado.

As companhias CEEE e AES Sul mantiveram em Triunfo (75 km de Porto Alegre) uma unidade de produção de postes de madeira que consumia pesados produtos químicos.

A fábrica funcionou até 2005 e se transformou em uma espécie de depósito de resíduos industriais.

Nas proximidades, moram famílias de classe média baixa. Segundo os moradores, em quase todas há ao menos um caso de câncer.

"A maioria das viúvas é de marido que morreu de câncer", diz Carmen Silva da Rosa, 32. O pai dela também

morreu devido à doença.

Os vizinhos contam que durante décadas não houve nenhum tipo de alerta sobre o risco do local, que só foi cercado recentemente. Até crianças brincavam no terreno.

Uma pesquisa que envolve várias instituições do Estado, com o apoio do CNPq, já apontou indícios de uma quantidade anormal de vítimas de câncer no local.

Um grupo da área de saúde foi montado para orientar a população a tomar medidas preventivas, como não consumir água de poços ou frutas das árvores.

INDENIZAÇÃO

Até agora, 69 famílias já ajuizaram pedidos de indenização contra as empresas.

O Ministério Público também foi à Justiça e pediu indenização de R\$ 6 milhões. Há um mês, a Justiça concedeu liminar determinando que as empresas removam todo o material e o solo afetado. Segundo os promotores, houve dano também ao lençol freático. O prazo para que se comece o trabalho vence no final de dezembro.

Empresa nega ter gerado danos à saúde dos vizinhos

A CEEE, responsável pela fábrica desativada na cidade de Triunfo, no Rio Grande do Sul, diz que não existe "comprovação direta" de que os produtos químicos manuseados durante anos no local tenham causado danos à saúde dos moradores.

A empresa, no entanto, afirma que fará toda a recuperação da área e que na próxima semana o conselho da companhia deve aprovar um contrato com uma terceirizada que será responsável pela "contenção ambiental".

O serviço custará entre R\$ 10,9 milhões e R\$ 41,3 milhões. A CEEE informou ainda que, desde a abertura da fábrica, em 1960, sempre recebeu as devidas licenças ambientais do Estado.

De 1998 até 2005, a unidade esteve sob responsabilidade da AES Sul. A Justiça a empresa disse que não deveria ser responsabilizada pelos danos porque não foi a causadora e que, quando atuou no terreno, não utilizou produtos tóxicos.

A Folha pediu uma entrevista com algum responsável pela empresa, mas não teve o pedido atendido até a conclusão desta edição.

A bióloga Vera Vargas, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, que pesquisa os casos de câncer no grupo, apoiado pelo CNPq, diz que exames preliminares de urina feitos nos moradores não constaram contaminação.

27 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ex-presidente do TCU acumulou três aposentadorias

Renda de Ubiratan Aguiar atingia ao menos R\$ 37 mil, acima do teto constitucional; ele abriu mão de dois benefícios há uma semana

O ministro aposentado do TCU (Tribunal de Contas da União) Ubiratan Aguiar acumulou três aposentadorias enquanto esteve no cargo, recebendo valores acima do teto constitucional, atualmente de R\$ 26,7 mil.

Aguiar atuou no tribunal de maio de 2001 a agosto deste ano. Desistiu da aposentadoria de procurador estadual em março de 2008.

Accionado pelo Ministério Público Federal no Ceará, renunciou na semana passada aos benefícios como ex-vereador e ex-deputado estadual.

Apenas essas duas remunerações somavam cerca de R\$ 12 mil. Incluindo os vencimentos de ministro do TCU (95% do teto), a renda mensal de Aguiar alcançava pelo menos R\$ 37,3 mil.

Ele não informou o valor da aposentadoria como procurador, que o levava a ganhar uma quantia ainda maior.

No último dia 16, o procurador Marcelo Monte deu prazo de 10 dias para Aguiar renunciar aos proventos como ex-vereador, ex-deputado e procurador aposentado.

Uma eventual omissão resultaria em ação civil pública contra o ministro aposentado para "sanar judicialmente a indevida acumulação".

Em outubro de 2009, quando Aguiar era presidente do TCU, uma decisão do tribunal permitiu o acúmulo de aposentadorias do serviço público com salários de congressistas além do limite do teto constitucional.

O tribunal manteve o teto como regra geral, mas entendeu que a sua aplicação, no caso de servidores de esferas de governo ou Poderes distintos, dependia da regulamentação da Constituição e da criação de um cadastro nacional de dados sobre remuneração de servidores.

Aguiar disse à **Folha** que formalizou a renúncia aos benefícios antes mesmo de ser comunicado pelo procurador.

Ele disse que não havia dispensado esses rendimentos antes porque aguardava que o Congresso regulamentasse os casos de acúmulo de aposentadorias. Afirmou que desistiu do benefício como procurador por "cautela".

O ex-presidente do TCU sustentou que o pagamento cumulativo de aposentadorias está garantido por uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As resoluções 13 e 14 de 2006 regulamentam a aplicação do teto constitucional aos integrantes do Poder Judiciário e do tribunal de contas.

Aguiar disse que hoje recebe R\$ 16,7 mil líquidos como ministro aposentado.

Questionado sobre a aplicação do teto aos ministros, o TCU afirmou que usa esse limite para a soma de remunerações do mesmo Poder.

Quando se trata de esfera diferente (estadual ou municipal), "o teto não está sendo aplicado" porque depende de regulamentação e da implantação de um sistema integrado de dados.

BENEFÍCIOS ACIMA DO TETO

Ex-presidente do TCU acumulou o salário com três aposentadorias

R\$ 37,3 mil QUANTO ELE RECEBIA

Soma do salário de ministro do TCU a ao menos R\$ 12 mil pagos em aposentadorias

R\$ 26,7 mil O TETO DOS SERVIDORES

Valor do salário de ministro do STF, topo da remuneração dos servidores públicos

O QUE ELE LEGA

Aguiar diz que o pagamento acima do teto é permitido por resoluções do CNJ. Accionado pelo Ministério Público Federal, renunciou a duas aposentadorias na semana passada

Fontes: Ministério Público Federal no Ceará e ex-ministro Ubiratan Aguiar

PAINEL

Deixe comigo Ex-secretária de Serra, Rita Passos (PSD) apresentou emenda ao Orçamento-2012 propondo R\$ 68 milhões à Coordenadoria de Infância e Juventude do TJ-SP, hoje com rubrica de míseros R\$ 10.

27 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Não há sacanagem nenhuma, diz Kassab

Prefeito nega irregularidades no contrato com a Controlar e diz que irá recorrer da decisão de bloquear seus bens

Kassab afirma que só ressuscitou contrato dos anos 90 porque a empresa tinha direito; 'Não sou tonto', diz ele

Magoado e triste. Foi com essas palavras que o prefeito Gilberto Kassab (PSD) reagiu às decisões do Ministério Público de pedir seu afastamento e da Justiça de bloquear seus bens e pedir a realização de nova licitação para o serviço de inspeção veicular.

A decisão decorre de indícios de irregularidades no contrato apontados pela Promotoria. Kassab vai recorrer.

Além do prefeito, a ação envolve o secretário Eduardo Jorge (PV), do Verde e Meio Ambiental, empresas e empresários ligados à Controlar, responsável pela inspeção.

Kassab disse que só "ressuscitou" um contrato assinado nos anos 1990 porque a empresa tinha direito a ele, e a prefeitura queria fazer o serviço. "Não sou tonto", diz, ao explicar que, se fosse possível, teria feito nova licitação.

Kassab falou à **Folha** ontem, após chegar de viagem de férias e trabalho, de uma semana, a Paris e Londres.

Folha - Como o sr. avalia a ação do Ministério Público e a decisão judicial?

Gilberto Kassab - Existe uma divergência. O Ministério Público acha que o contrato não é legal, a prefeitura

acha que é. E existe convergência: ambos acham que o programa é bom. Estamos durante dois anos fornecendo todas as informações possíveis e pedidas para mostrar que era o contrato correto. Eu fui lá pessoalmente, o Cláudio Lembo, governador, secretário de Negócios Jurídicos, foi lá pessoalmente.

O Eduardo Jorge é inatacável. Se tivesse alguma coisa errada... Eu não admito que pensem mal de mim. Se existe uma administração correta é a nossa. Mas, além do mais, olha a história do Eduardo Jorge. Se tivesse algo errado, com cheiro de errado, imagine se ele ia estar junto. Magoa muito a gente essas coisas. Mas, a decisão, a gente tem respeito quando a divergência está no campo administrativo. É o papel do Ministério Público. E, numa democracia, se ele não se convencer, ele recorre ao Judiciário; nós também, e o Judiciário vai arbitrar.

O Eduardo Jorge chegou a pedir para que o contrato não fosse assinado?

É diferente. Ele achava, num determinado momento, que isso tinha que estar na esfera da Procuradoria [Geral do Município] e do prefeito. Ele sentiu a estrutura dele pequena, foi de comum acordo. É outra maldade. Ele não queria envolver apenas a secretaria [do Verde e Meio Ambiente]. Ficou receoso com o peso da decisão. [...] Ele tinha dúvidas, as dúvidas com o tempo desapareceram.

O [Luiz Antonio Guimarães] Marrey, quando era secretário de Negócios Jurídicos, também chegou a orientar que não assinasse o contrato?

Ele não chegou a orientar. Ele chegou a recomendar, por ser polêmico, mas não falou para não fazer. A preocupação dele era política e de reflexo junto à opinião pública.

Não era jurídica a orientação?

Não era jurídica, era 100% subjetiva.

Não era mais fácil evitar esses problemas se tivesse sido feita uma nova licitação?

Mas a empresa iria para a Justiça e não ia ter [o programa]. Era um direito dela.

Por que já tinha sido assinado o contrato?

Lógico, era direito dela. Se pudesse, não sou tonto, lógico que teria feito. A gente queria o programa, é um direito da empresa. Se não, a gente faria [nova licitação]. Não tem nenhuma sacanagem. Tudo foi feito com transparência, com seriedade. A empresa está trabalhando bem.

[...] É uma coisa que deixa a gente tão triste... A palavra é triste mesmo. Mas a gente tem que entender. A gente está na vida pública e tem de passar por essas coisas. Mas estou indignado mesmo.

No começo da semana a prefeitura vai recorrer?

Lógico, claro.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ex-secretário aconselhou rescisão de contrato

27 NOV 2011

Pareceres de técnicos do município, entre eles do então secretário dos Negócios Jurídicos, Luiz Antonio Marrey, embasaram a denúncia do Ministério Público que levou ao bloqueio de bens do prefeito Gilberto Kassab e do secretário Eduardo Jorge.

Em sua decisão, o juiz Domingos de Siqueira Frascino, da 11ª Vara da Fazenda Pública, cita o parecer de Marrey, de 2006, que aconselhava a rescisão do contrato.

Entre outros pontos, Marrey argumentou que a Controlar já havia sido condenada em segunda instância por improbidade e que, por isso, estava impedida de ser contratada pelo Poder Público, por três anos.

Ainda segundo o documento de Marrey, se a prefeitura quisesse insistir em seu prosseguimento, deveria analisar se "a empresa possui capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal exigidas para garantia da execução do serviço."

"Todavia, isto deixou de ser feito", diz trecho da decisão do juiz Frascino.

Até hoje, segundo a Promotoria e o magistrado, a Controlar não tem um profissional de nível superior no seu quadro detentor de "responsabilidade técnica de serviço similar ao contratado".

Esse parecer não afirma que a prefeitura poderia ser processada pela Controlar em caso de uma rescisão.

Com a decisão de "ressuscitar" o contrato a despeito desse documento, de acordo com decisão judicial, Kassab descumpriu os artigos 77 e 78 da lei de licitações (a lei 8.666/93) que constituem motivo para rescisão contratual.

Os promotores Roberto Antonio de Almeida Costa e Marcelo Duarte Daneluzzi afirmam que Kassab e Jorge ressuscitaram o contrato, da época de Paulo Maluf (1993-1996), para atender apenas os interesses de doadores de campanha do prefeito.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Safanões pedagógicos

SÃO PAULO - Safanões pedagógicos são provavelmente inúteis. Na esmagadora maioria das situações, é possível educar uma criança sem recurso a reprimendas físicas. Mesmo assim, não vejo com bons olhos o projeto da lei da palmada.

Calma, não estou defendendo o massacre dos inocentes. Pais que espancam seus filhos devem ser tratados com rigor. Só que, para esses casos, não necessitamos de nenhuma

lei nova. O Código Penal e o ECA já criaram os tipos penais necessários e estabeleceram punições.

Se ainda assim há parentes que abusam, isso se deve mais à nossa dificuldade de identificar crianças sob risco e processar os responsáveis do que à ausência de normas.

Pode-se, é claro, argumentar que leis não servem só para gerar crimes e castigos, mas também para dar sinais à sociedade. No caso, a aprovação da regra seria uma forma de dizer aos pais que eles não devem recorrer à força física.

Eu talvez comprasse esse tipo de raciocínio se o fenômeno da legiferação não tivesse custos, mas não é esse o caso. É sempre arriscado abrir espaços que possam tornar o cidadão refém do capricho de autoridades. Além disso, ao aprovar uma quantidade grande de lixo legislativo, isto é, normas inócuas ou criadas para não ser cumpridas, nós desvalorizamos a noção de lei.

Cada vez mais eu concordo com o jurista alemão Friedrich Karl von Savigny (1779-1861), para quem nem vale a pena tentar codificar em leis matérias relativas a costumes. Esse tipo de regulação se dá primeiramente pelos próprios hábitos da população, depois por decisões judiciais, em nenhum caso pela vontade arbitrária do legislador.

Num país conservador como o Brasil, parlamentares são os últimos a chegar. Quando decidem consagrar em lei um princípio como o de que crianças não devem levar palmadas, é porque a sociedade já chegou a essa conclusão muito antes.

27 NOV 2011

28 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Kassab também pode responder por crime no caso Controlar

Ministério Público afirma que prefeito ajudou a fraudar documento que embasou renovação de contrato

Prefeito nega irregularidades; na área criminal pena pode chegar a quatro anos de detenção

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

A decisão de ressuscitar o contrato com a Controlar, responsável pela inspeção veicular, deverá render mais problemas ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD).

Além de responder a um processo na área cível, que já lhe custou o bloqueio de seus bens, o prefeito deverá ser alvo de investigação criminal.

Os promotores Roberto de Almeida Costa e Marcelo Daneluzzi, responsáveis pelo caso, agora dizem que o prefeito também cometeu um crime ao fraudar um documento usado para renovar o contrato com a Controlar.

Eles se baseiam no depoimento da funcionária de carreira Regina Fernandes de Barros, diretora do Decont (Departamento de Controle da Qualidade Ambiental), órgão ligado à Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Ela disse que recebeu pronto, de um assessor direto de Kassab, o parecer que autorizou a retomada do contrato em 2008. O parecer, portan-

to, não teria sido feito por ela.

Esse documento era fundamental, dizem os promotores, porque o departamento dela, o Decont, "havia se posicionado pela irregularidade" da retomada.

O documento foi importante para a venda das ações da Controlar —que ocorreu na semana seguinte.

Segundo os promotores, com esse documento criou-se um "álibi" para dar uma "aparente legalidade" à assinatura do aditivo [adendo] ao contrato.

A Justiça vê indícios de irregularidades na forma como a gestão Kassab repassou o serviço para a Controlar.

A licitação que escolheu a empresa foi feita ainda na gestão Paulo Maluf (1993-1996). O contrato foi assinado, mas acabou engavetado.

Mais de dez anos depois,

“A prefeitura está muito tranquila com relação à sua conduta no campo administrativo, [agimos] sob os critérios morais e operacionais

GILBERTO KASSAB
prefeito de São Paulo

em 2007, Kassab desengavetou o contrato e decidiu usá-lo, mesmo após uma série de alertas sobre irregularidades feitos pelos próprios técnicos da prefeitura e pelo Tribunal de Contas do Município.

Um parecer, da Secretaria de Negócios Jurídicos, de 2006 recomendava a rescisão contratual.

ÁREA CÍVEL

Na sexta-feira, a Justiça determinou o bloqueio o bens de Kassab, do secretário Eduardo Jorge (Verde e Meio Ambiente) e de empresas e empresários ligados à Controlar.

Mandou ainda a prefeitura fazer nova licitação para o serviço em 90 dias.

Na área cível, Kassab responde às acusações de improbidade administrativa (o que pode lhe render a perda do mandato) e pagamento de indenização, por exemplo.

Já na criminal, essas ações configuram crime previsto na lei de licitações e, assim, passíveis de dois anos a quatro anos de detenção.

Kassab diz estar tranquilo porque não há, na visão dele, nenhuma irregularidade (leia texto nesta página).

Quem deve investigar Kassab é um grupo especial ligado ao procurador-geral de Justiça, Fernando Grella, único com competência para investigar crimes de prefeitos.

ENTENDA O CASO

Nesta semana, Promotoria denunciou irregularidades no contrato da Controlar

Suspeita de irregularidades

1994

Inspeção veicular é criada e, no ano seguinte, Controlar vence a licitação

1996

Contrato é assinado, mas Controlar não apresenta capacitação técnica; documento fica parado até 2006

2006

Luiz Antônio Marrey, então secretário de Negócios Jurídicos, questiona a capacidade financeira de a Controlar cumprir contrato

2007

TCM aponta irregularidades, como falta de centros de inspeção e incapacidade técnica; mesmo assim, Kassab ressuscita contrato



2008

Inspeção começa; Kassab se reúne com Carlos Suarez, então dono da Controlar e a CCR (que tem como acionistas a Camargo Correia e a Serveng); prefeito toma conhecimento de possível venda da Controlar

Out. 2008

Kassab é reeleito; em sua campanha a Camargo Correia e Serveng doam R\$ 3 mi e R\$ 1,2 mi, respectivamente

2009

Parte da Controlar é vendida

30 Jan. 2009

A funcionária de carreira Regina de Barros é procurada pelo assessor jurídico do prefeito Gilberto Kassab, Felix Castilho, para assinar um documento. Ouvida pelos promotores, a funcionária disse que assinou os papéis sem saber a sua finalidade

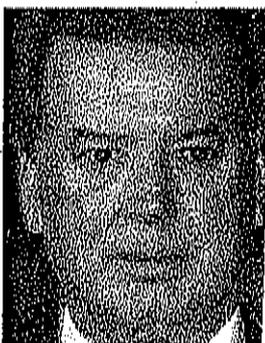
> O documento serve de base para o secretário Eduardo Jorge assinar aditivo ao contrato, no mesmo dia, com efeito retroativo, visando dar aparente legalidade à retomada do processo pela Controlar

9.fev.2009

Ocorre a venda de 55% das ações da Controlar, no valor global de R\$ 173,7 milhões, pelo empresário Carlos Seabra Suarez ao grupo CCR

Semana passada

Promotoria entra com ação e Justiça determina bloqueio de bens de Kassab e 90 dias para nova licitação



Para prefeito, Promotoria está exagerando

O prefeito Gilberto Kassab disse ontem estar tranquilo com relação a uma investigação na criminal contra ele, assim como está com relação ao processo na área cível.

"A prefeitura está muito tranquila com relação à sua conduta, no campo administrativo, [agimos] sob os critérios morais e operacionais."

De acordo com Kassab, a declaração da servidora sobre a assinatura de um documento pronto ganhou uma dimensão exagerada por parte da Promotoria.

"É uma coisa simples, mas estão fazendo um cavalo de batalha disso. A secretaria apontou [falta de funcionário qualificado na Controlar]. Depois, a prefeitura, como um todo, falou: 'Então está bom, se é [só] isso, [a retomada do contrato] vai ser feita'."

Ao ser questionado sobre os detalhes apresentados pelos promotores, o prefeito afirmou que não poderia se aprofundar no tema por ser um assunto técnico. Então, resumiu sua versão. "A Secretaria do Verde mostrou uma restrição. E essa restrição foi corrigida depois", afirmou.

Kassab disse ainda que não sabe se sua defesa deve recorrer ainda hoje ainda um pedido para liberação dos seus bens ou sobre a realização de uma nova licitação. "Não tem pressa. Não suspendeu o programa", afirmou.

"A primeira preocupação é o interesse público. A importância de controlar a emissão de poluente, no conceito de cidade limpa. A inspeção veicular é o modo mais eficiente de controlar essa emissão de poluentes", concluiu.

28 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PERCENTUAL

A Justiça autorizou o administrador da massa falida do Banco Santos, Vânio Aguiar, a receber R\$ 5 milhões de remuneração. O valor corresponde a 0,5% do recuperado após a falência da instituição. Do total serão descontados R\$ 2,5 milhões que ele já recebeu no cargo (salário de R\$ 30 mil). E R\$ 1 milhão só será liberado quando o processo de falência acabar.

SÊM BOI NA LINHA

A Justiça não acatou a exceção de suspeição pedida pelo Ministério Público contra o síndico da massa falida do Grupo Boi Gordo, Jácomo Andreucci Filho.

●

Não considerou que o fato de ele já ter sido representado em um processo pelo advogado da Boi Gordo, Carlos Casseb, signifique que atuassem em conjunto ou fossem amigos, o que comprometeria sua atuação. A Promotória pretende recorrer.

26 NOV 2011

JUDICIÁRIO

Corregedora volta a atacar "bandidos de toga"

JUDICIÁRIO

CORREGEDORA REPETE TERMO "BANDIDOS DE TOGA"

Corporativismo cria "bandidos de toga", afirma corregedora

Eliana Calmon volta a repetir expressão que causou furor no meio jurídico. Segundo ela, "cegueira" favorece

corrupção

A corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, disse ontem que há um "corporativismo ideológico perigosíssimo" nas corregedorias do Poder Judiciário que favorece a infiltração de "bandidos de toga". "O corporativismo é uma visão ideológica. Ideologicamente você parte para defender o Poder Judiciário, e você começa a não ver nada que está ao seu redor. Você não vê sequer a corrupção entrando nas portas da Justiça, porque você acha que, para defender o Judiciário, você tem que manter o magistrado imune às críticas da sociedade e da imprensa", afirmou a ministra, ao participar da 9.ª Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à

Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, em Bento Gonçalves (RS). A corregedora já havia causado furor em setembro, ao dizer que havia "bandidos de toga no país".

"A medida que nós continuamos com o corporativismo, nós estamos favorecendo que as pessoas venham se esconder nessa grande arrumação que fizemos: 'Aqui é muito bom, eu posso fazer e estou fora do alcance da lei.'" Na avaliação da ministra, o Poder Judiciário padece de uma ideologia de dois séculos de falta de transparência no país, em referência os primeiros tribunais portugueses. "Você combate a corrupção com transparência", afirmou. "É uma cegueira causada pela ideologia. Não veem que isso está se alastrando. Por isso eu falei dos bandidos de toga, porque é uma infiltração, uma cultura que tem sido deletéria no Poder Judiciário."

A ministra afirmou que essa é uma das razões pelas quais a atuação do CNJ vem sendo criticada por alguns magistrados e entidades de classe. "Num primeiro momento, houve uma grita em

relação à atuação do CNJ. Essa onda passou, como se a intervenção estivesse sendo aceita, mas ela retorna em um momento em que nós começamos a fazer uma apuração disciplinar. Ondas que se repetem toda vez que o corporativismo, leia-se, ideologia, vem sendo atacado por algum órgão, mesmo que estatal", afirmou.

Punições

Eliana Calmon também afirmou que as penas contra juízes envolvidos em corrupção "têm de mexer no bolso" deles. Segundo a corregedora, as penalidades devem incluir multas e a devolução de valores que forem obtidos pelos juízes com a venda de sentenças ou outros atos ilegais.

A corregedora afirmou que é preciso atualizar a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que regula as penas contra os juízes.

A lei foi elaborada em 1979 e está defasada em relação à Constituição de 1988, de acordo com ela. Ela lembrou que atualmente a pena máxima prevista é a aposentadoria compulsória. "Hoje em dia, aposentadoria não é mais punição."

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



26 NOV 2011

**“O corporativismo é uma
visão ideológica.
Ideologicamente você
parte para defender o
Poder Judiciário, e você
começa a não ver nada
que está ao seu redor.”**

Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça.

26 NOV 2011

GAZETA DO POVO

POLEMICA

Ajufe diz que juízes têm férias maiores por "cansaço mental"

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) divulgou uma moção de repúdio à defesa que a corregedora nacional de Justiça, Ellana Calmon, fez para a redução das férias dos juizes de 60 para 30 dias no ano. "É inacreditável que uma juiza de carreira brilhante, nela ingressando em 1979, como juiza federal, [...], tenha tais idelas, sabendo, de ciência própria, que o cansaço mental do magistrado, sua preocupação diuturna para bem decidir, a falta de recursos materiais para bem desempenhar sua função, exijam um descanso maior, anualmente, para eliminar o cansaço cerebral", diz a entidade na nota.

A Ajufe lembra que Ellana Calmon, 67 anos, está defendendo a tese no momento em que está há três anos da aposentadoria compulsória.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

26 NOV 2011

CNJ em silêncio

O trabalho de inspeção de juízes e técnicos do CNJ no Tribunal de Justiça terminou ontem como começou: sob absoluto sigilo. Desde o início desta semana, a equipe do CNJ percorreu gabinetes de juízes, de desembargadores e outras unidades judiciais do Paraná para analisar o cumprimento de 113 determinações cumpridas pelo CNJ na última inspeção feita no fim de 2009. Apesar do sigilo, necessário para o trabalho do Conselho, a ministra corregedoria Eliana Calmon afirmou em entrevista à imprensa que uma das coisas que seriam analisadas era a criação de 787 cargos comissionados no TJ. O próprio tribunal elaborou um projeto de lei, pedindo os novos cargos, e encaminhou à Assembleia Legislativa – que o aprovou.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA 26 NOV 2011

Nepotismo

O Tribunal de Justiça condenou, por improbidade administrativa, o prefeito de Maria Helena, Osmar Trentini (PMDB). Segundo o Ministério Público, Trentini contratou parentes para cargos comissionados. Como punição, a Justiça determinou a suspensão dos direitos políticos de Trentini por três anos e o pagamento de multa no valor de cinco vezes os salários pagos aos dois funcionários no mês de outubro de 2011.

COLUNA DOS LEITORES

Conferência da OAB 1

Louvável a palestra do jurista Luís Roberto Barroso com relação às dez propostas apresentadas na 21.ª Conferência dos Advogados (Gazeta, 25/11). Ainda há muito que avançarmos no desenvolvimento social e cultural do Brasil, ainda temos grandes problemas sociais no nosso país. Temas como educação básica e superior, segurança pública e saúde ainda apresentam problemas diante da realidade social brasileira.

José Luciano Ferrelra de Almeida

Conferência da OAB 2

A OAB deveria dar selo de qualidade para advogados. O custo seria pequeno, pois poucos teriam direito de recebê-lo.

Luiz Dias

Derosso

A possibilidade de reeleição contínua e perpétua para cargos legislativos, tanto quanto para outros, prova a ineficiência do processo. Depois de certo tempo ocupando um cargo público, a pessoa em questão é levada a confundir o público com o privado. Essas pessoas se acham tão donas desses cargos e das possibilidades de ganho, que sem o menor pudor se apropriam do público como se fosse privado. Quantas Curitiba's, quantos Paraná's, quantos Brasília's poderíamos construir com os desvios?

Maugham Zaze

26 NOV 2011

GAZETA DO POVO

LEI SECA

Autoridade dá voz de prisão em blitz

Após ter seu carro oficial parado por agentes de uma blitz da Lei Seca em Copacabana (zona sul do Rio), o desembargador Cairo Ítalo David, do Tribunal de Justiça do Estado, deu voz de prisão a um tenente da Polícia Militar alegando que, por ser uma autoridade, não deveria ser fiscalizado. O carro foi rebocado e o motorista foi multado por se recusar a fazer o teste e a entregar os documentos. Os envolvidos foram levados para a 13.ª DP, em Ipanema, onde o caso foi registrado.

26 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CRISE NA SEGURANÇA | CORONEL SCHEREMETA DIZ QUE NÃO
PEDIU PARA DEIXAR O CARGO E FAZ REVELAÇÕES

Comandante da PM demitido admite ligação com bicheiros

! Ao se despedir do comando da Polícia Militar do Paraná, o coronel Marcos Theodoro Scheremeta admitiu manter relacionamento com gerentes do jogo do bicho e da máfia dos caça-níqueis no estado. A confissão, espontânea, teria sido motivada por uma suposta reportagem que estaria sendo preparada por um programa de tevê. Scheremeta disse que seu pai – já falecido – “trabalhava” com jogos de azar e que até hoje mantém relacionamento com pessoas que gerenciariam o jogo do bicho e as máquinas ilegais. Ele negou, porém, que tenha envolvimento direto com as contravenções e que tenha recebido dinheiro dos jogos de azar. Sobre sua saída do cargo, Scheremeta desmentiu o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, que na quinta-feira havia dito se tratar de um pedido do próprio comandante. “Eu não sabia. Foi avisado da exoneração por meio de familiares”. Ainda ontem, o irmão do coronel, Carlos Alexandre Scheremeta, pediu exoneração do cargo de corregedor da PM.

“Eu conheço amigos de meu pai que até hoje trabalham [com jogo do bicho e caça-níqueis]. Converso com eles por telefone, me encontro com eles. Eu avisei que determinei todo rigor em tudo [nas investigações sobre as contravenções].”

Marcos Scheremeta, ex-comandante da PM, durante entrevista coletiva.

Ex-comandante da PM admite relação com o jogo do bicho

Coronel Scheremeta desmente secretário de Segurança sobre os motivos de sua exoneração e chora ao contar como foi demitido do cargo

Felippe Antbal, Diego Ribeiro e Kátia Brembatti

O ex-comandante da Polícia Militar (PM), o coronel Marcos Theodoro Scheremeta, se despediu da chefia da corporação com o que classificou como uma "revelação": ele admitiu manter relacionamento com gerentes do jogo do bicho de Curitiba e da chamada máfia dos caça-níqueis. Magoadado, o coronel afirmou em entrevista coletiva que foi exonerado do cargo não por questões pessoais, mas por "desgastes" no relacionamento com o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César. A "despedida" também foi de lágrimas. Scheremeta chegou a chorar ao relembrar que foi avisado da demissão do cargo, por meio de um telefonema de familiares. Quando recebeu a ligação, o coro-

nel cumpria agenda em Foz de Iguaçu e estava sentado ao lado do secretário e do governador Beto Richa (PSDB). "Como é que vocês acham que devo me sentir?", soluçou.

Scheremeta mencionou que o seu pai — já falecido — foi gerente de casas lotéricas e que "trabalhava" com jogos de azar. O coronel assumiu que, por causa disso, até hoje mantém relacionamento com pessoas que gerenciam o jogo do bicho e operam máquinas caça-níquel. Mas garantiu que isso não influenciou nas ações de combate da PM aos contraventores. "Eu conheço amigos de meu pai que até hoje trabalham [com jogo do bicho e caça-níqueis]. Converso com eles por telefone, me encontro com eles. Eu avisei que determinei todo rigor em tudo [nas investigações sobre as contravenções]", afirmou.

O coronel convocou a coletiva — ocorrida no mesmo horário da apresentação do novo comandante da PM, coronel Roberson Bôndaruk — por causa de uma reportagem que seria exibida no programa Fantástico, da Rede Globo. A matéria trataria da existência de um suposto vídeo que mostraria Scheremeta almoçando com os chefes do bicho.

Scheremeta negou ter envolvimento direto com as contravenções e que tenha recebido dinhei-

ro originado dos jogos de azar. Em seguida, o ex-comandante apresentou um relatório de ações da PM contra o jogo do bicho e os caça-níqueis. O coronel afirmou que municiou a Polícia Federal (PF) com informações levantadas pelo serviço de inteligência da PM, indicando pontos de jogos ilícitos em todo o estado.

Hospital da PM

Contradizendo declarações do secretário de Segurança (que alegou que Scheremeta se desligou do comando da corporação por "motivos pessoais"), o coronel assegurou que sua saída se deveu a um desgaste. O atrito, segundo o ex-comandante, ocorreu por uma série de fatores, entre os quais, a decisão que colocou o Hospital da PM à disposição também dos servidores públicos estaduais de Curitiba e região metropolitana conveniados ao SAS — o Serviço de Assistência ao Servidor.

"Sou contra a maneira como o processo se deu. Eu estava em viagem e nunca fiquei sabendo de nada, nunca me chamaram para uma reunião. Não fui consultado", disse. "Isso gerou indignação nos policiais e eu fiquei do lado da minha tropa", complementou.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Almeida César 26 NOV 2011

garante que saída de Scheremeta foi em comum acordo

O secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, disse ontem, durante a coletiva em que apresentou o novo comandante-geral da PM, que a saída do coronel Marcos Scheremeta ocorreu em comum acordo. De acordo com o secretário, o coronel se reuniu com ele na terça-feira, quando ficou sabendo que sairia.

Almeida César nega qualquer problema com o coronel, apesar de ter enfatizado que o novo comandante, o coronel Roberson Bondaruk, segue a mesma linha dele e do governo do estado. Sobre a polêmica envolvendo o Hospital da Polícia Militar (HPM), o secretário ressaltou que Scheremeta jamais reclamou de o governo ter aberto o HPM a todos os servidores públicos. "Ele nunca falou sobre o hospital pra mim. O governo não vai prejudicar o atendimento aos policiais", afirmou. De acordo com o secretário, houve momentos da polêmica sobre o HPM mais críticos que poderiam ter causado a saída do coronel.

Sem constrangimento

O secretário ainda ressaltou que tinha conhecimento das operações da Polícia Federal contra o jogo do bicho (em Curitiba) e contra o contrabando de cigarro (no Oeste do estado), que acabou resultando na prisão de vários policiais. "Essas atribuições são concorrentes entre as polícias", disse, negando que a ação da PF tenha causado constrangimentos.

O secretário foi novamente procurado após a coletiva de Scheremeta para comentar as declarações do ex-chefe da PM, mas a assessoria de Almeida César informou que ele não comentaria mais nada. (DR)

"Já fazia algum tempo que ele [Scheremeta] me dizia que estava sobrecarregado de trabalho. Ele me pediu para que tanto quanto fosse possível houvesse uma transposição, uma transição de comando."

Reinaldo de Almeida César, secretário de Segurança Pública do Paraná, em entrevista na manhã de quinta-feira, quando anunciou a troca de comando da PM.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 NOV 2011

SOBRE A DEMISSÃO

"Minha reação foi de espanto", diz coronel

O coronel Scheremeta foi às lágrimas quando narrou como recebeu a notícia oficial de sua queda do comando da PM. "Eu já tinha sido avisado que seria substituído, mas o secretário pediu sigilo (...). Nem para minha mulher contei", disse. Durante evento em Foz do Iguaçu, em que estava acompanhado do secretário de Segurança, Reinaldo de Almêida César, e do governador Beto Richa, na quinta-feira, o coronel recebeu um telefonema da filha, informando que a imprensa estava noticiando a exoneração do pai. "Minha reação foi de espanto e fiquei quieto", revelou. "Meus filhos me perguntaram o que eu fiz de errado para estar saindo do comando pela porta dos fundos. E eu não sei", lamentou.

Nepotismo

A corrosão nas bases do relacionamento entre o coronel e o secretário também passam por outras questões, segundo Scheremeta. Uma delas é o fato de o ex-comandante ter nomeado o próprio irmão, Carlos Alexandre Scheremeta, para comandar a Corregedoria da PM. "O secretário pediu para exonerar e eu não exonerei. Se eu não for confiar no meu irmão mais velho, vou confiar em quem?", explicou. O irmão do coronel teria pedido exoneração da corregedoria durante o dia de ontem.

O desgaste também teria se acentuado pela resistência de Scheremeta em ceder policiais para o Ministério Público e para operações que não fossem deflagradas pela corporação. O coronel se defendeu de denúncias que apontariam sua suposta interferência em questões relativas à promoção de PMs. "Os critérios para as promoções são definidos por força de lei. Um colegiado analisa e quem promove é o governador", disse.

"Meus filhos me perguntaram o que eu fiz de errado para estar saindo do comando pela porta dos fundos. E eu não sei."

Marcos Scheremeta, coronel da PM e ex-comandante da Polícia Militar, ontem, na entrevista coletiva em que reconheceu ter relação com operadores do jogo do bicho.

CONTINUA

“É impensável como ele chegou ao comando-geral”

Especialistas em segurança pública comentam as afirmações do coronel Marcos Scheremeta sobre a ligação dele com o jogo do bicho

Diego Ribeiro e Kátia Brebatti

As declarações do coronel Marcos Scheremeta confirmando a ligação dele com chefões do jogo de bicho em Curitiba calaram como uma bomba ontem. Como é possível o comandante da Polícia Militar do Paraná manter um relacionamento tão estreito com contraventores ligados a jogos de azar e máquinas caça-níquel?

Para o sociólogo e ex-secretário de Segurança Pública de Minas Gerais Luis Flávio Saporí o governo do Paraná vai ter de se explicar aos paranaenses. “É impensável um coronel da PM ter relacionamentos tão suspeitos e, pior, ter chegado ao comando-geral”, afirma. Na avaliação de Saporí, Scheremeta não poderia sequer ter chegado à patente de coronel. “É inadmissível. Tem algo muito errado na PM do Paraná. Jamais poderia ter ocorrido numa polícia séria”, diz.

Renato Sérgio de Lima, secretário-executivo do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública, destaca que “no mundo, as polícias que conseguem manter a credibilidade são as mais transparentes e as que têm sistemas mais rigorosos de controle, como corregedorias bem estruturadas”. No Paraná, o corregedor da PM era irmão do comandante. “Qualquer crise dessa natureza acaba abalando a imagem da corporação”, resume.

Ele salienta que as instituições precisam estar preparadas para dar uma resposta rápida em situação de crise e estabelecer códigos de conduta. “Mas no mínimo uma investigação precisa ter, não necessariamente criminal, mas para avaliar se a conduta pessoal [a partir das relações com contraventores] influenciou na conduta profissional.”

Ética

Para o cientista político Ricardo Oliveira, a queda do comando está associada a uma série de problemas políticos. “O governo precisa esclarecer se a troca de comando é por problemas pessoais ou há motivos ligados à instituição. E, no mínimo, deveria investigar o caso, porque essa relação [de um comandante com contraventores] não faz parte do decoro do cargo”, reforça.

Oliveira lembra também que o funcionário público tem o dever legal de, sabendo de ilegalidades, comunicar o caso. E diz ainda que quem sabia de que irregularidades estavam sendo praticadas e não tomou providências cometeu o crime de prevaricação.

O cientista político acredita que a postura do governo — que optou por não vir a público e dizer que a causa da saída de Scheremeta se dava por incompatibilidades ou mesmo de falhas no cargo e sim por motivos de razão pessoal — é uma clara atitude de quem não quer enxergar o problema. Ao contrário, o caso deveria ser investigado até mesmo para permitir a defesa das partes. “Afinal de contas não é uma questão pessoal, é um problema de segurança pública”, define.

Cobrança

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) diz que o governador Beto Richa deve uma explicação ao povo já que foi ele que escolheu Scheremeta para o comando da PM. “É algo sem precedentes na história da PM. É uma mancha”, comenta. De acordo com o deputado, se um policial sabe onde os contraventores estão, sabe onde operam, deveria prendê-los. “Há um conflito de interesses óbvio. O governador deve ao menos uma nota pública explicando tudo isso”, afirma.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONTRAVENÇÃO

26 NOV 2011

A legislação brasileira prevê que o jogo do bicho e a operação de máquinas caça-níqueis são atividades ilegais:

Jogo do bicho

Pelo artigo 58 da Lei de Contravenções Penais, estar envolvido com o jogo do bicho pode levar à prisão de quatro meses a um ano, mais a aplicação de multa.

Caça-níquel

Pelo artigo 50 da Lei de Contravenções Penais, operar máquina caça-níquel se enquadra em "estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público", que pode levar à pena de três meses de prisão a um ano, além do pagamento de multa. A legislação prevê ainda alguns agravantes – como formação de quadrilha – que podem ampliar a pena.

“No mínimo uma investigação precisa ter, não necessariamente criminal, mas para avaliar se a conduta pessoal [de Scheremeta] influenciou na conduta profissional.”

Renato Sérgio de Lima, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

NOVO COMANDANTE

Bondaruk quer ampliar a polícia comunitária

Alheio à polêmica sobre a saída do coronel Marcos Scheremeta, o também coronel Roberson Bondaruk, escolhido como novo comandante-geral da Polícia Militar do Paraná, apresentou em coletiva de imprensa seus planos e propostas para a corporação e para melhorar a segurança pública. Bondaruk pretende reforçar a “comunitarização da polícia”. Para isso, afirmou que pretende que todos os policiais militares do estado passem por cursos de for-

mação e reciclagem para melhorar a aproximação com a comunidade e o atendimento à população.

Outra meta, citada pelo secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almêida César, será melhorar o sistema 190 de atendimento à população, que tem média de espera hoje de 11 minutos. Bondaruk e o secretário informaram também que querem melhorar a eficiência do atendimento, fazendo com que as viaturas cheguem mais rápida-

mente nos locais de crime. “Vamos trabalhar de forma sistêmica e fortalecer o espírito de prevenção”, afirma.

Hoje, a média de demora, segundo o secretário, é de uma hora e meia. Bondaruk também afirmou que pretende reestruturar a Corregedoria da PM e disse que a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e outros bairros deflagrados devem receber atenção especial e prioritária da PM. (DR)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 26 NOV 2011

Uma gestão marcada por polêmicas 26 NOV 2011

O coronel Marcos Theodoro Scheremeta passou 11 meses no comando da Polícia Militar cercado por polêmicas. A primeira delas foi a queda de braço com o Ministério Público (MP) sobre a presença de policiais militares nos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos). Ele havia determinado, no começo do ano, a retirada de seus policiais mesmo com o procurador-geral do MP, Olympio de Sá Sotto Maior, garantindo a permanência deles. Os policiais acabaram sendo trocados por outros. A decisão teve repercussão negativa, pois foi encarada como uma tentativa de esvaziar o trabalho do Gaeco.

Além disso, o coronel acabou com o grupo Força Samurai, responsável por diversas investigações sobre tráfico de drogas no Paraná. O grupo trabalhava em parceria com o MP.

No mês passado, outra polêmica surgiu após uma grande operação da Polícia Federal (PF) de repressão ao jogo do bicho em Curitiba. Nenhum integrante do governo do estado explicou até ontem a razão da PF reprimir um delito cuja investigação e repressão são de responsabilidade das polícias estaduais.

Semanas depois, o governador Beto Richa, sem Scheremeta saber, determinou que todo funcionalismo público fosse atendido pelo Hospital da PM, fato que teria sido um dos principais motivos da saída do oficial do comando da polícia. Não bastasse isso, a PF voltou a reprimir firmemente ações criminosas que eram acobertadas por policiais militares e civis na semana passada, durante a Operação Lápalos contra o contrabando de cigarro no Paraná.

Promoções

Houve ainda uma discordância de opiniões entre Scheremeta e o governador sobre a promoção de dois oficiais, o que pode ter sido a gota d'água. De acordo com fontes ligadas ao governo do estado, o governador Beto Richa teria determinado a promoção de um oficial da Casa Militar e um lotado na Secretaria de Segurança, ambos com pontuação suficiente para mudar de patente, contrariando a vontade do então comandante.

Scheremeta carregava ainda um outro fardo: era réu em uma ação judicial sob acusação de liberar um veículo irregular quando estava no subcomando do 14.º Batalhão em Foz de Iguaçu, em 2003. Ele foi condenado na 3.ª Vara Cível de Foz em primeiro grau a pagar uma multa. A defesa do coronel entrou com um recurso e o Tribunal de Justiça está analisando o caso.

GAZETA DO POVO

Após condenação, Ziraldo 26 NOV 2011 nega ilícito em registro de logomarca

Para o advogado do artista, Rene Dotti, Justiça cometeu um "erro clamoroso" ao sentenciar o

cartunista à prisão

Sandro Moser

O cartunista Ziraldo Alves Pinto negou ontem, em entrevista à *Gazeta do Povo*, que tenha cometido o crime que motivou uma condenação penal da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, publicada na última quarta-feira, por supostas irregularidades em um contrato com o poder público em 2003. "Estou muito triste com a situação. Este tipo de acusação é um desastre na vida de uma personalidade. Tenho tanto zelo e cuidado pelo meu trabalho, ser acusado de estelionato é como perder um braço. Sou um cidadão honrado e este caso vai deixar uma marca na minha carreira".

A sentença do juiz federal Mateus de Freitas Cavalcanti Costa afirmou que Ziraldo praticou estelionato por ter recebido R\$ 75 mil para criar a logomarca do festival internacional

do humor de Foz do Iguaçu dando garantia que ter cedido de maneira perpétua o uso da logomarca à fundação ligada à prefeitura de Foz do Iguaçu — responsável pelo evento — para uso nas demais edições. Segundo a Justiça Federal, após o término do Festival de Humor, o cartunista teria registrado a marca no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o que configura a conduta criminosa.

"Erro Jurídico"

Para o advogado de Ziraldo, Rene Dotti a sentença é um "clamoroso erro jurídico". Dotti, ao lado dos advogados Alexandre Knopfholz e Rogéria Dotti vão defender o cartunista no recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) sem cobrar honorários. "O aspecto moral da causa é o mais importante. Ziraldo é um artista genial com uma história de coragem na luta contra a ditadura militar. A publicidade desta sentença é a restauração trágica de erros judiciários praticados pela intolerância. É um atentado contra a própria arte", afirmou.

Os advogados do cartunista afirmam que não houve má-fé do cartunista e que ele não poderia levar vantagem com o registro da marca.

Ziraldo explica que não foi ele quem registrou a marca. "Foi o Bureau de Turismo da cidade que fez o registro para acertar a prestação de contas. Já fiz centenas de logomarcas para eventos como esse e nunca registrei nenhuma delas. Não tenho interesse algum em registrar a marca de um evento sazonal. O que aconteceu foi um mau julgamento do juiz", defende-se.

Ziraldo também afirmou que não está impedido de contratar com o poder público como determinava uma sentença da Justiça Federal de Foz do Iguaçu no mês de abril. Segundo ele, a sentença está prescrita. "Continuo trabalhando, eles não podem me impedir de trabalhar, é o meu ganha-pão", disse.

26 NOV 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

EMPECILHO SUPERADO

O laudo atestando que o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, não tem qualquer problema mental põe por terra o empecilho legal que vinha atrapalhando o andamento dos processos contra ele. Bibinho e outros ex-diretores estão envolvidos em falcaturas que sangraram os cofres do Legislativo em pelo menos R\$ 200 milhões. A gravidade das revelações, a partir das reportagens da série "Diários Secretos", não permite que o caso venha a ser varrido para debaixo do tapete ou que medidas da defesa possam procrastinar indefinidamente o rito processual. Resgatar por completo a imagem do Poder Legislativo paranaense passa necessariamente pelo completo esclarecimento e punição dos culpados pelos desmandos. Para se ter uma ideia, Bibinho e sua turma respondem pelos crimes de desvio de dinheiro público, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Imputações graves partidas do Ministério Público que a sociedade paranaense confia que terão uma resposta o quanto antes da Justiça.

Bibinho 1

É evidente que Bibinho não tem problemas de "distúrbios psicopatológicos dentro das funções mentais", comprovado agora em novos exames realizados no Instituto Médico Legal. Foi só um artifício do advogado para postergar o depoimento do acusado. Fica a pergunta: como é que o médico particular do Bibinho atestou mediante emissão de um laudo uma doença inexistente? Gostaria de que a Comissão de Ética do Conselho Regional de Medicina (CRM) viesse a público e se pronunciasse a respeito.

Claudio Todeschini

Bibinho 2

Lendo o jornal, senti esperanças de algo melhor. Desvio de dinheiro público é coisa séria e pode dar cadeia. Parabéns aos médicos pela conclusão final de sanidade de Bibinho. Agora espero muito a devolução do dinheiro ao erário para ver hospitais, escolas e bairros sendo realmente atendidos pelos impostos arrecadados.

Madalena Scherner Camargo

Bibinho 3

Se para, supostamente, liderar falcaturas e limpar os cofres públicos ele estava bem psiquicamente, não poderia ser diferente agora. Qualquer problema atual, certamente, decorre do fato de estar respondendo pelas consequências dos atos praticados.

Lucilene M. Carlos

Bibinho 4

Parece que justiça está sendo feita. Quadro depressivo não é loucura, requer cuidados. Neste caso chega a ser ridículo esse tipo de apelação. Tantas falcaturas foram descobertas.

Manoel Bogado

GAZETA DO POVO

26 NOV 2011

FRAUDE

Justiça determina bloqueio de bens do prefeito de SP

A Justiça determinou ontem que a prefeitura de São Paulo abra, em 90 dias, nova licitação para a escolha de empresa que será responsável pela inspeção veicular na cidade. Na quinta-feira, o Ministério Público pediu o afastamento do prefeito Gilberto Kassab (PSD) por irregularidade em contrato com a Controlar. A 11.ª Vara da Fazenda Pública decidiu manter o prefeito no cargo, mas determinou a indisponibilidade dos bens de todos os acusados.

A ação proposta pela promotoria envolve, além do prefeito, o secretário do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, e diretores da empresa Controlar, entre outros.

O objetivo da ação era suspender o contrato firmado entre a prefeitura e a Controlar. Os promotores de Justiça Roberto Antonio de Almeida Costa e Marcelo Duarte Daneluzzi, da Promotoria do Patrimônio Público e Social da Capital, apontaram uma série de irregularidades no contrato.

Os promotores pediam a responsabilização dos agentes públicos, empresas e empresários envolvidos, com base na lei de improbidade administrativa — que prevê a perda do cargo e dos direitos políticos, entre outras sanções.

Segundo a decisão, "não cabe suspender a prestação do serviço, por significar relevante instrumento de controle de poluição ambiental, com evidentes benefícios à saúde de todos os que circulam por este município. Todavia, o cumprimento integral do contrato constitui uma temperidade, e por isso a municipalidade deverá promover a abertura de nova licitação para tal objeto no prazo de noventa dias", informou o Tribunal de Justiça.

Outrolado

A prefeitura afirmou quinta-feira que "a contratação do consórcio Controlar, responsável pela inspeção veicular na cidade, seguiu rigorosamente a legislação em vigor, com total transparência".

"A concessionária prestou, em diversas ocasiões, todos os esclarecimentos solicitados pela Promotoria, comprovando, por meio de documentação, a lisura na implementação e no cumprimento do contrato de concessão", disse a Controlar em nota.

26 NOV 2011

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

As taxas do nosso Detran (3)

Antes, bem antes da criação dos Detrans, taxava-se até a chegada das pessoas nas cidades, a pé ou em mulas! Modernamente, mudaram o nome disso para pedágio

São numerosos os exemplos, aqui em Pindorama, em que o poder de tributar pretendeu, e não raro conseguiu, sobrepujar o direito de tributar e as suas limitações. Nas quadras de vacas magras, o governante não titubeava e mandava "taxar" isso e aquilo, qualquer coisa e algo mais, como nos tempos que antecederam a Constituição de João Sem Terra (1215).

Houve época em que bastava o tirano querer o que quisesse, e pronto! Tirando o que deve ser tirado, taxava-se o balido das ovelhas, o canto matinal do sabiá, a barba por fazer e quem morresse sem a devida licença. Antes, bem antes da criação dos Detrans, taxava-se até a chegada das pessoas nas cidades, a pé ou em mulas! Modernamente, mudaram o nome disso para pedágio.

Voltemos ao tema da coluna. O anunciado aumento médio de 271% das taxas do nosso Detran, conhecido popularmente como "tarifáço", nos remete aos tempos desse distante e sombrio manicômio tributário, usando a feliz

expressão de Alfredo Becker. E que, além do assalto contra a economia popular, a iniciativa ofende os princípios básicos do Direito e do bom senso, na medida em que o governo "justifica" os valores pretendidos como necessários ao custeio de atividades outras, completamente distintas dos serviços que são prestados pelo Detran.

A propósito, note-se, a título de curiosidade, que alguns dos crimes contra a economia popular eram de competência do júri. Fico a imaginar como seria julgado esse delito cometido pelo estado do Paraná...

Doutrina

Nas colunas anteriores, reunimos parte do melhor posicionamento doutrinário relacionado ao tributo denominado taxa. Concluindo o pensamento dos doutos sobre o assunto, fiquemos com essa lição de Aires Fernandino Barreto:

"Em se tratando de tributos vinculados a uma atuação estatal, ocorreria o confisco na desvirtuação da base de cálculo — isso porque, ao se estabelecer o valor da atuação da atividade estatal de modo presumido, pode ser extrapolada a quantia referente à atuação estatal ou a um serviço que enxugue a riqueza particular".

Na próxima semana, a questão será vista sob o prisma da jurisprudência.

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

XXI

Conferência Nacional dos Advogados

Em busca de um Brasil mais justo

A XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Curitiba na última semana, é considerada um dos encontros jurídicos mais importantes do país. O suplemento especial da Gazeta do Povo mostra como foi o evento e as sementes que ele deixou.

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

VARIA EDITORIAL

A capital do Direito é aqui

Oito mil insetos. Duas mil e quinhentas pessoas envolvidas na organização. Vinte painéis, 26 eventos especiais, 19 eventos paralelos. Quase 330 painelistas. Tudo em 50 horas. Foram cinco dias vivendo e respirando Direito. A XXI Conferência Nacional dos Advogados transformou temporariamente Curitiba na capital da Justiça na última semana. E, por aqui, passaram milhares de advogados, magistrados, promotores, ministros, estudantes ou cidadãos "simplesmente" interessados. Todos com um só propósito: buscar meios de fazer do Brasil um país mais justo.

Depois de garantir uma cobertura em tempo real, com live blogging, vídeos e reportagens para edições online, impressa e no Ipad, a Gazeta do Povo lança agora um suplemento especial sobre o evento. Nesta edição especial da XXI Conferência, você fica por dentro do evento que virou os holofotes do mundo jurídico para a capital paranaense. Esta edição traz também uma análise sobre Liberdade, Democracia e Meio Ambiente — os pilares centrais do evento. E mais, você acompanha aqui entrevistas exclusivas concedidas por alguns dos principais painelistas da conferência.

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

“Estamos mexendo com dois séculos de tradição e de cultura. Não é fácil vencer a tradição.”

Ellana Calmon, corregedora do CNJ, referindo-se aos problemas do Poder Judiciário que a entidade procura solucionar.

“A jurisprudência é como um [limpador de] para-brisas em dia de tempestade. Ora vai pra lá, ora vai pra cá. Não se leva a sério. Ora segue o princípio formal, ora reconhece a afetividade como base da família. Precisa decidir a qual senhor irá servir.”

Luiz Edson Fachin, advogado e professor da UFPR e da PUCPR, sobre o princípio da paternidade socioafetiva.

“Houve uma inversão de valores. Se começou a prender para depois apurar. O enfoque da máxima 'a polícia prende e o Judiciário solta' é equivocado porque quem prende e solta é o Judiciário.”

Marco Aurélio Mello, ministro do STF.

“Quando falamos da advocacia é como se o sangue começasse a borbulhar. Se neste momento fizessemos um outro exame de sangue, pareceria um novo tipo sanguíneo: OAB. É isso que alimenta o nosso corpo e faz com que consigamos levantar a cada dia para o nosso trabalho.”

Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB-SP.

“A democracia não é a vacina inexpugnável contra regimes autoritários. Ela precisa ser guardada ponto a ponto. Como em um terreno de guerra, cada posição precisa ser protegida.”

Rui Samuel Espindola, advogado e membro da OAB-SC.

CAUSO

Em defesa da Constituição

O ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, ao falar do cumprimento da Constituição na garantia de liberdade de imprensa, contou uma história sobre um guardador de carros que o reconheceu em um estacionamento em Brasília. Ele disse que estava em companhia da esposa e do filho quando o homem disse:

– Ministro Ayres Britto, estou guardando o seu carro. O senhor vai me dar uma ajuda?

O ministro disse que procurou dinheiro com ele e com a esposa e, vendo que não tinha “trocados”, disse ao guardador de carros:

– Vou ficar te devendo.

O homem, por sua vez, respondeu ao ministro, que se surpreendeu:

– Ministro, o senhor não me deve nada. Apenas cumpra a Constituição.

PODER PRECISA SER LIMITADO, DIZ MINISTRO

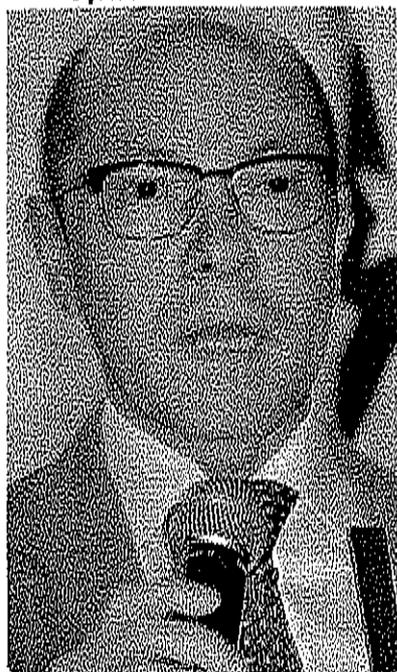
O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, último palestrante do painel “Segurança Pública”, salientou que todo homem que tem o poder tende a abusar dele, por isso, é necessário impor limites. “Não podemos permitir que alguém detenha o poder de controle de todo o Estado”, afirmou. O problema, segundo Cardozo, é histórico. O Brasil, disse, apesar de possuir uma constituição cidadã, tem a marca de uma história autoritária.

GAZETA DO POVO

Em debate, 27 NOV 2011

o controle da mídia e a política de cotas

O último dia da XXI Conferência Nacional dos Advogados trouxe uma novidade. Foi criado um espaço de debates para que um palestrante a favor de um certo tema e outro contrário a ele pudessem defender suas opiniões. Confira o resultado dos dois painéis:



Demóstenes Torres: a favor das cotas sociais



Thomaz Bastos: em defesa das cotas raciais

Cotas não foram feitas para serem eternas

Rodrigo Battista,
especial para a Gazeta do Povo

De um lado estava o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e do outro o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Os dois aceitaram a proposta de defender — cada um sob o seu ponto de vista — o tema cotas raciais e sociais. Apesar de apresentarem argumentos diferentes, a conclusão final foi a de que as cotas não podem existir permanentemente. “Elas não devem ser eternas e virar patrimônio ou reserva de mercado. Servem para se contrapor a essa crescente desigualdade de acesso aos bens essenciais”, diz Bastos. Os dois também concluíram que há outras formas — sem a necessidade das cotas — de todos os brasileiros usufruírem dos bens sociais de qualidade, em especial da educação. Demóstenes aponta, como possibilidade, a criação do ensino integral. “A maneira de melhorar a condição do homem brasileiro é investindo em educação desde o

primeiro ano e, não, investir em cotas.”

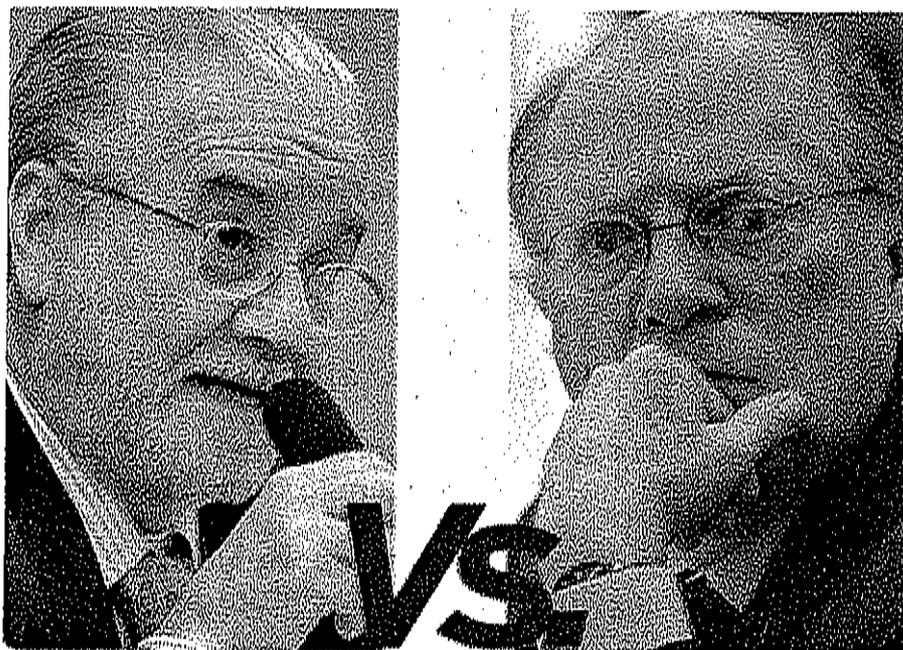
A mesa travou um debate sobre qual é o tipo mais adequado de cotas ao Brasil: a racial, para acabar com a desigualdade entre negros e brancos, ou a social, para diminuir as disparidades econômicas entre ricos e pobres, independente da cor.

Na opinião do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), uma forma mais coerente e que respeite a igualdade é a criação de cotas sociais, que favoreçam todos, sejam negros, brancos ou pardos. “No Brasil não há preconceito contra a cor de pele. O preconceito no Brasil é contra o pobre.”

O ex-ministro da Justiça destaca que é preciso lembrar os aspectos históricos, sobretudo o tráfico de escravos e a própria escravidão, para defender as cotas raciais como forma de diminuir as disparidades no acesso aos bens sociais, em especial à educação, ao trabalho e com salários dignos. “O negro hoje é reduzido ao trabalho braçal, chão de fábrica.”

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO



Emiliano José: mídias reguladas por conselho

Miguel Reale Júnior: avesso aos conselhos

Não há consenso sobre marco regulatório da mídia

Vanessa Prateano

A regulação da mídia foi a questão central do debate sobre a comunicação. De um lado estava o professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior e do outro o deputado federal Emiliano José (PT-BA). Os dois não chegaram a uma resposta em comum, embora ambos defendam um marco regulatório para os meios audiovisuais.

Reale e José divergem principalmente em relação a qual órgão deve deter essa responsabilidade: a sociedade civil, as empresas ou o poder público. Para o parlamentar, cabe à União "regular os meios audiovisuais e estabelecer uma disputa equilibrada de mercado", por meio de legislação que atualize o escasso arsenal jurídico existente. José também defendeu a criação e o fortalecimento de conselhos de comunicação compostos

de forma proporcional por cidadãos, iniciativa privada e Estado. Hoje, ele diz que as empresas são os únicos agentes a ter voz no país.

Autorregulação

Já Reale se mostrou totalmente avesso à criação de conselhos, pelo fato de tais órgãos, apesar da suposta paridade entre as partes, acabar nas mãos de membros governamentais. O ex-ministro defendeu, como alternativa, a autorregulação, como já ocorre com a publicidade, e a criação de conselhos de imprensa formados apenas por jornalistas e sociedade civil, além da figura do *ombudsman*, que seria um mediador entre empresas e cidadãos e que tem dado certo em outros países. "Para regular a mídia é preciso engessá-la? É isso que queremos? Não, nós queremos uma regulação da democracia, que não sirva aos governos nem de hoje, nem de amanhã."

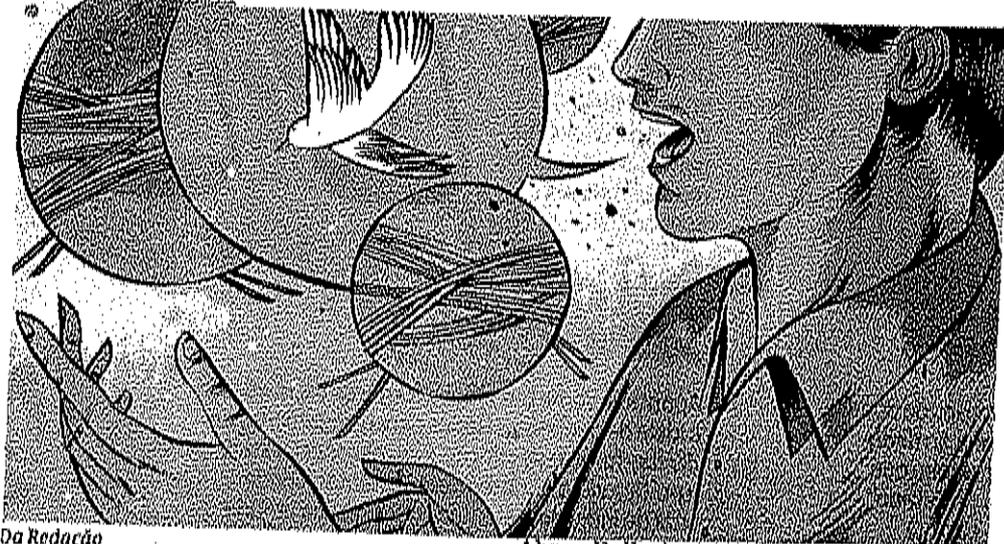
27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

A sociedade que queremos

Os temas centrais da XXI Conferência Nacional dos Advogados – liberdade, democracia e meio ambiente – deram o que falar. Eles acabaram virando assunto em painéis, debates e até em conversas de corredor. Veja como essas matérias foram tratadas no evento

LIBERDADE



Da Redação

"A liberdade de expressão é a expressão da liberdade." Com essa frase o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto finalizou a palestra "Liberdade de Imprensa e a Intervenção do Estado", na manhã da última segunda-feira, na ExpoUnimed, na XXI Conferência Nacional dos Advogados. Com essa frase também, Britto sintetizou a ideia que permeou todo o evento da Ordem: a existência de uma ligação intrínseca entre a liberdade, no seu sentido mais geral, e a liberdade de expressão e, por consequência, a liberdade de imprensa. Falar em liberdade é, sem dúvida, falar de liberdade para se expressar. E Britto fez questão de lembrar isso a todos os presentes.

O ministro do STF não foi a única voz nesse discurso. O presidente da seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb, fez coro. "É fundamental preservar as garantias individuais com a vigência de instrumentos legais e o direito irrestrito ao livre pensar."

Além deles, o advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Dalmo de

Abreu Dallari, na conferência de abertura do evento, lembrou que o direito à liberdade e o exercício da democracia devem ser seguidos da possibilidade de agir livre e democraticamente. "Na verdade, temos um instrumento extremamente valioso para fazer valer o direito à liberdade como verdadeiro direito", disse ele, referindo-se à Constituição Federal.

Essa relação, aliás, entre liberdade de imprensa e democracia foi ressaltada também por Ayres Britto. Segundo o ministro, a liberdade de imprensa influencia na manutenção da democracia no Brasil. "A imprensa vitaliza, tonifica, todos os conteúdos da democracia. Quanto mais a imprensa serve à democracia, mais a democracia serve à imprensa."

E em defesa desses ideais, os presentes na XXI Conferência refutaram meios de censura prévia e formas de controle dos meios de comunicação. "Controlar os meios de comunicação significa implantar a censura por vias oblíquas. E sabemos como a censura custa caro para a população que tem todo o direito de se informar, de ser informada e informar", afirmou Glomb, que ainda ressaltou: "quem deve apreciar os possíveis excessos e abusos cometidos pela imprensa é o judiciário, e de forma independente".

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

DEMOCRACIA



Sândro Moser

Qual é o modelo de democracia que nós brasileiros queremos? O desafio posto pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, na abertura do painel sobre "Direitos Políticos", deu o norte dos debates políticos do evento. Na véspera, o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, na abertura solene do encontro, já dera a resposta em nome da instituição ao destacar que numa democracia ideal "o povo deve ser fonte e base da soberania de um país e em nome dele o poder deve ser exercido".

Cabe à democracia participativa, portanto, o papel principal na discussão da reforma do sistema político brasileiro. Após quatro dias de discussão, as conclusões apontam para a necessidade de ampliação da participação popular direta nas decisões políticas. Para o presidente do TSE, é o momento de a sociedade optar se quer manter a democracia representativa tradicional dos partidos políticos ou "dar o passo à frente", em direção à democracia participativa. "É o momento de ampliar as oportunidades que o povo tem de expressar sua soberania mediante consultas populares, referendo, ple-

biscito, iniciativa popular", aponta.

Para Lewandowski, a tendência é inexorável, e a demonstração definitiva foi dada quando um movimento de iniciativa popular coletou um abaixo assinado com mais de 1,6 milhão de nomes do país inteiro e exigiu a aprovação da Lei Complementar 135/10 — mais conhecida como Lei da Ficha Limpa —, cuja declaração de constitucionalidade a OAB ainda busca reconhecer no Supremo Tribunal Federal. "O povo fez a reforma política possível e não esperou o Congresso fazer por ele", afirmou.

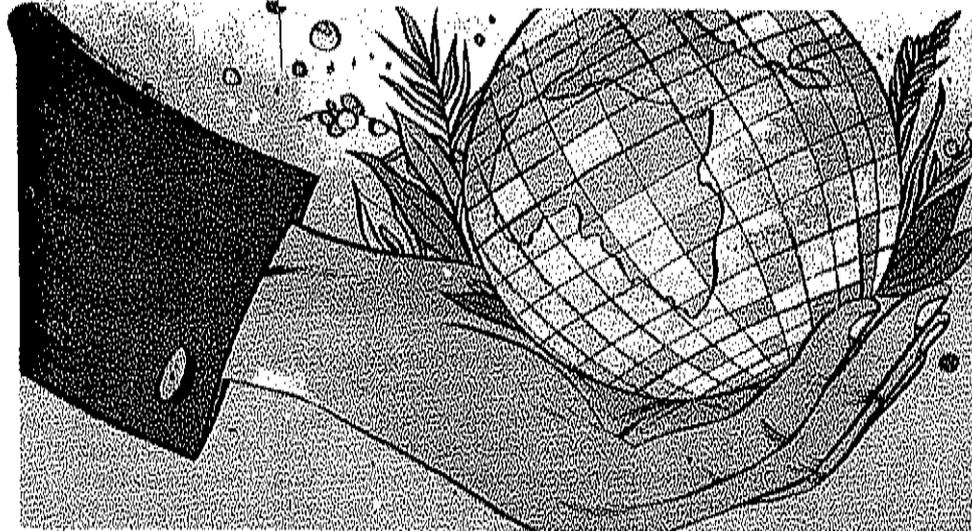
No campo dos projetos mais ortodoxos, algumas demandas foram reconhecidas como urgentes para a reforma política. O fim das coligações nas eleições parlamentares, a limitação dos gastos em campanhas eleitorais, o fim da reeleição para cargos eletivos e a proibição de doações de empresas a candidatos surgiram como as demandas mais urgentes.

Nesse sentido, se ouvirem críticas a todas as propostas de reforma política mais ampla, como as que incluem a criação de sistemas de voto distrital, algo que, segundo o presidente do TSE, "enfraquece a democracia eliminando a representação das minorias e dá vantagens a celebridades e candidatos que abusam do poder econômico".

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

MEIO AMBIENTE



Rodrigo Battista, especial para a Gazeta do Povo

O ambiente não é de um grupo de ambientalistas. É de toda a população brasileira. Essas afirmações, feitas pelo professor e advogado Paulo Afonso Leme Machado, são simples, mas devem ser lembradas pelos legisladores brasileiros ao criarem ou modificarem leis sobre o tema.

O debate levantado pela polêmica do novo Código Florestal faz os quadros das três esferas de poder entrarem na discussão em busca de uma legislação que respeite toda a sociedade e, ao mesmo tempo, garanta para as gerações futuras o bem comum disponível nos recursos ambientais.

Diversas são as posições e necessidades na disputa entre ambientalistas e proprietários rurais. A própria criação de apenas uma legislação que inclua a regulamentação para todos os biomas do Brasil, como é o caso do Código Florestal, não é um consenso. O deputado federal e advogado Fábio Feldmann, por exemplo, defende que a legislação seja específica para cada um desses biomas existentes no país.

Já o professor Machado também se preocupa com a definição de uma lei ambiental que favoreça a preservação sem prejuízo aos proprietários. "Nós temos que observar que existem posi-

ções justas e injustas, para então trabalhar e caminhar com equidade, razoabilidade e esperança."

A indefinição sobre o código não mostra, entretanto, deficiência do Brasil em garantir a legislação ambiental. As discussões para um consenso a respeito da preservação evoluíram bem desde a década de 1980, de acordo com Feldmann. O deputado acredita que o Brasil avançou muito neste quesito, principalmente desde a Constituição de 1988. "Ainda há muito a ser feito, mas o arcabouço jurídico brasileiro é muito consistente."

Mesmo assim, os especialistas em Direito Ambiental defendem a agilidade para que a biodiversidade seja preservada no Brasil. "Nós estamos patinando um pouco, porque as forças contrárias estão se organizando de uma maneira muito forte", avalia o professor Machado.

Um dos temas apontados para a urgência dessa legislação, não só em nível nacional, mas também na comunidade internacional, é o aquecimento global, um dos pontos mais preocupantes na avaliação do deputado Feldmann. Determinar as regras para diminuir as consequências do aquecimento é o mesmo que "mudar dramaticamente a vida de todos". "A geração atual tem de compreender que a redução de gás de efeito estufa tem de ser realizada imediatamente" pondera,

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

DIREITOS HUMANOS

ACESSO À JUSTIÇA

Roberto da Figueiredo
especialista em violações de direitos da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos



Marcelo Almeida

Livia Lakomy,
especial para a Gazeta do Povo

O Brasil é um país violador dos Direitos Humanos?

O Brasil é reconhecido em foros internacionais como um país com boa vontade em relação aos Direitos Humanos. Porém temos várias violações. Não é em absoluto, evidentemente. Se pegarmos a situação do mundo, vamos ver que a Ásia nem sequer tem um tribunal regional de Direitos Humanos.

Quais são alguns dos casos mais polêmicos no Brasil?

O sistema prisional é uma questão séria. Nós temos violações dia a dia. Outros casos vêm sendo julgados, como assassinatos e morosidade das decisões judiciais. Em algumas das decisões da Corte Interamericana, entendia-se que o Brasil não cumpriu um prazo razoável para a solução dos conflitos judiciais.

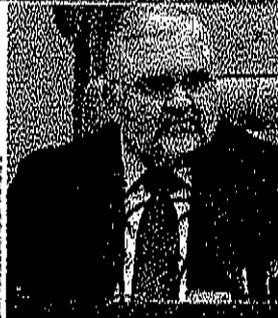
Existem conflitos entre a legislação brasileira e as decisões da Corte Interamericana?

Aparentemente não. Temos uma Constituição Federal moderníssima, que, no geral, atende à Convenção Interamericana. No entanto, eventuais interpretações do nosso Judiciário podem se configurar em conflitos com a jurisprudência da Corte.

Como é acionada a Corte Interamericana?

Acontece por intermédio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, que recebe as petições e a partir delas tenta acordos com os Estados e escolhe os projetos mais simbólicos e significativos para serem enviados à Corte.

Roberto Gurgel, procurador
geral da República



Carlos Humberto STF

Pollanna Milan

O que se espera do julgamento dos réus do mensalão?

O Ministério Público continua convencido da procedência da acusação, salvo aqueles casos em relação aos quais eu pedi absolvição, que são os de duas pessoas. A questão é que realmente existiu aquele esquema de assegurar a manutenção do poder por intermédio de pagamentos ilícitos. Portanto, a procuradoria está convencida de que o julgamento adequado será a condenação dos réus.

O Paraná foi um dos últimos estados brasileiros a criar a defensoria pública. Este é um exemplo de que ainda temos dificuldades de criar acessos facilitados à Justiça?

Sem dúvida. A defensoria pública é uma das instituições fundamentais em um Estado Democrático de Direito. Essa demora da efetiva implementação da defensoria pública dificulta imensamente o acesso à Justiça. Precisamos ter defensorias instaladas em todo o país e funcionando de maneira adequada.

É excessivo o uso de algemas nas operações policiais?

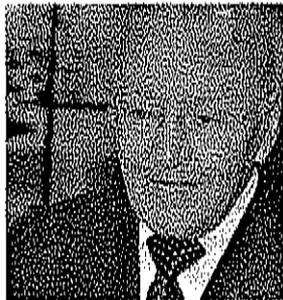
Acredito que é um assunto que, a rigor, não deveria ter sido objeto de uma súmula vinculante. Porque há situações e situações. Haverá casos em que o uso de algemas será um abuso às ofensas pessoais do cidadão. Mas, muitas vezes, as algemas são essenciais até para a própria segurança do preso.

GAZETA DO POVO

TRIBUNAIS

Justiça Aron Rog. SILVA
15/11/2011 10:05:11
15/11/2011 10:05:11

27 NOV 2011



Bobé, R&P/Agência

Kamila Mendes Martins

O que o senhor pensa da PEC dos Recursos?

É um meio de tirar possibilidades de acesso ao Judiciário. Os tribunais começam a criar empecilhos para que não se chegue a eles. Se não é para chegar a eles, para que vai ter tribunal?

O ministro Cezar Peluso diz que essa é uma forma de dar celeridade à execução da sentença...

Mas amanhã tornam a chegar novos recursos, e ele vai tirar outra coisa para que esse número reduza de novo. Na medida em que o povo vai se conscientizando de seus direitos e de que o modo de fazer valer o direito em boa parte é o recurso aos tribunais, os tribunais começam a tirar [formas de acesso a eles] porque o serviço vai aumentando.

Como dar celeridade aos julgamentos dos recursos?

Basta criar mais condições. Por exemplo, pergunte ao Supremo se ele quer que tire as coisas dele. Ele não queria que criasse o STJ [Superior Tribunal de Justiça]. A criação do órgão já foi um modo de tirar as competências do Supremo e ele não queria isso. Porque o Supremo não quer perder poderes, mas também não quer julgar. Ou seja, não quer exercer esses poderes na sua plenitude. Isso é contraditório. Tem muita coisa que pode sair do Supremo. Por exemplo, para que ter no Supremo o julgamento de crimes de deputados? Isso pode ir ao Superior Tribunal de Justiça, que pode ter o seu poder ampliado.

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Carta resume o evento e firma posição da OAB

Documento traz resoluções aprovadas pelos participantes da Conferência. Ele foi lido no último dia do encontro para uma plateia que lotou o grande auditório do

Teatro Positivo

Livia Lakomy,

especial para a Gazeta do Povo

O que é debatido na Conferência Nacional dos Advogados não fica só no discurso. O evento, que acontece a cada três anos, havia sido realizado em Curitiba pela última vez em 1978. Na época, uma manifestação durante a conferência resultou na restauração do *habeas corpus*. A expectativa é que as conclusões dos painéis desta edição também resultem em mudanças práticas no Direito Brasileiro. Para isso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançou uma carta ao final da XXI Conferência com resoluções aprovadas tanto pelos participantes do congresso (que puderam votar ao final dos painéis), como pela plenária. Essas resoluções, se aprovadas pelo órgão consultivo, passam a ter o caráter de posicionamento oficial da OAB em relação ao tema. "Dependendo da natureza da questão, a OAB pode sugerir um Projeto de Lei ao Congresso ou divulgar publicamente essa posição à sociedade", explicou o presidente nacional da Ordem, Ophir Cavalcante.

GAZETA DO POVO

PROPOSIÇÕES

27 NOV 2011

A Carta de Curitiba, elaborada pelos advogados, traz uma síntese das conclusões tornadas na conferência.

Confira os pontos principais do documento:

- Reafirmam a crença na imprensa livre, sujeita apenas aos controles sociais.
- Rejeitam os abusos do Estado policial.
- Defendem a autonomia dos indivíduos nas suas escolhas existenciais, da liberdade de religião à liberdade de orientação sexual.
- Advogam uma reforma política, que já tarda, capaz de diminuir o peso do poder econômico no processo eleitoral, de reforçar a representatividade do Legislativo e de fomentar virtudes cívicas que se encontram adormecidas.
- Reforçam a compreensão de que a autonomia e preservação do papel de cada um dos poderes da República são fundamentais para a manutenção e aprimoramento do processo democrático. Nesse contexto, conclamam o Congresso Nacional para que assuma de maneira firme a condução do processo legislativo, reafirmando a condição de refém das medidas provisórias.
- Condenam, sobretudo, o modelo político que favorece e estimula o loteamento de cargos em todos os níveis de poder, tomando governantes reféns de agentes públicos que se valem dos seus cargos para fins privados.
- Defendem a competência e a independência do Conselho Nacional de Justiça, pois nenhuma autoridade pública deve estar isenta de controle.
- Condenam os ataques às suas prerrogativas de advogados, por ser o profissional que defende, nos limites da lei e da ética, os interesses que lhe foram confiados.
- Reiteram o compromisso de preservar a qualidade daqueles que ingressam nos seus quadros, bem como de lutar pela qualidade do ensino jurídico, além de discordar dos critérios utilizados pelo MEC para a criação de novos cursos e vagas e sua ineficiência na fiscalização, por privilegiar a quantidade em detrimento da qualidade.
- Posicionam-se ao lado da sociedade que deseja o crescimento econômico do país, mas com observância de uma consciência ambiental, voltada para o desenvolvimento sustentável.

GAZETA DO POVO

Discussão 27 NOV 2011

Os desafios para um Brasil melhor

A XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Curitiba nesta semana, acontece a cada três anos e é considerada um dos eventos jurídicos mais importantes do Brasil. As discussões costumam ser complexas, múltiplas e abrangentes. O objetivo é motivar advogados e sociedade a debater com maior entusiasmo os desafios que estão sendo postos pelas transformações em curso no Brasil. Veja a seguir algumas das principais discussões que marcaram esta edição:

Da sessão do STJD ao lançamento de selo para indicar os cursos recomendados pela OAB, a marca da XXI Conferência Nacional dos Advogados foi a diversidade de temas tratados

Reação

Os advogados precisam reagir individualmente aos abusos de poder cometidos pelas autoridades judiciais. Essa foi a orientação dada a eles no evento. "Temos de estar preparados para o porteiro que nos desrespeita, mas também para enfrentar o poder do Estado", afirmou o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso. O presidente da OAB-TO, Ercílio Bezerra de Castro Filho, salientou que é preciso desvincular a ideia de que as prerrogativas (direito de defesa) do advogado são privilégios. "Não é possível ofender o advogado sem que esta ofensa atinja o cidadão que ele defende."

Esportes

O Paraná Clube perdeu a queda de braço para o Rio Branco. A conferência abrigou uma sessão de julgamento do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) de futebol. E, por decisão unânime, o STJD rebaixou o Paraná Clube à segunda divisão do Campeonato Paranaense. Segundo o presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB-PR, Alexandre Hellender de Quadros, essa foi a primeira vez na história do STJD que uma sessão é realizada fora do eixo Rio-São Paulo.

Cotas

Um dos debates que arrancou mais aplausos e comentários da platéia foi a discussão sobre cotas raciais. Com o argumento de que todos têm a mesma capacidade, independentemente da cor, a procuradora do Distrito Federal Roberta Fragoso Kaufmann disse que não existem raças, apenas a "raça humana". Já o conselheiro federal da OAB Luiz Viana Quelroz defendeu a constitucionalidade da implantação de cotas. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, o primeiro juiz deficiente visual do Brasil, ressaltou a importância da criação de métodos e leis que garantam o acesso de deficientes em vários âmbitos.

GAZETA DO POVO

Ensino jurídico

O ensino jurídico no Brasil está sucateado. E a culpa é do Ministério da Educação. Essa foi a conclusão do painel "Direito Social à Educação". Para pressionar a melhoria dos cursos de Direito, a Ordem voltou a indicar instituições bem avaliadas por meio do selo "OAB Recomenda". Uma lista com 90 cursos aprovados foi divulgada durante o evento. Do Paraná, oito foram selecionadas: Unicuritiba (Curitiba), Fundinopi (Jacarezinho), PUCPR (Curitiba), UEL (Londrina), UEM (Maringá), UEFG (Ponta Grossa), Unioeste (Francisco Beltrão) e UFPR (Curitiba). No universo de 1.219 cursos de Direito no país, as 90 elencadas representam apenas 7,4%.

27 NOV 2011



Salário

Apontada como uma "nova forma de escravidão", a ideia de penhorar salários para o pagamento de dívidas foi alvo de críticas. Para os especialistas, a prática viola a condição de sustentabilidade vital do indivíduo, atentando contra sua própria existência. Ao fim do painel, os presentes no encontro votaram uma resolução contrária à inclusão da possibilidade de penhora dos salários no novo Código de Processo Civil. "Os bancos sabem que somos tentados a consumir e oferecem crédito farto, fazendo depois o desconto das prestações em conta corrente, o que na prática significa a penhora dos salários", explicou o presidente da OAB-PB, Odon Bezerra Sobrinho, mestre em Direito do Consumidor.

Reforma política

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) cobrou uma reforma política ampla, irrestrita e urgente para combater a corrupção no país, durante a sessão solene de abertura do evento. A plateia do Teatro Positivo, lotado, aplaudiu quando o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, afirmou que a corrupção não é mais endêmica no Brasil, mas sim institucional, tornando-se presente em todas as esferas de poder. "Se pensam os governantes de plantão que essa corrupção está a protegê-los, esta é a capa de uma democracia corroida por dentro", disse. Cavalcante defendeu que a reforma política é a mãe de todas as reformas.

GAZETA DO POVO

XXI 27 NOV 2011

Conferência Nacional dos Advogados

É imenso o sentimento de alegria com os resultados obtidos nesta Conferência.

Apenas a força e a credibilidade dos advogados e da advocacia brasileira poderiam permitir que tivéssemos a presença, em Curitiba, dos maiores expoentes do Direito brasileiro.

Da tocante noite de abertura até a grandiosa sessão de encerramento, passaram pelos espaços da Conferência mais de sete mil advogados, ministros da República e de todos os tribunais superiores, gente da vida política e

intelectual do país, pessoas interessadas em aprender e ensinar, em debater e denunciar, em entreter e esclarecer.

Foram dezenas de painéis, conferências, sessões especiais, reuniões e bate-papos.

Sem medo de errar posso garantir que discutimos os principais problemas do país e os da nossa profissão.

A Carta de Curitiba é um documento histórico, que reafirma os princípios éticos e os pressupostos da advocacia brasileira, ao mesmo tempo em que traz as conclusões do evento.

Resta-me agradecer a oportunidade e ressaltar o orgulho de poder mostrar ao Brasil e às delegações estrangeiras um pouco da cultura paranaense e das atrações da nossa capital.

Ao Conselho Federal da OAB, que nos honrou com a preferência.

A diretoria, conselheiros e o staff profissional da OAB Paraná, da Caixa de Assistência e da OAB Prev, que foram incansáveis na execução das tarefas que resultaram no sucesso obtido.

Em termos profissionais, não existe sensação mais gratificante do que nos orgulharmos da classe a que pertencemos.

Mais do que nunca, podemos ter este orgulho. Tasso da Silveira afirmou que para os poetas o homem é sempre igual ao homem.

A XXI Conferência Nacional dos Advogados reafirmou a nossa convicção: para os advogados, a igualdade também é princípio basilar das relações humanas.


José Lucio Glomb



GAZETA DO POVO

CORRUPÇÃO E CONFIANÇA

27 NOV 2011

A qualidade das instituições é refletida pela forma como funcionam a Justiça, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a moeda, o Banco Central e os grandes órgãos governamentais

Uma pergunta difícil de responder: o que causa a riqueza ou a pobreza das nações? Adam Smith, um dos principais pensadores econômicos, publicou sua principal obra em 1776, conhecida pelo título reduzido *A Riqueza das Nações*, na qual ele fez uma tentativa de oferecer respostas àquela pergunta. Desde então, a realidade mundial vem sendo marcada por alguns países que crescem e oferecem elevado padrão de vida para sua população, enquanto outros, alguns ricos de recursos naturais, mantêm-se na pobreza e sofrem baixo padrão de bem-estar social.

A busca de respostas para as causas da riqueza e, também por que algumas nações, mesmo tendo abundantes recursos naturais, continuam pobres constituem, ainda hoje, o centro das preocupações de economistas, sociólogos e pensadores políticos. Não há respostas fáceis, mas algumas pistas são conhecidas. Douglas North, prêmio Nobel de Economia, realizou estudos profundos sobre o tema e concluiu que as diferenças entre nações ricas e pobres podem ser explicadas, entre outras causas, pela qualidade das instituições, pela cultura e crenças do povo e pelo comportamento do governo.

A qualidade das instituições é refletida pela forma como funcionam a Justiça, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a moeda, o Banco Central e os grandes órgãos governamentais. Um ponto importante é que, para haver crescimento econômico, é preciso existir no país a garantia do direito de propriedade, estabilidade econômica (sobretudo ausência de inflação) e garantia dos contratos livremente firmados e juridicamente válidos. Entretanto, a existência dessas condições depende de um sistema judicial submetido a leis claras e estáveis e que solucione de maneira rápida e eficiente os conflitos contratuais.

A história das nações desenvolvidas demonstra que a prosperidade econômica está diretamente ligada ao grau de certeza sobre o comportamento esperado das pessoas e dos agentes de mercado. Por sua vez, a expectativa sobre o comportamento dos agentes depende do funcionamento eficaz do Poder Judiciário e da eficiência na punição dos transgressores das leis e dos contratos. Tanto isso é verdade que tem sido recorrente a constatação de mau funcionamento do sistema judicial nos países atrasados, nos quais o grau de incerteza nas relações sociais e econômicas é grande o suficiente para atrapalhar a prosperidade material e o desenvolvimento social.

Um dos subprodutos de um sistema judicial ineficaz, moroso e precário é o alto grau de corrupção no poder público e nas corporações privadas, sobretudo nas relações entre Estado e empresas. Além de provocar descrédito da sociedade nas instituições governamentais, a corrupção é fonte de desperdício de recursos e má gestão dos negócios públicos. O resultado é uma sequência nociva de mais governos, políticas econômicas erráticas, endividamento excessivo do governo e crises recorrentes. Esses ingredientes estão presentes, por exemplo, nas crises atuais da Grécia e da Itália.

O comportamento do governo tem a ver com a forma com que a sociedade é tributada e como os serviços públicos são executados. Aspectos como transparência, ética e eficiência nas ações governamentais são decisivos não apenas para contribuir ou atrapalhar o crescimento da economia, mas também para melhorar ou piorar o comportamento das pessoas e dos agentes de mercado. Dizendo de outra forma, as ações do governo têm efeito pedagógico, para o bem ou para o mal. Quando age, o governo sinaliza para a sociedade o grau de seriedade, honestidade e eficiência que se pode esperar das instituições públicas, como também influencia o comportamento das pessoas e das instituições privadas.

O mau comportamento dos políticos e dos dirigentes públicos e os atos de fraudes e corrupção dilaceram ainda mais os valores sociais quando a percepção da população é de que não há e não haverá punição para os poderosos. Não é raro ver na imprensa referências à que "no Brasil, ricos e políticos desonestos não vão para a cadeia", expressão que apenas reflete a descrença da sociedade na capacidade punitiva do sistema judicial. E, se não há punição, o incentivo ao crime e à corrupção aumenta, com prejuízos visíveis para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

O fato é que há correlação entre confiança e desenvolvimento econômico; e a corrupção nas esferas públicas e privadas, estimulada pela impunidade, corrói a confiança da sociedade nas instituições, logo, prejudicam a prosperidade. Por isso o crescimento econômico e o desenvolvimento social da nação dependem da melhoria das leis, da reestruturação dos órgãos de fiscalização, do reforço dos aparelhos de investigação e, sobretudo, de maior eficiência do Poder Judiciário em sua missão de processar, julgar, condenar e aplicação de punições.

Quando todo o sistema judicial funciona mal, a sociedade perde não apenas em termos de impunidade, mas perde também em termos de grau de confiança, crescimento econômico e melhoria do bem-estar social.

GAZETA DO POVO

FRANCISCO DO RÊGO MONTEIRO ROCHA JÚNIOR

Luta contra a corrupção no Brasil 27 NOV 2011

O Projeto de Lei 6.826 de 2010, que tramita na Câmara dos Deputados, é uma iniciativa que criará mecanismos para combater a corrupção das pessoas jurídicas, penalizando-as com sanções civis e administrativas

As recentes manifestações e atos contra a corrupção em várias capitais brasileiras fazem lembrar o quão atuais são as palavras de Sérgio Buarque de Holanda no seu clássico *Raízes do Brasil*. Explica-nos o historiador que dentre as chaves para a compreensão do Brasil estão o patrimonialismo (a confusão entre público e privado que norteia a atuação de nossos representantes) e a nossa famosa cordialidade (uma ética emotiva que exige que sejamos íntimos no trato social, nos negócios ou no trabalho para termos sucesso, ao invés de apresentarmos o melhor trabalho, preço ou produto). Em suma, são as duas matrizes que definem aquilo que chamamos de jeitinho brasileiro.

Muito maior que o famoso "custo Brasil", referente aos altos encargos sociais e trabalhistas arcados pelas nossas empresas, quer parecer que o preço desse traço da nossa sociedade faz com que investimentos sejam dificultados, o desenvolvimento retardado e a livre iniciativa distorcida para favorecer grupos atrelados de maneira direta ou indireta ao Estado.

Evidentemente que as conquistas legislativas para combater tal estado de coisas sempre sofreram com as dificuldades inerentes ao fato de que as leis, normalmente, são elaboradas pelos mesmos grupos que se beneficiam da sua inexistência. Não obstante, tem-se constatado avanços tanto em nossa legislação quanto em nossa postura política internacional sobre o tema. É o que se vê com a Lei de Licitações, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a própria responsabilização criminal das pessoas físicas envolvidas em atos de corrupção. E ainda, pela ratificação pelo Brasil da Convenção Anticorrupção da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1997, e da Convenção da ONU contra a corrupção em 2003.

Nessa linha, seja por uma efetiva vontade de combater a corrupção, seja pela pressão dos organismos internacionais para que o Brasil efetive os tratados que ratificou, desponta em nossa pauta legislativa o Projeto de Lei 6.826 de 2010 que tramita na Câmara dos Deputados. Trata-se de iniciativa que criará mecanismos para combater a corrupção das pessoas jurídicas, penalizando-as com sanções civis e administrativas que recairão não mais somente sobre as pessoas, mas sobre as empresas e corporações flagradas praticando tais tipos de atos.

Entre as práticas que serão combatidas pela futura lei, verifica-se no artigo 6.º do projeto a promessa direta ou indireta a agente público ou pessoa a ele relacionada (Inciso I), o ajuste a e combinação que frustre o caráter competitivo da licitação (Inciso II), o afastamento de licitante através de oferecimento de vantagem (Inciso IV), entre outras condutas ativas ou omissivas relacionadas à corrupção.

CONTINUA

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dentre as penas, como se depreende do artigo 7.º do projeto, tem-se multa no valor de até 30% do faturamento bruto da pessoa jurídica (inciso I), reparação integral do dano causado (inciso III), proibição de contratar, receber incentivos e subsídios (inciso V), revogação de delegação, autorização ou permissão da administração pública, dentre outras sanções.

Poderia alguém criticar que tal tipo de iniciativa legislativa estaria longe de se constituir no elixir mágico que mudaria todo o cenário denunciado há quase oito décadas por Sérgio Buarque de Holanda. Inclusive, poderia citar o fato de que as leis similares de outros países, como o *Foreign Corrupt Practices Act* norte-americano e o recentíssimo *Anti-bribery Act* do Reino Unido, não extirparam por lá esse mal.

Não obstante, é de se convir que a consolidação do Brasil como uma potência emergente não pode se atrelar única e exclusivamente à luta contra a pobreza; deve também abrir espaço para que a riqueza possa ser construída e usufruída por todos e por qualquer um. E esse usufruto clama por armas para derrotar o "jeitinho".

Francisco do Rêgo Monteiro Rocha Júnior, mestre e doutorando em Direito pela UFPR, é coordenador da pós-graduação em Direito e Processo Penal da ABCConst, professor da Unibrasil e advogado criminalista.

Câmara, a “fábrica” de prêmios

Vereadores de Curitiba concederam 147 homenagens ao longo das 110 sessões plenárias realizadas no último ano

Rogério Waldtrigues Galindo

Os vereadores de Curitiba entregaram nos últimos 12 meses 147 homenagens e honrarias de todos os tipos. Esse número é maior do que o de sessões plenárias realizadas no mesmo período: 110. Se a Câmara fosse entregar um prêmio por sessão, a Casa teria dois meses extras de sessões plenárias no ano.

A concessão de prêmios equivale a quase um terço de todos os projetos apresentados pelos vereadores da capital durante o ano. Desde novembro passado, por exemplo, o site do Legislativo municipal informa que houve 473 propostas de outros tipos (o que inclui denominação de ruas, títulos de utilidade pública e projetos de lei de maior impacto).

No total, os vereadores mantêm 18 tipos de homenagens anuais. As mais conhecidas são a cidadania honorária (para quem não nasceu na cidade), e o título de “vulto emérito” (para curitibanos natos que se

destacam). Além desses, há prêmios específicos para esportistas, profissionais de saúde, educação, religiosos, jornalistas, pessoas da área de cultura, operários, servidores públicos e historiadores, entre outros.

Os prêmios são tantos que, em 2007, foi necessário criar uma lei que impedisse a Câmara de criar novas honrarias. Autor do projeto, o vereador Mario Celso Cunha (PSB), hoje secretário estadual para assuntos da Copa do Mundo, diz que além do custo, os prêmios estavam se banalizando. “Tentei reduzir também o número de homenagens para quatro. Mas os colegas não deixaram. Houve uma resistência muito grande”, afirma.

Os vereadores defendem a prática. Zé Maria (PPS), por exemplo, indicou nove pessoas para prêmios da Câmara nos últimos 12 meses. Também indicou uma empresa para o título de Consagração Pública Municipal. “É importante você reconhecer as pessoas que têm mérito. Quem não gosta de ser reconhecido? Eu não acharia certo entregar prêmios para quem não merece”, afirma o vereador.

Tico Kuzma (PSDB) pondera que, se houvesse menos prêmios, talvez os homenageados fossem “ainda mais valorizados”. Mas não vê exagero e diz que há muita gente em Curitiba que merece reconhecimento. Neste mês, Kuzma apresentou uma indicação para que Adriani Kusma, dona de uma agência de turismo, receba o

prêmio Mulheres Empreendedora. Apesar do sobrenome e de os dois serem do mesmo bairro, ele diz que não há parentesco próximo. “Ela casou com um Kusma”, explica.

Análise

Para o cientista político Fabrício Tomio, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a grande quantidade de honrarias concedidas pelos vereadores se deve, em boa medida, ao fato de eles terem um número reduzido de atribuições. Segundo ele, há várias limitações para a apresentação de projetos: os vereadores não podem criar custos para a prefeitura, por exemplo. “O que eles poderiam fazer mais era a fiscalização do Executivo. Mas não fazem”, diz o professor.

Assim, segundo Tomio, o que resta é apresentar propostas de nomes de ruas ou de títulos honoríficos. “Até porque eles são cobrados pela população e têm de ter algo para mostrar”, explica.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DE TODO TIPO

27 NOV 2011



Veja a lista dos prêmios que são entregues pela Câmara. A maioria tem periodicidade anual. Cada vereador pode indicar um vencedor por ano:

- ▶ Cidadania Honorária
- ▶ Vulto Emérito
- ▶ Consagração Pública Municipal
- ▶ Mérito Esportivo
- ▶ Operário Padrão
- ▶ Amigo da História
- ▶ Colunista Dino Almeida
- ▶ Cidade de Curitiba
- ▶ Cultura e Divulgação de Curitiba
- ▶ Ecologia e Ambientalismo
- ▶ João Batista Goato
- ▶ Papa João Paulo II
- ▶ Mérito de Saúde
- ▶ Mulheres Empreendedoras
- ▶ Pablo Neruda de Direitos Humanos
- ▶ Professor João Celsóstomo Arns
- ▶ Servidor Público Padrão
- ▶ Medalha de Mérito Fernando Amaro



GAZETA DO POVO

Bibinho 1 COLUNA DOS LEITORES

Não existe nenhum criminoso que não entre em depressão tão logo seja descoberto e preso. Acho que os advogados que usam dessas artimanhas para defender criminosos deveriam ser responsabilizados. Para roubar é absolutamente são, entretanto, para responder é doente. Só neste país mesmo.

Antônio Carlos Wanderley

Bibinho 2

É impressionante o poder que o dinheiro pode proporcionar. Após ter sido desmascarado, indiciado e preso, é fácil supor uma disfunção psiquiátrica para fugir das acusações. Casos de corrupção, desvios, fraudes e afins deveriam ser isentos de recursos que dificultem o julgamento em primeira instância.

Allan Francisco Melnik, Campo Largo - PR

27 NOV 2011

Bibinho 3

Ele deve pagar pelo que fez. Justiça tem de ser feita. Parabéns pela matéria "Exame atesta sanidade mental de Abib Miguel (Gazeta, 25/11). Não deixem isso se apagar. Vão até o fim. Os culpados têm de pagar pelo que fizeram.

Adilson Camargo

Bibinho 4

E agora, Bibinho, qual será a próxima estratégia para se livrar das acusações? Vem aí Natal, ano novo, tempo de reflexão, paz, presentes, férias. Tomara que desta vez os gastos extras não sejam com desvios de dinheiro público.

Dulcelina Aparecida Messias

Derosso 1

Eu me sentiria muito feliz se acabasse o voto obrigatório, pois sou obrigado a votar e ver essa pouca vergonha de os políticos em geral, afundando o nosso país com desvio de verbas e mordomias.

Wanderley Ribeiro

Derosso 2

Impressionante a desfaçatez dos representantes do povo. R\$18,3 milhões gastos na publicação de uma revista sem sentido, envolvendo a esposa do Derosso, o que já confirma irregularidades. Para que a Câmara de Vereadores precisa de publicidade? Quem nesta cidade já viu uma revista de lá? Eles precisam trabalhar.

Marcos V. Pegorini

Promotores midiáticos

Texto oportuno o que fala sobre os promotores de justiça midiáticos, uma vez que, em busca das luzes da notoriedade, compromete-se o aprofundamento das investigações, comprometendo a aplicação da justiça.

Cláudio Venturi, professor

27 NOV 2011

GAZETA DO POVO

IMPROBIDADE

Ex-reitor da UnB é absolvido em processo

■ O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região inocentou o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Timothy Mulholland na ação de improbidade administrativa em que era acusado de ser responsável por mobiliar luxuosamente imóvel funcional da instituição. Para o TRF, não há prova de que ele se envolveu na decoração do imóvel, que tinha entre os itens uma lixeira adquirida à época por R\$ 990.

Um integrante do Conselho Superior da UnB declarou à Justiça que Timothy não participou da reunião que aprovou a destinação e melhoria do imóvel para o reitor. Em 2008, o então reitor foi obrigado a renunciar ao cargo depois de uma série de denúncias de irregularidades envolvendo a UnB e uma de suas fundações.

"Agora ficou pacífico que aquela acusação foi fruto de um fato político e que depois foi judicializada. O professor Timothy foi absolvido em primeira e segunda instâncias e pretende continuar dando aulas e provar que é inocente de todas as acusações", disse o advogado Marcos Joaquim Gonçalves Alves.

No mês passado, o Ministério Público Federal entrou com uma nova ação de improbidade contra Mulholland, devido a um esquema que desviou recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a Fundação Universidade de Brasília.

GAZETA DO POVO
TRIBUNAIS

27 NOV 2011

TRE-PR e TC

R\$ 8.718,24 de
remuneração

ofertam 31

posições

Oportunidades são para analista e técnico judiciário, no TRE-PR, e para técnico de controle, no TCE. Os salários começam em

R\$ 4 mil

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) estão com inscrições abertas para concursos públicos nas áreas de analista e técnico judiciário e analista de controle, respectivamente. Para o TRE, inscrições vão até as 20 horas do dia 15 de dezembro, e para o TC candidatos têm até as 14 horas do dia 30 de novembro.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet e custam R\$ 80 (analista judiciário do TRE-PR), R\$ 65 (técnico judiciário do TRE-PR) e R\$ 140 (analista de controle do TCE-PR).

Tribunal Regional Eleitoral

O TRE-PR está com disponibilidade imediata de duas vagas, uma para analista judiciário, na área judiciária; e outra para técnico judiciário, na área administrativa. Os salários variam de R\$ 4.052,96, para cargos de nível médio, a R\$ 6.611,39, para nível superior. As outras vagas são para formação de cadastro de reserva.

As provas serão realizadas no dia 5 de fevereiro de 2012, no período da manhã (cargos técnicos) e da tarde (cargos de analista). Há questões de conhecimentos básicos e específicos para todas as áreas. Para os cargos de analista judiciário nas áreas judiciária, administrativa, administrativa de especialidade em contabilidade e na área de apoio especializado em biblioteconomia, há também questões discursivas (redação).

Tribunal de Contas

Há 29 vagas no TCE-PR para o cargo de analista de controle nas áreas jurídica, contábil, de informática, administrativa, econômica, atuarial e de engenharia civil. Duas vagas são destinadas a afrodescendentes. A remuneração total pode chegar a R\$ 8.718,24.

As provas serão realizadas no dia 18 de dezembro, pela manhã, com questões objetivas 50 questões de conhecimentos gerais e 50 de conhecimentos específicos; e à tarde, com duas questões discursivas.

SERVIÇO

Informações e o edital dos concursos podem ser acessados no site www.concursosstc.com.br.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Desculpas oficiais

27 NOV 2011

No primeiro encontro com familiares de desaparecidos e ex-perseguidos na ditadura após a sanção da Comissão da Verdade, a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário (foto), aproveitou para fazer ontem pedido formal de desculpas à psicóloga e professora da USP Vera Paiva. Filha do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido na ditadura, Vera iria discursar na cerimônia do Planalto representando os familiares, semana passada, mas seu nome foi vetado. "Peço desculpas públicas a Vera Paiva. Não se viabilizou por uma questão de tempo curto. Há muitas ilações [de que militares vetaram o discurso]", diz. No encontro com 26 ex-perseguidos políticos, Maria do Rosário mostrou-se à vontade.



Indignado

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), afirmou que está "indignado" com as denúncias de supostas irregularidades na licitação da inspeção veicular. A Justiça decretou o bloqueio dos bens nesta semana, embora tenha negado o pedido de seu afastamento do cargo. Kassab estava em Londres quando soube da notícia. Disse que no início da semana, de volta ao Brasil, vai ver como fará o recurso contra o bloqueio de seus bens.

FRASE

"O que meoa é que a cultura do Judiciário é pra não falar que existem bandidos. Claro que os bons magistrados podem ficar tranquilos."

Ellena Calmon, corregedora nacional de Justiça.

JURIL CARNASCIALI LANÇAMENTO DE OBRA



No jantar comemorativo aos 50 anos do Escritório Prof. René Dotti, uma das mais importantes bancas da capital paranaense, a presença de Marta Tonin, da jornalista e do professor Eduardo de Oliveira Leite, que, em parceria com a Editora Forense, lança a obra *Estudos de Direito de Família e Pareceres de Direito Civil*, no dia 29, na Saralva do Crystal. Na ocasião, ele prestará homenagem a Regina Billac Pinto, que está à frente da Forense, conhecida como a grande dama da editoração jurídica brasileira.

28 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Em 3 meses, ameaças a juízes crescem 50%

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça aponta a existência de 150 magistrados que correm risco de morte no país

O número de juízes ameaçados no país subiu 50% de 12 de agosto deste ano até ontem. Um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que a quantidade de magistrados na mira de criminosos saltou de cem para 150 em apenas três meses. Os dados são baseados nas informações prestadas pelos tribunais locais à Corregedoria do CNJ.

Logo após a morte da juíza Patrícia Acioli, assassinada na porta de casa em 12 de agosto, houve aumento nas denúncias. Apenas 13 dias depois do crime, 34 magistrados foram acrescentados à lista, somando 134 casos. De lá para cá, mais 16 foram incorporados à estatística.

O perigo para alguns magistrados não passa somente pela ameaça. O juiz federal Lafredo Lisboa, da 3.ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, descobriu que foram oferecidos R\$ 500 mil para quem o matasse, e que havia um plano para sua execução. "Em 2004, tomei conhecimento que um réu, condenado, prestando depoimento na Vara de Execuções Penais, teria dito que havia uma operação em que eu seria assassinado. A minha morte só não ocorreu por-

que, em um determinado dia, não passei no local por onde passava sempre", disse.

Após saber do plano, o juiz passou a andar com escolta cedida pela Secretaria de Segurança do Rio. Lisboa foi responsável pelas condenações do escândalo do Propinoduto 4, em que assessores da então governadora do Rio, Rosinha Garotinho, recebiam dinheiro de grandes empresas em troca de benefícios fiscais.

O caso expõe um problema maior, que passa pela precariedade do controle do poder público sobre as forças de segurança: três agentes penitenciários e três policiais civis, além de quatro presos, tramavam a morte de Lisboa.

Projeto

Para melhorar a segurança dos magistrados, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) redigiu projeto de lei que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Ele prevê a formação de um colegiado de juízes para julgar ações de organizações criminosas e permite a posse de armas a agentes de segurança do Judiciário. "Esse projeto é muito similar à legislação que foi adotada na Itália durante a Operação Mãos Limpas. Cria um órgão colegiado de três juízes para apreciar as ações do crime organizado e do narcotráfico internacional", diz Gabriel Wedy, presidente da Ajufe.

Ele diz que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a Polícia Federal já admitiram que não têm condições de dar segurança a todos: "A primeira atitude é a aprovação desse projeto, para que os juízes tenham garantia mínima de segurança. A segunda é permitir que o serviço de inteligência da PF trabalhe em consonância com esses agentes de segurança."

28 NOV 2011

GAZETA DO POVO

TELEFONE

Violência contra a mulher pode ser denunciada do exterior

O disque 180, que atende a mulheres em situação de violência no país, passará a ter um braço internacional. Brasileiras vítimas de violência doméstica, tráfico de pessoas e exploração no trabalho que vivem no exterior poderão ligar gratuitamente para uma central no Brasil. O procedimento será o mesmo do atendimento nacional, com oferta de informação sobre direitos da mulher, indicação de postos de acolhimento e, em casos graves, acionamento da polícia. Segundo Ane Cruz, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o governo vai divulgar o número utilizado em cada país para a ligação a cobrar. O serviço foi lançado anteontem e inicialmente está disponível em Portugal, na Itália e Espanha. Esses países concentram parte importante das brasileiras emigradas em situação de violência e têm adidos policiais.

COLUNA DO LEITOR

Conferência da OAB

O "selo OAB" é uma medida excelente e legal para avalizar os cursos de bacharelado em Ciências Jurídicas. Diferentemente do Exame da OAB, que a meu ver é inconstitucional. O selo fará com que estudantes realmente interessados em seguir a carreira escolham melhor a faculdade e estudem mais. Os demais órgãos de classe deveriam seguir o exemplo.

Sérgio Corrêa

Número

5,6 mil NOTA POLÍTICA

ações aguardam a nova ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Maria Weber, que assume a vaga de Ellen Gracie, aposentado em agosto.

“Os candidatos são vendidos como se fossem sabonetes”

28 NOV 2011

Ricardo Lewandowski,
presidente do Tribunal Superior
Eleitoral (TSE)

Sandro Moser

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, participou na semana passada da XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Curitiba. Durante sua palestra em um painel que discutiu os Direitos Políticos no Brasil, o presidente do TSE fez críticas pontuais ao sistema político brasileiro, porém se mostrou contrário a uma reforma política radical que surja por iniciativa do Congresso Nacional. O ministro propõe que mudanças significativas devem ser precedidas de consulta popular, no caso um referendo, a respeito das questões mais polêmicas da reforma. Para o ministro é momento de apostar na força da democracia participativa, “a mesma que inseriu a Lei da Ficha Limpa no cenário político nacional”.

O senhor defende uma reforma ampla do sistema político?

Tenho a convicção de que o sistema político merece alguns ajustes. No entanto, tenho algum receio de derrubar-se um edifício institucional inteiro para começar do zero. Temos um sistema político em vigor desde 1932 que vem funcionando razoavelmente bem. Com alguns defeitos, como nem sempre conseguir captar com precisão a expressão da soberania popular. Mas já há certo consenso nos meios jurídicos, acadêmicos e

políticos quanto a alguns tópicos, como a eliminação das coligações, limites nos gastos e a necessidade de consulta popular.

Consulta popular?

Precisamos aperfeiçoar esta tendência. Em primeiro lugar é preciso fazer a pergunta: Qual é o sistema partidário que queremos? A resposta clara só pode se obter através de um referendo.

A reforma política não é um tema um tanto complexo para ser apresentado em forma de referendo?

Penso que o referendo tem que ser colocado de forma muito simples para o eleitor sob a forma de uma pergunta: sim ou não. O desafio é apenas formular corretamente o questionamento. Mesmo agora na consulta feita ao povo do Pará para saber se ele quer ou não desmembrar o território (nos estados de Carajás e Tapajós) nos fizemos uma questão muito simples.

E quando este referendo poderia acontecer?

Estamos tendo um avanço muito importante no TSE, que é ampliar a memória das máquinas de nossas eletrônicas, alterando os programas de maneira que nas próximas eleições o eleitor possa escolher não apenas os candidatos de sua preferência como responder também a alguma pergunta sobre a reforma política. A hora é de prestigiar a democracia participativa.

Como ocorreu no caso da Lei da Ficha Limpa?

A Lei da Ficha Limpa veio moralizar o processo político. A grande diferença é que foi uma reforma política feita pelo povo, por iniciativa popular. Aquele 1,6 milhão de assinaturas no papel e outras tantas na internet. É o povo fazendo a reforma política possível, sem esperar que o Congresso a faça. Uma lei que veio para ficar e, quero crer, será considerada constitucional. Outra reforma que o povo não esperou o Congresso fazer foi a questão da compra de votos, incluindo na Constituição o artigo que proíbe a captação ilícita de sufrágio. São avanços extraordinários na legislação nascidos por bandeiras empunhadas pelo povo.

Mas o senhor falou em mudanças tópicas que poderiam ser feitas pelo Congresso. Quais seriam?

Nas eleições proporcionais devemos proibir as coligações que inserem distorções no sistema eleitoral. Penso também que devemos limitar as contribuições para as campanhas políticas. Nas eleições de 2010, somando as contribuições de pessoas físicas e jurídicas chegamos a quase R\$ 3 bilhões. O que acontece se nós colocamos tanto dinheiro nas campanhas? Os candidatos são vendidos como se fossem sabonetes em detrimento do debate de ideias. Projetos e programas para melhorar o país, as questões mais técnicas doutrinárias e políticas que interessam à república ficam em segundo plano.

CONTINUA

28 NOV 2011

Isto não se deve também ao enfraquecimento dos partidos? Devemos estabelecer uma cláusula de barreira para diminuir este número exagerado de partidos políticos que temos. O TSE, no mês passado aprovou o 29.º partido no país. Estamos saindo de um pluripartidarismo para um hiperpartidarismo. Com todas as distorções que isso implica. Nós não temos um sistema partidário que permita que debates importantes cheguem a bom termo e consenso no Congresso Nacional. Temos partidos que não são programáticos nem ideológicos, com honrosas exceções. São meras siglas que são empregadas para chegar ao poder durante o processo eleitoral. Há alguns anos o STF derrubou a cláusula de barreira que havia sido imposta pelo Congresso para barrar o grande número de partidos políticos. O STF entendeu por derrubar a cláusula, pois ela feriria princípios constitucionais. Talvez seja o momento de elaborar melhor uma nova cláusula neste sentido.

E a proposta de financiamento público das campanhas?

Sou a favor do financiamento predominantemente público, mas não exclusivamente público. Defendo a eliminação da doação de pessoas jurídicas. Neste ponto reside, infelizmente, uma alternativa de corrupção. Sou a favor da contribuição de pessoas físicas desde que limitadas a um determinado teto. Um bom exemplo é o que ocorreu nas últimas eleições americanas na campanha vitoriosa do presidente Barack Obama feita, em sua maior parte, de pequenas contribuições por meio da internet.

Essas mudanças são possíveis para quando?

Não é possível para o ano que vem, pois o artigo 16 estabelece que qualquer alteração no processo eleitoral deve ser feita um ano antes das eleições. Portanto em 2012 não haverá modificação na legislação eleitoral o que, inclusive nos permite que aceleremos as resoluções atinentes às eleições até dezembro, o que pacificará, de certa maneira, o meio político e todos os operadores do Direito saberão com antecipação quais são as regras em vigor. Talvez para 2014, haja tempo para modificações.

Curitiba foi uma das cidades (ao lado de Goiânia) a passar pelo recadastramento biométrico dos eleitores, porém a resposta tem sido lenta. Como o senhor avalia esta resposta dos eleitores?

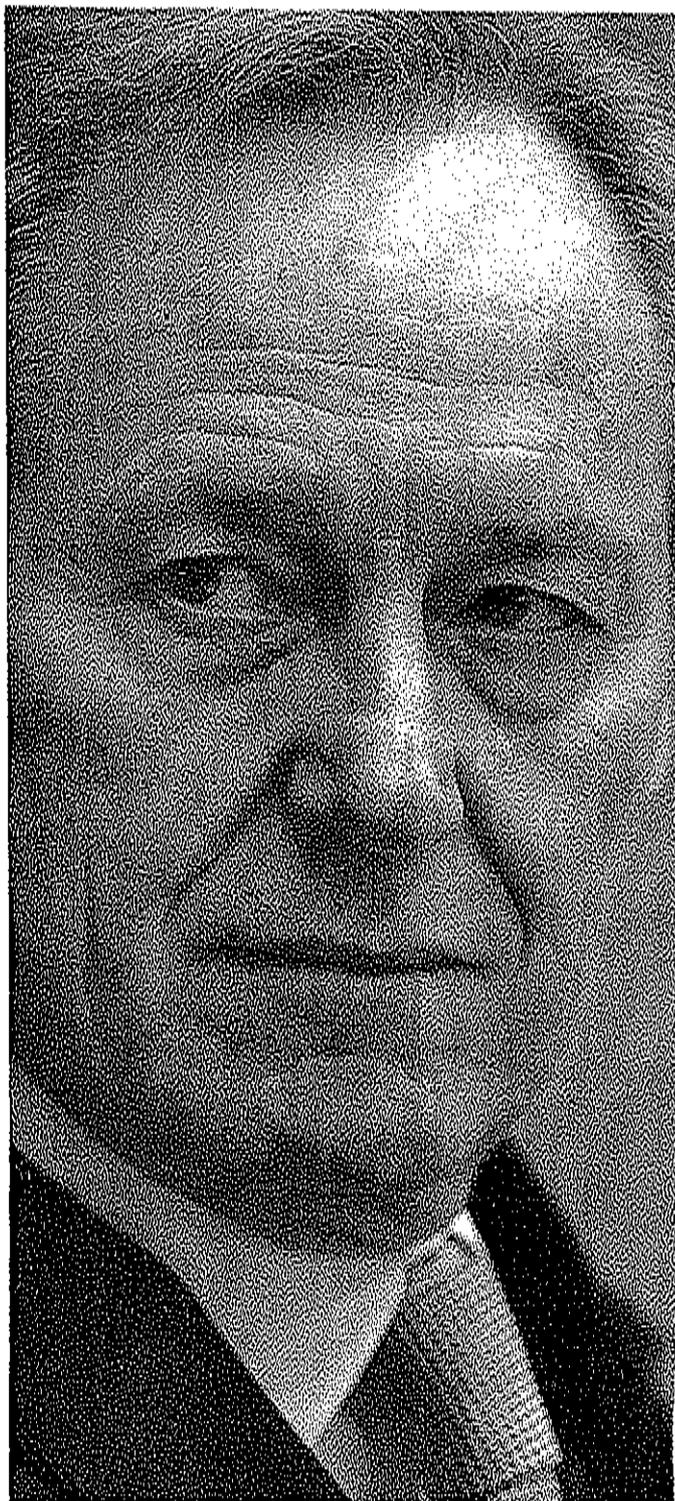
Na verdade, eu estou muito satisfeito com o trabalho feito aqui em Curitiba que serve como exemplo em termos de celeridade e racionalidade do serviço. O que acontece é que muita gente não está atendendo à convocação da Justiça. Não está entendendo a importância de recadastrar. Aqueles que não se recadastrarem terão uma sanção, que é a perda de seu título. E quando ele se recadastra com a impressão digital ele está contribuindo para o aperfeiçoamento do processo eleitoral. O procedimento de votação será extraordinariamente acelerado e com o mínimo de risco em problemas de identificação.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

28 NOV 2011



“Temos partidos que não são programáticos nem ideológicos, com honrosas exceções. São meras siglas que são empregadas para chegar ao poder durante o processo eleitoral.”

“Defendo a eliminação da doação de pessoas jurídicas [para as campanhas eleitorais]. Sou a favor da contribuição de pessoas físicas desde que limitadas a um determinado teto.”

26 NOV 2011

CARTA CAPITAL

Eterno corporativismo O presidente do STF acaba de consagrar a existência de cidadãos de 1ª e de 2ª classe

CEZAR PELUSO, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), acaba de criar mais uma regalia, em um país marcado por elas, ao determinar que o site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também preside, retire as iniciais dos nomes dos magistrados que respondem por processos disciplinares nos tribunais regionais.

É um retrocesso na chamada transparência norteada pela máxima exposição possível sobre as decisões das autoridades. Assim, o que já era ruim com o recurso das iniciais ficou pior com a supressão delas.

Mais poderosa, a decisão de Peluso parece uma resposta direta, emocional, à ministra Eliana Calmon, do STJ, corregedora nacional da Justiça. Voz quase solitária contra esse estado de coisas, ela denunciou a existência de "bandidos de toga" e, mais recentemente, acirrou ainda mais a reação corporativista ao escalar outra ferida.

"A aposentadoria não é punição, é benesse", disse em referência à pena máxima aplicada a juízes que, punidos por desvios, vão para casa comemorar a pena com todos os privilégios.

Em cadeia nem se fala, por mais grave que seja um funcionário do Estado cometer crimes. Para eles, em tese, foi concebida a "prisão especial".



Sorrir do quê? A solitária e destemida Eliana Calmon, a condespendente Cezar Peluso

Como isso não existe na prática, nasceu, então, a figura do "preso especial". Cadeia é para pretos, pobres e prostitutas, sentença, sensatamente, um velho ditado. Melhorou, é verdade. Há uma exceção aqui e outra ali. Essencialmente, no entanto, ainda é assim. Não se pode, ainda, pensar na aposentadoria dessa amarga ironia popular.

No rastro do STM caminha agora a Procuradoria-Geral da Justiça Militar (PGJM).

Há uma reação interna entre os promotores. Um deles alinhou em três etapas essa caminhada em direção ao sigilo: **1.** Publique-se – a publicação da decisão era integral. **2.** Publique-se com ressalvas – conviveu com a fase anterior, mas em algumas decisões os nomes das pessoas envolvidas eram substituídos por "xis". **3.** Publique-se o Dispositivo – modelo em vigor, onde é publicado apenas o número do procedimento, a Procuradoria da Justiça Militar de origem e o dispositivo.

Curiosas decisões emanam do STF. De lá partiu a mais forte pressão contra o uso de algemas em gente de poder. Foi assim com o senador Jader Barbalho (PA) e, em outra ocasião, contra o banqueiro Daniel Dantas (RJ). Houve reação também por meterem no camburão ilustres figuras. Na ocasião, o então ministro da Justiça, Tarso Genro, preocupado, cogitou da modernização desses veículos. A finalidade seria a de atender reclamações de presos de colarinho-branco. Na sequência, outro petista, o deputado paulista Wagner Rubinelli, apresentou um projeto para regulamentar o uso de algemas.

Nos meios forenses é sabida a dificuldade de estabelecer um regulamento detalhado e objetivo sem gerar privilégios. Talvez por isso, nos Estados Unidos, espelho do comportamento tupiniquim em outros casos, a regra seja uma só: todos são algemados.

No Brasil, há tratamento desigual para os presos de colarinho-branco e de colarinho-ruído. Os semelhantes desses últimos emergiram na Revolução Francesa. Eram chamados de *sans-culottes*. O culote, calça folgada na cintura, representava o colarinho-branco para a nobreza.

Somados os privilégios, a decisão do ministro Cezar Peluso consolida a existência de cidadãos de primeira e segunda classe no Brasil do século XXI. A situação guarda lembrança dos privilégios na França do século XVIII, dividida socialmente em nobreza, clero e povo. Os privilégios foram varridos pela Revolução Francesa.

26 NOV 2011

CARTA CAPITAL

Linha de Frente Walter Fanganiello Maierovitch

Os fantasmas continuam atentos

UMA ATIVISTA ESPANHOLA DA ÁREA de direitos humanos disse, certa vez e numa manifestação na madrilenha Porta do Sol, que fantasmas sempre aparecem quando os órgãos do poder e agentes da autoridade pública buscam soluções incompletas ou paliativos para colocar uma pá de cal sobre os mortos e os desaparecidos das ditaduras. Todos lembram, em maio passado, do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de registro 153. Uma arguição ajuizada pelo Conselho Federal da OAB e com petição inicial subscrita pelo jurista e professor emérito Fábio Konder Comparato. Por 7 votos contra 2, a maioria dos ministros seguiu o voto de Eros Grau, este com o entendimento de a Lei da Anistia não afrontar a Constituição da República.

O então ministro Grau decidiu ter a anistia alcançado os crimes de lesa-humanidade num momento em que a sociedade desejava esquecer o passado e reconquistar a democracia. Grau ressaltou tratar-se de anistia bilateral e que a Emenda 26, de convocação da Assembleia Nacional, balizou os constituintes ao admitir a anistia ampla, geral e irrestrita. Para rematar, Grau concluiu que a Emenda 26 "constitucionalizou a anistia". Pena ter faltado a Grau, de triste passagem pelo STF, uma leitura mais atenta da Constituição da República, já que a história deturpou e mostrou desconhecer. Os constituintes, sem engessamento, deixaram escrito não poder a anistia premiar os autores de crimes de lesa-humanidade.

Pouco tempo depois dessa maçada suprema, mais especificamente em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tornou pública a sua decisão no caso Gomes Lund e sobre violações aos direitos humanos durante a chamada Guerrilha do Araguaia. Essa Corte, é bom recordar, não admite a autoanistia, caso típico da lei brasileira de 1979, concebida em plena ditadura militar e com um Legislativo biônico. No caso Gomes Lund, a Corte condenou o Estado brasileiro pela impunidade conferida a violadores de direitos iminentes ao ser humano.

Para a ativista espanhola mencionada, os fantasmas sempre aparecem de surpresa e para desmontar injustiças em cima de corpos insepultos. O então ministro Nelson Jobim, da pasta da Defesa e talvez em razão do peso de uniformes militares que passou a trajar, esqueceu os regramentos legais e os livros. Jobim soltou a sua ordem do dia e no sentido de a decisão do STF, sobre a legitimidade da Lei da Anistia, ser soberana e prevalecer sobre a da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Por evidente, Jobim não espantou os fantasmas que lem-



O Brasil teme seus militares, como prova o formato dado à Comissão da Verdade

bram que a Constituição do Brasil aceita a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos: "O Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos" (art. 7º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

Jobim errou o tiro. O único caminho para o Brasil não cumprir a decisão da Corte Interamericana seria deixar, por formal denúncia, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, embora a tenha subscrito e com aprovação pelo Congresso. A Convenção tem clareza solar ao estabelecer que "Os Estados-partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todos os casos em que forem partes".

Com a desvinculação por meio de denúncia, frise-se, o Brasil po-

deria ficar fora do alcance da jurisdição da Corte Interamericana e, assim, fazer valer, com relação às graves violações a direitos humanos havidas no período da ditadura militar (144 assassinatos sob tortura e 125 desaparecidos de repartições do Estado), a decisão do STF que foi capitaneada pelo ministro Eros Grau.

Na semana passada, uma cortina de fumaça procurou esconder a condenação do Brasil pela Corte Interamericana. Isso ocorreu por meio de uma concorrida cerimônia de promulgação da lei instituidora da Comissão da Verdade, tudo com choros de familiares de antigos presos políticos e leve ranger de dentes dos chefes militares presentes e assessorados pelo ex-deputado José Genoíno, um ex-guerrilheiro do Araguaia, em novos e poucos solidários panos. Essa Comissão, a ser integrada por sete membros escolhidos pela presidenta Dilma Rousseff a vencer 11.100 reais mensais, terá dois anos para investigar e identificar violadores de direitos humanos, num arco temporal de 1946 a 1988.

Na verdade, a cerimônia mostrou um Brasil pusilânime, que teme desagradar aos militares e é incapaz de impor um projeto a revogar a Lei da Anistia ou reconhecer, para propositura de ações criminais, a força da jurisdição internacional em casos de graves violações a direitos naturais da pessoa humana. Uma jurisdição, com relação às graves violações, hierarquicamente superior à do STF. No mesmo dia da solenidade, ecoou a advertência de Navi Pillay, alta comissária de defesa dos direitos humanos das Nações Unidas. Navi recomendou a revogação da lei de autoanistia por inaceitável nessa quadra evolutiva. Pelo jeito, um fantasma soprou no ouvido da alta comissária. ●

26 NOV 2011

CARTA CAPITAL

MINISTÉRIOS

Rodízio

Há quem esteja espantado, ou se finge assim, com o fato de Dilma Rousseff ter trocado cinco ministros em apenas dez meses de um governo de 48 meses.

Não é um ritmo incomum em governos de coalizão, independentemente dos motivos da troca: suspeita de corrupção ou declarada incompetência.

Lula também trocou seis ministros no primeiro ano de seu primeiro governo, acusados por malfeitos.

Não é, porém, situação específica dos governos petistas.

Como funcionou a coalizão dos tucanos com o PFL e o impercível PMDB?

Em 96 meses de governo, FHC teve 115 ministros: 55 no primeiro mandato e 60 no segundo. Sem contar os ministérios extraordinários e as secretarias especiais.

Na antessala dele, o secretário especial da Presidência, Eduardo Jorge, tombou alvejado por denúncias de corrupção.

No primeiro mandato, o presidente tucano trocou cinco vezes o ministro da Previdência, quatro vezes o ministro da Justiça, o da Saúde, o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o das Comunicações. No segundo mandato, atingiu um recorde com o rodízio de sete titulares no Ministério da Integração.

Velocidade política I

Há quatro anos dorme na gaveta do Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei 1992, que estabeleceu foro privilegiado, "por prerrogativa de posto", para os generais brasileiros.

Na terça-feira 22, o promotor militar Soal Arpini, autor da ação, apresentou representação contra Gurgel no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por este não ter ainda se manifestado.

"Até a presente data, mais de 42 meses já se passaram sem nenhuma manifestação do órgão ministerial com a atribuição constitucional para apreclar o que se pediu", argumenta o promotor.

Velocidade política II

Qualquer órgão público tem o dever de decidir em prazo razoável sobre as questões que recebe.

Arpini invoca a recente Resolução nº 77 sobre "o dever de decidir e o prazo razoável dos processos administrativos" no Ministério Público.

Lento em alguns processos, Gurgel é rápido em outros. Atendeu prontamente a oposição nas denúncias contra ministros de Dilma.

Assim, ele reforça a suspeita de administrar politicamente a velocidade de suas ações na Procuradoria da República.

Comissão da Verdade

É possível que a presidenta Dilma anuncie os nomes dos integrantes da Comissão da Verdade no dia 10 de dezembro.

É o Dia Mundial dos Direitos Humanos e relembra a data da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Caixa-preta

O Supremo Tribunal Federal ganhou a queda de braço em torno da criação de um fundo único de previdência complementar, como queria o governo.

Serão criados fundos próprios, com gestões independentes, para o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. A vitória foi articulada pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Esse modelo é adotado em alguns estados da Federação com o objetivo de pagar o valor das aposentadorias e pensões da magistratura.

Custo da violência

Em 2009, o Brasil enfiou quase 50 bilhões de reais na Segurança Pública.

Isso significou quase 2% do PIB, mas não tirou o País da margem das taxas inaceitáveis de homicídios por 100 mil habitantes, da ONU: 21,9. Os Estados Unidos empregam 2,5% e a relação é de 5,3 homicídios por 100 mil habitantes.

Entre 2003 e 2009, houve aumento superior a 100% nas despesas com segurança pública (tabela) somando União, estados, Distrito Federal e municípios, embora o impacto na redução de homicídios tenha sido pequeno.

O dinheiro é muito. O resultado é pouco.

26 NOV 2011

IMPACTO PARANÁ

Segunda inspeção do CNJ na Justiça do Paraná em sigilo

Lamentavelmente dá para sentir, por algumas notícias circulantes nos últimos dias, que tem gente torcendo para que a segunda inspeção que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove no Paraná encontre alguma coisa de estarrecedor.

A própria maneira de divulgar a matéria, que o **Impacto PR** já havia antecipado na última edição, deixou em algumas entrelinhas a clara impressão de que tem gente achando, desculpem o termo, de que há linguíça debaixo dessa tarrafa.

Lamentável, sob todos os aspectos.

Antecipando situações que acabam por denegrir a imagem da própria Justiça, deveriam antes estar preocupados e interessados de que o quanto antes se revelem todas as suspeitas e a Justiça do Paraná volte a ter a imagem de respeito que sempre deve ter, em todos os sentidos.

Não podemos admitir insinuações e veladas notícias que deixam transparecer ação suspeitosa de desembargadores e juízes que chegaram a seus postos jurando pelos princípios do Direito aplicar a Lei de forma completa, mas sem qualquer parcialidade ou interesses outros que as conduzam.

No momento em que nova inspeção se anuncia em relação à Justiça do Paraná por parte do CNJ, estamos torcendo realmente.

Torcendo para que a imagem austera pregada pelo presidente do TJ, Miguel Kfoury Neto, se estenda por toda a Justiça paranaense e mostre ao país que podemos ser



exemplo para o resto do Brasil, sem condenações destes abnegados cumpridores da lei que vigiam o comportamento dos cidadãos dentro dos preceitos legais que ditam nossa própria Constituição.

Antecipar julgamentos ou pré-julgar comportamentos em nada vai contribuir para melhorar a Justiça, que é o que todos pretendemos.

Inclusive seus próprios integrantes como profissionais que não aceitam compartilhar de um Poder que possa ter manchas que venham a denegrir a sua imagem.

Eliana Calmon, corregedora do CNJ, antecipou imagem negativa ao dizer que a situação da Justiça no Paraná causou espanto, deixando nas entrelinhas a clara impressão de que alguma coisa pode existir que esteja comprometendo o retrato de respeito que merecem juízes, desembargadores e servidores em geral deste Poder.

Que o relatório do CNJ após conclusão dessa nova inspeção venha, finalmente, colocar as coisas em seus devidos lugares, pois sentimos que, infelizmente, tem gente torcendo para ver a imagem da Justiça paranaense manchada por algum fato que possa desabonar a conduta de pessoas a quem todos nós respeitamos.

26 NOV 2011

IMPACTO PARANÁ



Miguel Kfoury Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), vivendo uma semana de expectativa quanto ao relatório do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) em relação a 113 metas que foram estabelecidas desde a última visita que o CNJ realizou ao nosso estado. Os dados antecipadamente levantados pelo TJ identificam desde já uma melhoria bastante considerável em relação a todos os pontos questionados pelo CNJ em 2010, havendo, contudo, expectativa quanto ao pronunciamento oficial depois da nova visita.

26 NOV 2011

IMPACTO PARANÁ

Derosso pede licença

Contrariando naturalmente aqueles que desejavam, até o fim, ver sucumbir o presidente da Câmara Municipal de Curitiba como um moribundo que conseguiram matar em sua vida política, João Cláudio Derosso (PSDB) pediu licença de 90 dias

A sanha com que uns e outros se atiraram contra a pessoa de João Cláudio Derosso e Cláudia Queiroz, sua companheira, foi de um barbarismo extremo, que certamente esconde outros interesses e não apenas aqueles levados a público e que seriam identidade dos que se imaginam "Paladinos da Justiça".

Donos da verdade, desde o princípio, à medida que eram apresentados argumentos de defesa mantinham um tiroeteio que foi minando as forças de quem tentou resistir à avalanche de situações que eram criadas sem que o argumento contrário tivesse a mesma contundência que as acusações.

Afastando-se da Presidência da Câmara Municipal, o que em nossa opinião já deveria ter feito há mais tempo evitando o desgaste que se seguiu até esta semana, João Cláudio Derosso, quem sabe, conseguirá aplacar, em parte, o clima raivoso que se instalou de parte de alguns que conquistaram o objetivo de evitar sua imagem política tomando conta da sucessão municipal em 2012 como aspirante a vice-prefeito, ao mesmo tempo em que pretendiam acabar com uma liderança política que se consolidou no Xaxim desde os tempos de João Derosso, seu pai, que encontrou no filho uma figura que fez, das muitas amizades, a principal virtude.



João Cláudio Derosso

Em nenhum momento, embora bem o sabemos, pudesse macular a imagem de outros companheiros e vereadores, João Cláudio Derosso se preocupou em buscar outros culpados que pudessem acompanhá-lo nesta desventura.

E justamente em tal comportamento está a grande virtude do cidadão que, sozinho, ou melhor, tendo a companhia de Cláudia Queiroz, foi até onde seria possível aguentar tamanho ódio instalado na intenção de atingi-lo pessoal e politicamente.

Ciente de que pode colaborar com a própria Justiça, demonstrando isenção em relação às investigações que estão em andamento, João Cláudio Derosso terá mais tempo agora para avaliar devidamente a situação a que foi exposto, de onde partiram as verdadeiras intenções de atingir a ele e a família, e tentar entender qual a razão de tanta contrariedade com relação a seu nome.

Independente de uma defesa em particular quanto à pessoa de João Cláudio Derosso, que tem condições próprias de fazer o contrário, que até agora jamais lhe

foi permitido com a mesma extensão das acusações, ele continuará a merecer o respeito daqueles que sempre acompanharam a sua trajetória política, interrompida em parte pela ira de alguns inimigos que buscaram atingi-lo.

Condená-lo antecipadamente não é próprio de quem deveria dar-lhe o direito de, com o mesmo espaço, ter um momento de defesa, ainda mais que o telhado de vidro de muitos que o acusam pode, a qualquer momento, ser atingido pelas pedras do passado que condenam atos, quem sabe, até mais impuros do que aqueles que estão sendo agora denunciados.

Há quem diga que Derosso não perdeu a guerra, mas ficou mais fraco.

Entendemos que o homem público jamais pode imaginar seu desempenho como se fosse particular de uma guerra, daí porque, ao renunciar o direito de continuar insistindo na manutenção de um cargo, é que realmente ficou mais forte, pois demonstrou o desapego por uma situação que lhe foi conferida pelos próprios companheiros, muitos dos quais o abandonaram como acontece com os ratos que abandonam o navio ao primeiro sinal de naufrágio.

Embora não seja referência, as palavras que certo governante disse um dia, são agora, mais do que nunca, motivo para uma reflexão em torno do que aconteceu, vem acontecendo e ainda acontecerá ao longo dos episódios que envolvem a Câmara Municipal de Curitiba, ao lembrar que "o tempo é o senhor da razão".

26 NOV 2011

IMPACTO PARANÁ

É hora de pedir paz.



POR FAVOR,
MEU SANTINHO,
AJUDE A ESSA TURMA
QUE NOS PERSEGUEM
QUE CANSEM LOGO E
ESQUEÇAM DE NÓS!

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ investiga juízes suspeitos de grilagem, diz corregedora

CNJ investiga magistrados por grilagem de terras

A corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, disse que o órgão investiga operações suspeitas envolvendo juízes em compra de terras e grilagem em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Bahia e Goiás.

Depois de falar em "bandidos de toga", Eliana Calmon diz que há magistrados envolvidos em compra ilegal de terra. A corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, revelou ontem que o órgão está investigando operações suspeitas envolvendo um grupo de juízes em um esquema de compra de terras e grilagem em áreas do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e divisa entre Bahia e Goiás. A trama envolve tabelionatos e cartórios de registro de imóveis e as terras têm sido usadas para cultivo de soja, informou a corregedora.

Os casos incluem cancelamento de títulos e matrículas em cartórios por ordem judicial, ações reivindicatórias sem título adequado e concessão de liminares para imissão de posse indevida, tutela antecipada em ação por usucapião, entre outros expedientes. "Pelos informações que estamos recebendo, está ocorrendo grilagem de terras que não valem nada e que hoje são riquíssimas com o agronegócio, com participação de magistrados", afirmou a ministra, no encontro da Eneca.

• Pares

ELIANA CALMON
CORREGEDORA DO CNJ

"Você parte para defender o Judiciário e começa a não ver nada que está ao seu redor. Você não vê sequer a corrupção entrando nas portas da Justiça"

É um esquema semelhante, segundo ela, ao que ocorreu no Sul do Pará, onde terras sem valor "começaram a ser valorizadas em razão do agronegócio". Ela mencionou denúncias de "dois ou três magistrados investigados, que o Tribunal removeu, colocou outro e em poucos meses o outro estava no mesmo esquema". Eliana defendeu mobilização conjunta do Ministério da Justiça, PF, Ministério Público e CNJ para investigar o caso. "Levei minha preocupação ao ministro Cesar Peluso (*presidente do STJ e do CNJ*). Nas ações políticas é quem deve atuar para um enfrentamento conjunto."

Corporativismo. A corregedora denunciou também o que chamou de "corporativismo ideológico perigosíssimo" nas corregedorias do Poder Judiciário, que favorece a infiltração de "bandidos de toga". Denúncia semelhante, feita por ela há um mês, gerou uma pequena crise no CNJ. "O corporativismo", afirmou, "é uma visão ideológica. Ideologicamente você parte para defender o Judiciário e come-

ça a não ver nada ao seu redor. Porque você acha que, para defender o Judiciário, tem que manter o magistrado imune às críticas da sociedade e da imprensa".

Na avaliação da ministra, o Judiciário padece de uma ideologia de dois séculos de falta de transparência. "Nada se esconde mais, um dos instrumentos da corrupção é exatamente esse fechamento. É uma cegueira causada pela ideologia. Não veem que isso está se alastrando. Por isso eu falei dos bandidos de toga, porque é uma infiltração, uma cultura que tem sido deletéria no Judiciário." Essa é uma das razões, advertiu, pelas quais a atuação do CNJ vem sendo criticada por alguns magistrados e entidades de classe.

26 NOV 2011

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-diretor da Assembleia do PR volta a ser réu

Evandro Fadel / CURITIBA

Exames realizados pelo Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba indicaram que o ex-diretor-geral da Assembleia do Paraná Abib Miguel, conhecido como Bibinho, não tem nenhum problema mental que possa impedi-lo de responder a dois processos criminais por desvio de recursos, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

Os processos estavam suspensos pela juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, pois laudo da defesa atestava que ele sofria "distúrbios psicopatológicos dentro das funções mentais".

O Ministério Público Estadual já pediu continuidade do processo, com a marcação de audiência para instrução. Apesar de reconhecer que Bibinho enfrenta um quadro de depressão, a perita psicológica Regina Coeli Gallieri garantiu que ele se apresenta "plenamente consciente de seus atos para efeitos da vida civil ou para responder a processo criminal."

O ex-diretor-geral, que ficou nessa função por mais de 20 anos, é acusado de ter comandado um esquema que teria desviado cerca de R\$ 200 milhões dos cofres públicos, segundo estimativa do Ministério Público. Ele deixou o cargo em março de 2010 e ficou preso entre abril e dezembro do ano passado. Seu advogado, Eurolino Sechinel dos Reis, disse ontem que só teve conhecimento do laudo por meio da imprensa e, por isso, não iria se manifestar.

O ESTADO DE S. PAULO

Violência contra mulher tem mais 5 varas em SP

Agora, são 7 juizados nas quatro regiões da capital especializados em casos que se enquadram na Lei Maria da Penha

Na semana das comemorações do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, São Paulo ganhou mais cinco varas especializadas nos casos da Lei Maria da Penha. Agora, a cidade está equipada com sete juizados, distribuídos nas quatro regiões da capital.

"A Justiça entende que os casos de violência contra a mulher não podem ser tratados como crimes comuns", ressalta Ciro Pinheiro e Campos, presidente da seção criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo. "Antes, as vítimas chegavam aos Fóruns Criminais e aguardavam nas salas para audiência, às vezes, ao lado até de pessoas algemadas. Imagine o constrangimento dessa mulher, que naturalmente já está fragilizada pela situação familiar. Ela devia pensar em desistir mesmo."

Brinquedos. Hoje, o 7.º andar do Fórum Regional da Penha de França, onde foi instalado um dos dois juizados da zona leste, não lembra em nada as antigas salas do prédio. O ambiente é claro, limpo e confortável. Inspira até um certo aconchego. Entre as novidades, uma brinquedoteca - e, sim, há muitas meninas vítimas da violência doméstica.

"A ideia é evitar que audiência seja um novo trauma para a vítima", diz Rodrigo Capez, de 43 anos, juiz de uma das novas varas, a do Fórum da Penha de França, na zona leste. No ano que vem, o serviço será estendido para a Grande São Paulo.

Serviço

FÓRUM MINISTRO MARIO GUIMARÃES:
TEL.: (11) 2127-9667. **FÓRUMS REGIONAIS DA PENHA DE FRANÇA:** (11) 2093-6612, RAMAL 8243; **ITAQUERA:** (11) 2051-8098, RAMAL 245; **SANTANA:** (11) 2051-8098, RAMAL 2565. **BUTANTÃ:** (11) 3721-8063 (2 VARAS); **VILA PRUDENTE:** (11) 2211-4820.

26 NOV 2011

Operação no Rio prende 18 pela Lei Maria da Penha

● Dezoito homens acusados de agressão contra mulheres no Rio, todos enquadrados pela Lei Maria da Penha, foram presos ontem durante a operação "Melhor Sem Ele", promovida pelas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher do Estado. Outros 22 homens estão foragidos.

A operação ocorreu no Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Conforme a diretora da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher, Márcia Noeli, foi uma chance de mostrar que é preferível ficar sozinha a ter um parceiro agressor.

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Trânsito matou

572 pessoas a mais

que homicídios

Número se refere aos casos registrados no Estado de SP nos dez primeiros meses do ano; no total, acidentes mataram 3.991 pessoas

Se São Paulo parece ter encontrado o caminho para a redução dos assassinatos, o mesmo sucesso ainda não foi alcançado na prevenção às mortes em acidentes de trânsito. Nos dez primeiros meses do ano, morreram 3.991 pessoas em acidentes no Estado, 572 vítimas a mais do que as 3.419 assassinadas no período.

Considerando os casos de homicídios culposos (quando não há intenção de matar), as mortes nos dez primeiros meses cresceram 5,3% no Estado. Na capital, as mortes por acidente de trânsito ainda ficam abaixo dos assassinatos. São 595 vítimas de acidentes e 855 de homicídio.

Enquanto São Paulo comemora a chance de fechar o ano com taxa de 9,82 homicídios por 100 mil habitantes, abaixo dos 10 casos por 100 mil, valor considerado pela Organização Mundial de Saúde como epidêmico, no trânsito essa taxa chegou a 11,4 mortes por 100 mil habitantes. Foram 409 mortes em outubro.

Para tentar reverter esse quadro, delegados da Polícia Civil têm adotado maior rigor nos registros dos boletins de ocorrência. Em outubro, nove acidentes levaram motoristas envolvidos em mortes a serem indiciados por dolo eventual – quando não há intenção de matar, mas o motorista assume os riscos que o levam ao acidente. No ano, já foram 42 registros semelhantes.

“Trata-se de uma medida didática, que leva o motorista a pensar duas vezes antes de correr ou

dirigir bêbado. Os próprios jovens já passam a comentar entre si que agora acidente pode dar cadeia. Isso ajuda”, afirma o delegado-geral de Polícia Civil, Marcos Carneiro.

Patrimônio. Crimes contra o patrimônio continuam em ascensão. Cresceram casos de roubo em geral, furtos e roubos de veículos e roubo a banco. Roubos alcançaram 197.854 casos nos primeiros meses do ano – 1,3% mais do que o mesmo período do ano anterior.

Roubos e furtos de veículos também subiram. Foram roubados 65.244 carros – 14,13% a mais. Já os veículos furtados totalizaram 89.362 – 4,8% acima do total do ano passado.

● Estatísticas

451.147

Casos de furtos ocorreram no Estado nos primeiros dez meses do ano. Na capital, foram registrados 184.818 casos. É o crime com maior quantidade de registros.

111.524

prisões ocorreram nos primeiros dez meses do ano no Estado, 12,4% mais do que no ano passado. Só os registros de flagrantes de drogas chegaram a 29.948.

Latrocínios caem na capital e sobem no interior e Grande SP

● Apesar da queda nos homicídios dolosos no Estado, os latrocínios (roubos seguidos de morte) cresceram nos dez primeiros meses do ano, principalmente na Região Metropolitana e no interior do Estado. Foram 239 casos no Estado nos primeiros dez meses do ano, crescimento de 10,65% em relação ao ano passado. Enquanto a capital teve queda de 13%, os outros 38 municípios da Grande São Paulo registraram aumento de 51% e o interior, de 10%.

Com 367 homicídios em outubro, o Estado tem uma taxa de 9,82 assassinatos por 100 mil habitantes. A queda nos homicídios foi liderada pela capital, que registrou 812 casos, 19,6% a menos do que o ano passado.

Para o comandante-geral da Polícia Militar, Álvaro Batista Camilo, a maior preocupação da polícia hoje está voltada a crimes contra o patrimônio e acidentes de trânsito. “As operações Direção Segura passaram a ser feitas diariamente em vez de se restringirem aos fins de semana. As revistas constantes a motoristas ajudam a colir acidentes e crimes, porque, em muitos casos, acabamos também encontrando armas e procurados da Justiça.”

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Participantes de racha com morte ganham liberdade

O TJ-SP concedeu habeas corpus a Adriane de Souza, de 42 anos, e Fabrício da Silva, de 32, participantes de racha que terminou com a morte do professor de jiu-jitsu Kaio Ribeiro, em Campinas. Ele foi atropelado pelo Audi dirigido por Adriane, que estava embriagada. A empresária terá de pagar fiança de R\$ 109 mil e Fabrício, de R\$ 163,5 mil.

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Criminalidade ainda alta

O Brasil gasta cada vez mais em segurança pública, mas gasta mal, pois as taxas de homicídio em vários Estados estão entre as mais altas do mundo e outros índices mostram baixa eficiência do poder público no combate à criminalidade. A busca de informação, essencial para a prevenção da criminalidade e para o planejamento das ações policiais quando e onde elas forem necessárias, e o uso de tecnologias mais modernas ainda não se disseminaram pelo País, o que tem facilitado a expansão do crime em algumas regiões e alguns Estados. Em outros, que adotaram políticas adequadas, há notável melhora nos índices.

Dada a precariedade das estatísticas – por falta de preparo ou por descuido de alguns órgãos estaduais –, é muito provável que o quadro seja ainda mais sombrio do que o mostrado na quinta edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pela organização não governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Ministério da Justiça.

Mas os dados do Anuário reforçam uma tendência já identificada em outros trabalhos. Trata-se do deslocamento da violência para regiões onde a atividade econômica se expandiu com maior velocidade nos últimos anos, mas a modernização dos órgãos de segurança não evoluiu na mesma velocidade e, por isso, a ação policial ainda não alcançou o grau de eficiência observado nos polos mais desenvolvidos.

O aumento da renda e o crescimento da economia do Nordeste nos últimos anos foram acompanhados pelo aumento generalizado da violência na região, como destacou reportagem do Estado (24/11). Dos 10 Estados que apresentam taxas de homicídio acima de 30 casos por 100 mil habitantes, 6 estão no Nordeste (Alagoas, Paraíba e Pernambuco, nos três primeiros lugares, Sergipe em 5.º, Bahia em 7.º e Ceará em 9.º).

As vítimas desses crimes eram jovens, em sua maioria, e boa parte tinha ligações com drogas. "Os jovens são as maiores vítimas dos homicídios porque entram cada vez mais cedo no mundo das drogas, não têm dinheiro para sustentar o vício e pagam com a vida", de acordo com a interpretação do secretário de Defesa Social de Alagoas, coronel Dário César.

Outro tipo de crime – os roubos em geral – também aumentam no Nordeste, e Sergipe ocupa o segundo lugar entre as unidades da Federação onde ele é mais frequente (em primeiro lugar está o Distrito Federal). Essa modalidade de crime inclui pequenos roubos, como os de celulares, carteiras e caixas de ônibus, e seu aumento igualmente pode ser decorrência do crescente uso de drogas. Para o coordenador do Centro de Operações Policiais Especiais da Polícia Civil de Sergipe, Everton dos Santos, a maioria dessas ocorrências está ligada ao tráfico de drogas, principalmente do crack.

A eficiência da ação policial em Estados como São Paulo, comprovada pelas estatísticas, é resultado de políticas corretas e mantidas por longo tempo, acompanhadas de investimentos em pessoal e em modernização dos equipamentos. É possível que a maior eficiência nos grandes centros tenha empurrado o tráfico de drogas para outras regiões, como o Nordeste.

É preciso melhorar em nível nacional a aplicação do dinheiro público em segurança pública, para que também em outras regiões comecem a surgir os resultados dos investimentos. "O Brasil gasta muito, mas gasta muito mal", diz o secretário-geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o sociólogo Renato Lima. "Não conseguimos reduzir as taxas de violência nem garantir os direitos (dos cidadãos). O Estado brasileiro não está dando conta do recado."

Criado em 2006 para avaliar as políticas públicas, a gestão da informação, os sistemas de comunicação, a tecnologia e as práticas e procedimentos dos órgãos de segurança pública, o Fórum elabora seu Anuário com o objetivo de oferecer elementos mais precisos para a ação das autoridades. Parte destas, porém, parece não querer se ajudar, pois não tem dados confiáveis nem sobre sua área de atuação. Os Estados que têm as piores estatísticas são Rio de Janeiro, Minas Gerais, Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte.

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz bloqueia bens de Kassab, pede nova licitação, mas mantém inspeção veicular

A Justiça sequestrou os bens do prefeito Gilberto Kassab (PSD), do secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge (PV), de 13 empresários e de seis empresas. A decisão foi tomada na ação civil proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE) em razão de supostas fraudes no contrato da Controlar, responsável pela inspeção veicular em São Paulo, com a Prefeitura. Trata-se do mais duro golpe judicial sofrido por Kassab desde que assumiu o cargo, em 2006.

O juiz decidiu manter a inspeção veicular e fazer uma nova licitação em 90 dias para escolha de outra empresa. Enquanto isso, os donos de veículos continuam obrigados a fazer o teste de seus carros. O MPE queria a suspensão imediata da inspeção por causa de ilegalidades, fraudes e irregularidades no contrato. A decisão liminar de ontem é do juiz Domingos de Siqueira Frascino, da 11.ª Vara da Fazenda Pública.

Ele considerou desnecessário afastar Kassab do cargo, como pedia a Promotoria, porque a ação do MPE tem por base documentos que já foram recolhidos em profusão na investigação dos promotores Roberto Almeida Costa e Marcelo Daneluzzi, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social. Assim, a permanência de Kassab não traria prejuízo ao processo.

Ao mesmo tempo, porém, o juiz determinou o bloqueio dos bens de todos os réus até o valor da causa para salvaguardar o pagamento dos supostos prejuízos aos cofres públicos e aos donos de veículos em São Paulo. O MPE deu à causa o valor de R\$ 1,1 bilhão. Ele quer que a Prefeitura devolva os R\$ 54 milhões arrecadados com as multas e os R\$ 420 milhões pagos pelos motoristas como taxa de inspeção - o restante serviria para indenizar a Prefeitura e os motoristas por danos morais e materiais.

Além de Kassab e de Eduardo Jorge, tiveram os bens bloqueados os empresários Carlos Seabra Suarez e sua mulher, Abigail Suarez, donos da CS Participações. Eles eram proprietários da Controlar, cujo controle foi repassado à CCR por R\$ 173,7 milhões em 2009, pouco depois da reeleição de Kassab.

Doações. O prefeito reconheceu ao depor que sabia das tratativas da venda desde 2008, quando recebeu Suarez e representantes da CCR em seu gabinete. Camargo Correa e Serveng detinham cada uma 17% das ações da CCR na época. Elas foram as maiores doadoras da campanha de Kassab.

Pouco antes da venda da Controlar, Eduardo Jorge assinou aditivo que prorrogou o contrato, com efeito retroativo. Para o juiz, Kassab violou dois artigos da Lei de Licitações que mandavam encerrá-lo. "O réu Gilberto Kassab entendeu manter o contrato de concessão quando a evidente inexecução do contrato reclamava a sua rescisão." Acusados negam irregularidades e alegam que o contrato é legal.

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

De Londres, Kassab diz que está indignado

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), disse ontem estar "indignado" com as acusações de fraude no contrato com a Controlar, empresa responsável pela inspeção veicular ambiental na capital. Ao comentar a decisão da Justiça de sequestro de seus bens e de outros citados na ação do Ministério Público Estadual - como o secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, e outras 15 pessoas -, ele disse que na segunda-feira vai "ver direitinho como fazer os recursos".

"Estou muito tranquilo e indignado com algumas manifestações do promotor que são descabidas, segundo informações que me chegaram", disse ao Estado de Londres, Inglaterra, onde faz viagem de férias e visita as insta-

lações das Olimpíadas de 2012.

Suspeito de ter reativado um contrato já caduco, assinado em 1996, e causado assim um prejuízo de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos do Município, Kassab também afirmou que ainda não tem conhecimento de todas as acusações que culminaram na decisão da Justiça. Ele diz que os recursos judiciais começarão a ser articulados na semana que vem com a Procuradoria-Geral do Município. E não quis entrar em detalhes das acusações.

"Estamos muito tranquilos. Sabemos da correção de tudo, da seriedade com que tudo foi feito não apenas na secretaria, mas em toda Prefeitura", disse. Para ele, os questionamentos servirão para reforçar o que chama de "transparência" de sua gestão.

Por meio de nota, a CCR informou que vai analisar a decisão da Justiça e tomar as medidas necessárias. "A CCR assegura a qualidade do serviço prestado pela Controlar." A Controlar informou que adotará as providências cabíveis para proteger seus direitos e provará que a decisão não é compatível com fatos e documentos. "A Controlar reitera que o serviço de inspeção veicular continuará a ser realizado."

Justiça dá prazo de 90 dias para nova licitação

Perda do contrato com a Prefeitura deve significar o fim da Controlar, que foi constituída só para cuidar da inspeção veicular

A Justiça considerou que a manutenção do atual contrato para a inspeção veicular da Prefeitura de São Paulo com a Controlar é "uma temeridade por serem muito graves os vícios". A liminar dá 11.ª Vara da Fazenda Pública lista 27 irregularidades no caso. Foi com base nessas irregularidades que a Justiça mandou realizar nova licitação em até 90 dias.

Escolhido seu vencedor, o contrato com a Controlar deve ser rescindido tão logo a nova empresa "se encontre apta a executar o serviço". "Não cabe suspender a prestação do serviço por significar relevante instrumento de controle da poluição ambiental, com evidentes benefícios à saúde de todos os que circulam por este município."

A perda do contrato com a Prefeitura deve significar o fim da Controlar, empresa constituída apenas para cuidar da inspeção veicular. Em sua ação, o Ministério Público Estadual afirma que a concessionária não tinha capacidade técnica e financeira para assumir a inspeção, além de ter sido já condenada por improbidade, o que a impediria de ser contratada pelo Poder Público.

No pedido de abertura de inquérito criminal, os promotores pedem que sejam investigados possíveis crimes, como estelionato, falsificação, fraude na execução de contrato, sonegação fiscal - não há notícia de emissão de notas fiscais pela Controlar - e outros delitos contra a administração pública

• Reação

GILBERTO KASSAB

PREFEITO DE SÃO PAULO

"As manifestações dele são descabidas e não apropriadas para um promotor"



26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Automóveis. Dívida se refere a incentivos recebidos nos anos 90 pela Asia Motors do Brasil – que era controlada pela Kia – para construir uma fábrica na Bahia; TRF entendeu que a Kia nunca exerceu o comando da empresa, mas governo diz que vai recorrer

Justiça livra Kia Motors de pagar dívida de R\$ 1,7 bilhão ao governo brasileiro

Em julgamento realizado ontem, o Tribunal Regional Federal decidiu pela exclusão da Kia Motors Corporation da execução fiscal de uma dívida de R\$ 1,7 bilhão que recai sobre a Asia Motors do Brasil (AMB). O TRF concluiu que o governo brasileiro não comprovou a responsabilidade do grupo coreano na gestão da empresa brasileira.

A ação de cobrança se arrasta há dez anos. A dívida é resultante de incentivos recebidos pela AMB nos anos 90, quando prometeu construir uma fábrica na Bahia e teve o direito de importar veículos com impostos reduzidos. A empresa tinha 51% de suas ações nas mãos da Kia coreana e 49% com sócios brasileiros e um empresário coreano que vivia no País.

A Kia alega que, apesar de sócia majoritária, nunca exerceu o comando da AMB, por impedimento do grupo local e que, portanto, não poderia ser responsabilizada pelas ações que resultaram na dívida.

Na decisão de ontem do TRF, por três votos a zero, a desembargadora Maria do Carmo Cardoso, relatora do processo, afirma

que “não ficou demonstrado que a agravante (Kia) tenha sido acionista controladora, administradora ou dirigente. A própria União relata que não dispõe dos instrumentos negociais que deram ensejo a supostas e alegadas sucessões, fusões ou incorporações”.

No mês passado, outra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), validou sentença da Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, com entendimento de que a Kia não exerceu controle de fato sobre a AMB.

Paralelamente, a relatora desse processo, a ministra Maria Thereza de Assis Moura, ressaltou que a decisão não eximia a Kia “das obrigações advindas do negócio jurídico pactuado e, enquanto participe da relação societária, das imposições legais, incluindo-se as sujeições tributárias e outras a serem verificadas em espaço próprio e foro competente do Judiciário brasileiro”.

Na ocasião, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável pela cobrança da dívida bilionária, entendeu que a decisão abria espaço para incluir a Kia no processo.

O advogado Fabiano Robalinho, do Escritório Sergio Bermudes, que defende o grupo coreano, afirmou que a decisão de ontem do TRF acaba com essa interpretação. “A Fazenda pode até recorrer, mas as chances de ganhar são pequenas, pois não há provas nos autos que justifique a inclusão da Kia no processo.”

Em nota, a PGFN informou que, “uma vez intimada, adotará as medidas necessárias para reverter a decisão, haja vista que os autos estão fundados em prova da responsabilidade tributária da Kia Motors Corporation, decorrente da dissolução irregular da empresa Asia Motors do Brasil S/A, somada à flagrante sucessão empresarial observada no caso.” O caso, portanto, ainda pode demorar a ser resolvido.

O representante da Kia no Brasil, Young Cho, afirmou ontem que a empresa entende que o governo deve cobrar as multas e os impostos referentes ao não cumprimento do regime automotivo, “mas a Kia não pode ser responsabilizada pelos atos da Asia Motors do Brasil”.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 NOV 2011

Se ficar de fora do processo, a cobrança da dívida recairá apenas sobre os sócios brasileiros da AMB, que era dirigida por Washington Armênio Lopes. A Kia também cobra deles R\$ 220 milhões pela importação de veículos que não teriam sido pagos à matriz. O sócio coreano Chong Jin Jeon, foi extraditado e está preso na Coreia desde 2008.

Livre da cobrança, a Kia poderá levar adiante planos de construção de uma fábrica no Brasil. Sua parceira na Coreia do Sul, a Hyundai, está construindo uma fábrica em Piracicaba, o interior paulista. Uma ala do governo brasileiro acreditava que poderia envolver também a Hyundai no processo, já que o grupo adquiriu a Kia em 1998, mas a montadora nunca foi citada nos processos.

Kia do Brasil. Segundo fontes, o importador oficial de carros da Kia no Brasil, o empresário José Luiz Gandini, não tem intenção de construir uma fábrica em parceria com a matriz no Brasil. Ele também afirmou que, diferentemente do divulgado na edição de ontem do *Estado*, não é representante oficial da chinesa Geely e "tampouco negocia trazer a marca para o Brasil".

PARA LEMBRAR

A Asia Motors do Brasil foi criada em 1993, como importadora dos modelos da marca coreana. Mais tarde, o grupo inscreveu-se no regime automotivo, prometeu construir fábrica na Bahia e, por isso, foi isento de 50% do imposto de importação. Em 1997, fez joint venture com a Asia Motors Corporation, depois adquirida pela Kia na Coreia. A Asia importou 70 mil minivans Towner e Topic. Uma crise do grupo na Coreia derrubou o projeto da fábrica, que chegou a ter cerimônia de pedra fundamental com o então presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Antônio Carlos Magalhães.

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Sky vai à Justiça contra nova legislação da TV por assinatura

Para a companhia, a imposição de cotas de conteúdo nacional na programação é inconstitucional

Insatisfeita com as novas regras do mercado de TV por assinatura, a Sky entrou com uma ação na Justiça Federal de São Paulo questionando a constitucionalidade da nova legislação. A operadora alega que a política de cotas, imposta pela lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff em setembro, viola a Constituição. "Tal imposição é inconstitucional, na medida em que viola os princípios da liberdade nos meios de comunicação, da liberdade de expressão, da livre iniciativa e da defesa do direito do consumidor", argumenta a Sky.

A companhia alerta que a imposição de cotas sem compromisso com "qualidade e o interesse dos consumidores" resultará em um ônus para o assinante e para os demais agentes da cadeia, sem contrapartida para quem efetivamente paga a conta. "Por isso, é natural que a SKY recorra ao Judiciário, para preservar os seus direitos e os direitos de milhões de brasileiros", afirmou a companhia, em nota.

Na visão da empresa, a imposição de exibição de conteúdo nacional "apenas protegerá alguns agentes da indústria de produção audiovisual brasileira, criando uma reserva de mercado e garantindo de forma artificial um espaço na TV por assinatura para conteúdos que não necessariamente terão qualidade".

• Concorrência

A lei que vigora desde setembro também acaba com o limite de 49% imposto a empresas estrangeiras em operadoras de TV a cabo e abre esse mercado às operadoras de telefonia.

A ameaça de levar a discussão para a Justiça vinha sendo feita pela empresa desde que foi incorporado ao projeto de lei, que tramitou no Congresso Nacional, a obrigatoriedade de exibição de programação nacional em todos os canais de TV paga.

A Sky argumenta que não é contra o incentivo à produção nacional, mas entende que a política de cotas não é a melhor solução. "Desde o início da discussão desta lei, a Sky foi coerente em defender princípios e em apoiar o fomento ao conteúdo nacional de qualidade, através de mecanismos razoáveis e incentivos, e não mediante uma imposição que cerceia direitos constitucionais."

Oposição. A Sky não foi a única a questionar judicialmente a nova lei de TV por assinatura. O partido Democratas (DEM) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de medida liminar, contra diversos dispositivos da nova legislação.

Um dos principais pontos atacados são os artigos que atribuem poderes à Agência Nacional do Cinema (Ancine), entre eles o de fiscalizar o cumprimento das cotas de conteúdo nacional. Na ação, o DEM argumenta que a Constituição "veda que uma lei estabeleça princípios de atividades de comunicação e, em seguida, delegue a uma agência reguladora a implementação destes princípios".

26 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

NITERÓI

Acusada de enforcar namorado é condenada

A estudante Verônica Verone de Paiva, de 18 anos, foi condenada na quinta-feira à noite a 15 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado. Ela é acusada de ter matado o empresário Fábio Gabriel Rodrigues Barbosa, de 33 anos, em um motel em Niterói, em maio. Ele foi encontrado enforcado por um cinto. Após pagar a conta, Verônica foi embora no carro do namorado. No veículo havia vestígios de maconha e cocaína. Na época, ela disse que agiu em legítima defesa porque Barbosa teria tentado estuprá-la.

SÔNIA RACY

Suspense

Decisão do STJ, de junho, de que todas as ações penais (baseadas em provas obtidas de forma considerada ilegal) contra **Daniel Dantas** devem ser encerradas, está na iminência de ser cumprida.

O que fará a Procuradoria da República?

Livro de Gilmar Mendes esmiúça luta contra arbítrio oculto

Em 'Estado de Direito e Jurisdição Constitucional', ministro expõe posições que tomou no Supremo em nome do Estado de Direito

O livro *Estado de Direito e Jurisdição Constitucional 2002-2010*, do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, publicada pela Editora Saraiva em parceria com o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), relata um momento de capital importância para a cidadania no Brasil de hoje. Trata-se de um cartapácio de 1.451 páginas, impresso em papel b5/b6 em formato 16/23, a R\$ 160, e não pode ser lido como uma peça de ficção nem um manual de autoajuda. Aliás, autor e editores não devem sequer esperar que o volume seja lido do começo ao fim, como qualquer outro livro. É tipicamente um compêndio de consultas e foi feito para que o leitor tenha acesso a julgamentos relevantes feitos no STF nos oito anos que abarca. A vantagem é que o texto não foi lavrado em "juridiquês", idioleto que dificulta sua compreensão, mas na velha flor do Lácio que Camões engendrou.

Com clareza e erudição, Gilmar Mendes expôs no livro as posições que tomou em nome de conceitos fundamentais à sobrevivência do Estado Democrático de Direito, mesmo pondo a cara para bater em temas de pouco agrado e até de desagradado total da maioria, motivando, por isso, ondas de protestos de seus críticos. A obra é enciclopédica, ao abordar temas como os riscos da instalação de um Estado policial pela intromissão da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em investigações da PF, crimes ambientais, liberdade de imprensa e profissão de jornalista, moralidade administrativa e nepotismo, demarcação de terras indígenas, Plano Bresser, trabalho escravo, célula-tronco, renúncia de mandato parlamentar e sucessão pelo suplente, papel do Senado Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, foro especial por prerrogativa de função, liberdade de expressão e crime de racismo, direito à saúde, abuso no uso de algemas e exposição vexatória do preso, suspeito ou não, além das Operações Castelo de Areia, Navalha, Furacão e Satiagraha.

A democracia não persegue a perfeição, mas o convívio civilizado com o imperfeito

A democracia foi uma dura conquista do povo brasileiro depois de convivermos com o arbítrio de uma ditadura militar e tecnocrática e convivido com a demagogia do populismo nos interregnos democráticos de uma história republicana em que o arbítrio foi a regra e a liberdade, exceção. O desmoronamento da ditadura e a instalação de um Estado Democrático de Direito digno dessa denominação, contudo, levaram à ilusão de que esse passado não voltaria. Mas os agentes do Estado, mesmo sob a vigência das liberdades políticas, buscam sempre impor uma espécie de arbítrio oculto na tentativa permanente de reduzir os direitos do indivíduo em detalhes de aparente insignificância no dia a dia. A manutenção da democracia pelo respeito aos direitos soberanos do cidadão é tão difícil quanto a derrubada da ditadura e o livro de Mendes esmiúça os bastidores destes conflitos permanentes neste nosso período de transição.

Trata-se, portanto, de um relato histórico de dentro e do alto da resistência do Estado Democrático de Direito às sedutoras investidas do absolutismo e da "democrática" demagógica. No texto, fluente apesar de embasado em profundo conhecimento da técnica jurídica, o cidadão comum – e não apenas os profissionais do Direito, para os quais sua leitura é indispensável, e historiadores e sociólogos, pelo que contém de informação séria –, reconhecerá a guerra renhida travada diariamente para que os direitos que conquistou sejam mantidos e respeitados.

O leitor precisa ter sempre presente o fato indiscutível de que os julgamentos proferidos por Gilmar Mendes no STF de 2002 a 2010 não são perfeitos e indiscutíveis, pois o ministro é um ser humano e, como tal, passível de erro como qualquer um de nós. No entanto, a defesa que fez de suas convicções e de alguns direitos inalienáveis das partes dos processos que julgou na última instância foram coletados e impressos numa ajuda à compreensão do tempo em que vivemos. E neste é necessário preservar a memória da luta pela liberdade do indivíduo, ameaçada pelo peso e pela força repressora e invasiva do Estado. Concordando com as ideias do autor ou discordando delas, o leitor deve ter em conta que a democracia não persegue a perfeição, mas o convívio civilizado com o imperfeito.

27 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz justifica 60 dias de férias por 'cansaço mental'

Para justificar os 60 dias de férias, além de um calendário próprio de feriados, o desembargador Fernando Tourinho Neto, que ocupa uma das vagas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), alegou "cansaço mental" para rebater a proposta da Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, de reduzir de 60 para 30 dias as férias dos magistrados.

"É inacreditável que uma juíza de carreira brilhante (...) tenha tais ideias, sabendo, de ciência própria, que o cansaço mental do magistrado, sua preocupação diuturna para bem decidir, a falta de recursos materiais para bem desempenhar sua função, exijam um descanso maior, anualmente, para eliminar o cansaço cerebral", protestou. Para ele, a ministra pode, ao defender propostas como essa, tentar "agradar o povão" ou "agradar a imprensa, falada e escrita".

Na mesma nota, em nome dos "magistrados brasileiros, indignados", Tourinho Neto tenta justificar o pedido de aumento de salário para os juizes. Ele argumenta que os salários estão corroídos pela inflação e não acompanham os preços "de aparelhos domésticos, de imóveis, de veículos, de lazer". Por conta dessa defasagem, ele chegou a conclamar os juizes a entrar em greve, o que seria inédito no País.

Motorista inocente passa 4 anos preso

O motorista Fabiano Russi está livre após passar quatro anos preso por engano. Uma enfermeira vítima de assalto reconheceu Fabiano como autor do crime. Isso e uma série de erros e omissões testemunhais impediram a libertação. O motorista espera ser ressarcido.

Fabiano Russi foi reconhecido por engano em álbum de delegacia por vítima de roubo

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Justiça do olhometro

Difícilmente ao olhar uma foto a vítima tem condições de agir com a objetividade necessária num ato que pode levar alguém para a prisão

Em 2001, na delegacia de Taboão da Serra, a enfermeira M.R.A. apontou uma fotografia no álbum da polícia e disse: "É ele!" A foto era de Fabiano Russi, manobrista de um hotel quatro estrelas na Vila Madalena,

que estava trabalhando na hora em que ela fora assaltada e ferida, longe dali.

O retrato de Fabiano fora feito três anos antes, em junho de 1998, quando a polícia interceptara e dera uma batida num ônibus de barulhentos torcedores do Santos que iam assistir a um jogo no Morumbi. Durante a revista, alguém soltou um rojão, a polícia quis saber quem o fizera; ninguém disse e o grupo todo foi levado para a delegacia, fotografado e fichado. Nessa fotografia, a enfermeira identificou Fabiano como o assaltante. Deu outras indicações à polícia, como a de que o agressor era de estatura mediana, mas Fabiano tem 1,90 m. Não obstante, foi preso. O juiz mandou que telefonasse ao setor de RH de seu emprego para confirmar que estava no trabalho naquele dia e hora. O funcionário alegou que precisava de autorização do gerente, que disse precisar de autorização do dono, que ficou com medo e não deu a informação. Fabiano ficou preso até que o hotel comprovasse que ele estava no trabalho. Mas foi demitido no dia seguinte. Na hora da confirmação dos fatos a testemunha, com medo, desdisse que ele estivesse no trabalho. Tudo somado, Fabiano ficou quatro anos na cadeia, até ser solto, dois anos depois de enviar um apelo ao Tribunal, de próprio punho.

Fabiano quer entrar com ação judicial para obter os devidos reparos pela violência que sofreu, as perdas consequentes, os danos a sua pessoa e a sua família. Seria interessante se levasse em conta um fato semelhante, cujo desfecho se deu nessa semana. Morreu de enfarte, durante o sono, em sua casa

do Recife, o ex-mecânico Marcos Mariano da Silva, de 63 anos. Horas depois que seu advogado lhe informasse que o STJ negara recurso ao governo de Pernambuco contra o pagamento da segunda e última parcela da indenização de R\$ 2 milhões a que teve direito por ter ficado 19 anos preso, acusado de um homicídio que não cometera. Na prisão, contraiu tuberculose e ficou cego, ferido na repressão da polícia a uma rebelião de presos.

Marcos foi solto seis anos depois da primeira prisão, quando prenderam o verdadeiro assassino. Foi preso novamente, três anos mais tarde, quando dirigia um caminhão, numa blitz rodoviária, reconhecido por um policial de cujos registros constava que era foragido da Justiça. Sua inocência e sua soltura não haviam sido comunicados às instâncias competentes. Ainda era procurado. Ficou preso mais 13 anos. Foi abandonado pela mulher e pelos 11 filhos. Em 1998, num mutirão do Judiciário, sua inocência foi reconhecida e foi libertado. Iniciou, então, a luta pelo reparo e pela indenização, cuja importância será recebida pela mulher e pelos filhos, que nem sequer foram ao seu enterro.

Justiça baseada no dedo, no olho e na suspeita está longe de ser Justiça. Repousa antes em critérios pré-modernos e estamentais, no pressuposto de que há uma desigualdade qualitativa que separa a população em duas grandes categorias sociais: a dos que não precisam temer a justiça porque a eles ela não se aplica; e a dos que não tem por que se preocupar com ela porque a eles se aplicará sempre. No fundo mesmo, subjacente a esses casos anômalos está a concepção de que a função da Justiça não é a de ser justa, mas a de punir os desiguais, os que calam na teia da suspeição permanente, os que já nascem estamentalmente culpados.

CONTINUA

27 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O caso de Fabiano Russi, identificado por meio de uma fotografia tirada anos antes, é bem indicativo de quanto o uso da imagem está entre nós atrasado e se alinha com esse pressuposto equivocado. A fotografia é polissêmica, não contém uma verdade em si, depende da situação, das motivações e das referências culturais de quem a vê. A imagem não está lá, na foto: está nas orientações de quem a olha. De certo modo, quem vê a fotografia vê o que quer e pode ver. Do mesmo modo, quem vê o agressor o vê sob as deformações da desatenção do medo. Dificilmente terá condições de reconhecer alguém numa fotografia com a objetividade que pede um ato que pode redundar em injusta privação da liberdade de outrem.

Que há uma cultura disseminada que desfavorece a prática da Justiça, o próprio caso de Fabiano o indica. Nunca viu o rosto da mulher que mutilou sua vida ao apontar o dedo para sua foto e supostamente identificá-lo. "Melhor deixá-la viver a vida dela." No entanto, pessoas que fazem identificações erradas, com consequências tão graves na vida de alguém, deveriam ser notificadas do erro cometido e das consequências do erro. Falta-nos uma cultura da Justiça. O mesmo vale para os envolvidos no caso de Marcos Mariano. Mesmo no Judiciário, erros deveriam ser apurados, responsáveis advertidos e até punidos pelas consequências de enganos e omissões. Só assim se poderia romper o círculo vicioso que faz da Justiça cega uma Justiça irresponsável.

●
JOSÉ DE SOUZA MARTINS, SOCIÓLOGO E PROFESSOR EMÉRITO DA USP, É AUTOR DE *A POLÍTICA DO BRASIL LÚMPEN E MÍSTICO* (CONTEXTO 2011)

27 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Gesto obsceno de piloto rende 700 salários mínimos

Tribunal de Justiça manda American Airlines pagar indenização a agentes da Polícia Federal por caso ocorrido em 2004 em Cumbica

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação da American Airlines por gesto obsceno do piloto americano Dale Robbin Hersh. Em 2004, ele mostrou o dedo médio a sete agentes da Polícia Federal no desembarque do Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos.

Mas o TJ diminuiu o valor da indenização por danos morais que a empresa terá de pagar a cada agente. Em 2006, os policiais decidiram processar a empresa por danos morais e a companhia havia sido sentenciada a pagar 500 salários mínimos por danos morais para cada um deles. Agora, o valor foi revisto para 100 salários mínimos.

O gesto de Hersh foi feito enquanto o piloto tirava foto de identificação no desembarque do aeroporto, em 14 de janeiro de 2004, na frente de sua tripulação. Os agentes só perceberam quando viram a foto e então lhe deram voz de prisão. Para ser solto, o piloto teve de pagar multa de R\$ 36 mil.

Na época, o Brasil exigia identificação dos americanos que entravam no País alegando reciprocidade - esse era o tratamento dado a brasileiros que entravam nos Estados Unidos após endurecimento das medidas antiterror.

O valor de 100 salários mínimos ainda é considerado elevado. Mas, para os advogados Frederico Manssur, Eduardo Natal e Bruno Bergmanhs, que defenderam os agentes, é "justo".

Manssur avalia que a decisão de primeira instância havia realmente ficado pesada. Mas a nova decisão alcança o equilíbrio entre dano e punição. "A punição tem de ser exemplar", defende.

Ele explicou ainda que a punição se dá contra a empresa, não contra o piloto, porque ele estava no Brasil na condição de preposto da American Airlines e fez o gesto na frente da tripulação.

Humorismo. Em seu voto, o desembargador Caetano Lagrasta, relator do acórdão, critica de forma incisiva o gesto. Para ele, "a atividade de humorista fica reservada para espaços delineados na imprensa ou na mídia, nos teatros e casas de espetáculo ou nos espaços abertos das raves ou subterrâneos de clubes noturnos".

Além disso, segue, Facebooks e Wikileaks "não mais permitem que as pessoas exponham suas mais estranhas ou ridículas facetas ou que o façam aproveitando-se das demais ou com o intuito de ofendê-las nas respectivas honras".

Procurada, American Airlines informou que não tem conhecimento do acórdão, que deve ser publicado na próxima semana, e preferiu não se manifestar.

TRECHOS

Experimente qualquer brasileiro a se arrogar o

direito de fazer graças, ser humorista ou inconsequente ao desembarcar nos Estados Unidos, quando, desde o embarque no Brasil, através da mesma companhia da qual é preposto o requerido, somos submetidos a revistas e identificações nem sempre recobertas pela delicadeza ou presteza de liberação dos meandros da imigração"

O ESTADO DE S. PAULO

Militares 27 NOV 2011

ainda temem

Comissão

da Verdade

Para eles, objetivo é criar bases legais para um processo de mudança na Lei da Anistia

Não deram certo as longas negociações e concessões do governo para acalmar os militares em relação à Comissão da Verdade. Desde que foi aprovada pela presidente Dilma Rousseff, nove dias atrás, observa-se uma crescente inquietação nesse meio quanto aos rumos da comissão. Teme-se, sobretudo, a possibilidade de caminhar para um processo de judicialização.

Com os militares da ativa legalmente impedidos de se manifestar sobre questões políticas, a reação ocorre por meio de oficiais da reserva. Pala-se até na formação de uma frente para impedir ações da comissão.

Na semana passada, o capitão da reserva José Geraldo Pimentel divulgou em seu site uma carta na qual afirma que o primeiro passo da comissão será criar bases legais para um processo de mudança na Lei da Anistia. Em seguida, continua, os agentes das Forças Armadas serão levados a tribunais.

"Condenar os militares e agentes do Estado que lutaram contra os ex-terroristas e ex-guerrilheiros é o grande objetivo", diz. Para evitar que isso ocorra, o autor recomenda aos militares que ainda mantêm documentos sobre aquele período que não os apresentem.

"Se vocês tiverem em seu poder registros dos acontecimen-

tos da luta travada contra os comunistas, desfaçam-se dos documentos, ou os guardem em lugar seguro", assinala. "Só a posteriori, quando o rancor da vingança desaparecer, é que poderão torná-los públicos."

Manifestações semelhantes partiram de vários outros pontos na internet. O Clube Militar do Rio criou um link em seu site para abrigar manifestações sobre a comissão. Um dos artigos, assinado pelo general da reserva Maynard Marques de Santa Rosa, qualificou-a de "estratagem de um grupo de vingadores obstinados, dirigida aos que lhes frustraram o projeto de aqui implantar a tirania contraditória".

Críticas. Entre familiares de mortos e desaparecidos no período da ditadura, assim como no meio de partidos à esquerda do espectro político, o movimento ocorre é contrário: critica-se o governo pelas concessões.

Segundo o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), esses militares da reserva ainda acreditam que têm força para criar uma crise institucional e política no País tentam intimidar o governo. "Mas isso não existe. Eles não têm projeto para o País nem representam a nova geração de oficiais, que não devem carregar a canga daquele passado", diz o deputado. "O melhor para a nova geração seria apolar a apuração dos fatos."

Nesse cenário, segundo o deputado, o pior papel é o do governo, que cede às pressões. "Foi vergonhosa a decisão de impedir que um representante dos familiares falasse na cerimônia de instalação da comissão", lembra.

Nos dois lados do debate as atenções estão voltadas agora a escolha das sete personalidades públicas que farão parte da comissão. As manifestações dos militares destinam-se em grande parte a influir na decisão da presidente Dilma.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Clóvis Bandeira, vice-presidente do Clube Militar do Rio

'Só um dos lados envolvidos será julgado'

Em entrevista ao Estado, o general da reserva Clóvis Bandeira, vice-presidente do Clube Militar do Rio, disse que a maior preocupação observada entre os sócios daquela instituição é quanto à parcialidade nas ações da comissão. Esse risco será agravado, na avaliação dele, pela ausência de militares entre seus integrantes.

27 NOV 2011

● **Como o sr. vê essa inquietação entre os militares em relação à comissão?**

Em primeiro lugar quero deixar claro que não falo em nomes dos militares. Isso cabe aos comandantes das Forças. O que eu tenho observado entre os sócios do clube, da reserva e da ativa, é que a inquietação se deve ao fato de ser uma comissão unilateral, o que torna fácil a ocorrência de injustiças.

● **Por que unilateral?**

Em primeiro lugar porque a gente não tem assento na comissão. Em segundo, porque só um dos lados envolvidos naquela guerra será julgado. Esse é o desacerto que nossos sócios apontam. Trata-se de uma comissão com feição quase jurídica, que só vai ouvir um lado do problema. Como não se trata de gente neutra, já está definido quem será o mocinho e o bandido da história.

● **Por que acha que não será gente neutra?**

Pelos balões de ensaio que têm sido lançados, não será uma comissão isenta. Mas é claro que temos que esperar pela nomeação da pessoas.

27 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

508 FIANÇA

Dupla acusada de matar durante racha é solta

O empresário Fabrício Narciso Rodrigues da Silva, 32 anos, indiciado por homicídio doloso (assume o risco de matar), foi solto ontem do Centro de Detenção Provisória de Campinas após pagar fiança de R\$ 163,5 mil, arbitrada pelo desembargador Alberto Mariz de Oliveira, do Tribunal de Justiça. Anteontem, a empresária Adriane Aparecida Pereira Diniz Ignácio de Souza, 42 anos, havia deixado a Cadeia Feminina de Paulínia após pagar fiança de R\$ 109 mil. Os dois foram presos após a morte do professor de jiu-jítsu Kaio César Alves Muniz Ribeiro, 23 anos, atropelado na calçada durante suposto racha entre os carros dos dois acusados.

SP cria delegacias de pedofilia e latrocínio

A Polícia Civil de São Paulo criou anteontem as delegacias de combate a sequestro relâmpago, contra a pedofilia e de investigação de latrocínios – roubos seguidos de morte. As três novas unidades ficarão subordinadas ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que foi ampliado, tornando-se um superdepartamento. Além das novas delegacias, o DHPP vai atuar em todo o Estado e recebeu ainda a Divisão Antissequestro. O departamento cuida ainda da Divisão de Homicídios, da delegacia de chacinas, dos casos de resistência seguida de morte, de crimes raciais, das pessoas desaparecidas e da proteção de testemunhas.

O ESTADO DE S. PAULO

27 NOV 2011

FRASE



"Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual, assume"

JAIR BOLSONARO, deputado federal (PP-RJ) sem decoro, atacando a presidente e a proposta do governo de distribuir material didático sobre orientação sexual

DORA KRAMER

Falando sozinho. Não é necessário repetir a última torpeza de Jair Bolsonaro, desta vez em referência à presidente da República.

Diante da impossibilidade de se punir parlamentar por palavra ou voto, talvez o melhor seja presentear o deputado com um passaporte para o ostracismo, a fim de que o debate sobre suas costumeiras abjeções não lhe dê mais projeção.

28 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Cardozo ataca conluio das corregedorias

Para ministro da Justiça, muitos encarregados de fiscalizar órgãos públicos cedem à cumplicidade e põem sujeira 'debaixo do tapete'

Fausto Macedo

O ministro José Eduardo Martins Cardozo, da Justiça, denunciou "acumpliamento corporativo" nas corregedorias dos órgãos públicos. As corregedorias, em sua avaliação, protegem servidores envolvidos com desmandos e corrupção. "É inaceitável."

"Quantas vezes vemos situações de corregedorias que, diante de ilícitos evidentes e de um mal-estar na própria corporação, em que o órgão está, resolvem colocar a sujeira debaixo do tapete para não ter que colocá-la à luz do sol, o que evidentemente propiciaria uma lição mais firme e decidida", assinalou Cardozo.

As corregedorias são repartições alojadas na estrutura de ministérios, secretarias e autarquias, e também no âmbito do Legislativo e do Judiciário. Elas têm atribuição para investigar, processar administrativamente e até pôr na rua servidores, independente de graduação ou tempo de casa, citados por peculato.

Os resultados das comissões processantes podem ensejar ação judicial contra o funcionário investigado, de natureza penal e por improbidade. Mas poucas são as corregedorias que desempenham seu papel sem se curvar ao tráfico de influência e aos interesses internos da instituição à qual está agregada.

"Colocar um manto da escuridão sobre situações de ilícitos não se justifica nunca e claro que isso é um dano às vezes muito maior do que o malfeito que se apura", insistiu o ministro. "Corregedoria tem o dever de colocar à luz do sol o malfeito, só dessa maneira conseguiremos efetivamente sanear a própria corporação em que ela se insere."

O libelo do ministro contra as corregedorias se deu durante a reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), organização que abriga 70 entidades de prevenção e repressão ao crime organizado e que anualmente se reúne para firmar metas para enfrentar o desafio de proteger o Tesouro. A reunião deste ano aprovou 14 ações contra desvios.

Transparência. O alerta de Cardozo fortalece a corrente de solidariedade em torno de Eliana Calmon, ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedora nacional de Justiça. Depois que apontou os "bandidos de toga", ela sofre pesadas críticas de magistrados que almejam o desmantelamento da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esses juízes defendem que a investigação sobre seus pares fique a cargo das corregedorias dos tribunais nos Estados - sobre algumas delas recaem suspeitas de conluio.

Cardozo denunciou cumplicidade nas corregedorias em pronunciamento a quase uma centena de autoridades de todo o País - procuradores, promotores, juízes, delegados federais, auditores do Banco Central e técnicos do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral da União.

O ministro advertiu que a base de sustentação do crime organizado é a corrupção enraizada na administração pública. Ele considera que a transparência nas corregedorias é "um desafio".

"Os nossos órgãos corregedores, e aqui falo dos três poderes, frequentemente são marcados por um forte acumpliamento corporativo, inaceitável numa sociedade que quer ter posição firme no combate à corrupção."

Para o ministro, a quem está diretamente vinculada a PF, apenas corregedorias livres de influências poderão "dar credibilidade e legitimidade social no âmbito da vida democrática às instituições atingidas por comportamentos indevidos". Ele clama por "corregedorias fortes, independentes, autônomas, que ajam com rigor e vigor".

"Já se disse que é mais fácil modificar um governo do que modificar uma cultura", anotou. "As pessoas pensam que a coisa pública pertence ao governante, não veem como sua. Enquanto agentes do Estado temos que promover em conjunto com a sociedade ações pedagógicas capazes de denunciar o quanto a corrupção é nociva para a vida de cada brasileiro, o quanto cada cidadão perde com os desmandos, o quanto a corrupção guarda uma intrínseca relação com as organizações criminosas."

● Longo caminho

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
MINISTRO DA JUSTIÇA

"Temos que ter consciência, falta muito, há muito ainda a percorrer para que possamos construir um País democrático como nenhum outro"

"Talvez o Brasil nunca consiga vencer a corrupção, mas pelo menos reduzi-la a níveis baixíssimos, a níveis que não alarmem, que permitam que nós brasileiros não venhamos a temer nossos agentes públicos"

28 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO A Justiça e a administração

Há bons motivos para comemorar a decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador José Roberto Bedran, de liberar a licitação para o novo modelo de limpeza pública que a Prefeitura pretende implantar na capital paulista, e que havia sido suspensa por duas medidas liminares, porque, como ele afirmou com inteira razão, a demora na solução da questão poderia causar "lesão à ordem, à saúde e à economia públicas", tendo em vista a natureza desse serviço essencial. Ao mesmo tempo, esse caso impõe uma reflexão sobre as repetidas tentativas feitas ultimamente por empresas derrotadas em concorrências de levar a Justiça a interferir na condução da administração pública.

A licitação muda o sistema atual, pelo qual a limpeza é feita por cinco empresas responsáveis por cinco áreas em que a cidade foi dividida. O novo modelo centraliza vários serviços hoje realizados por aquelas empresas e divide a cidade em apenas dois lotes, entregue cada um a um consórcio diferente, que poderá ser composto por até três empresas. Eles cuidarão, em suas respectivas áreas de atuação, da varrição das ruas, que passará a ser feita também aos domingos, das lixeiras – serão instaladas 150 mil delas, que terão chips com localização e data de limpeza –, da coleta de entulho, da remoção de cartazes e faixas e da limpeza de bueiros e bocas de lobo. A unificação dos serviços deve impedir que garis

continuem a jogar o lixo varrido nos bueiros, entupindo-os e agravando o problema das enchentes.

A suspensão da assinatura dos contratos, com duração de três anos e valor de R\$ 2,25 bilhões, foi pedida à Justiça – e concedida por medidas liminares da 9.^a e da 14.^a Varas da Fazenda Pública – por empresas desclassificadas na concorrência. Alegaram elas que a Prefeitura exagerou nas exigências de atestados para comprovar sua experiência nesse tipo de serviço, o que acabou por limitá-la a grandes grupos empresariais. Além de restringir assim a com-

Até que ponto a Justiça pode ou deve contestar critérios técnicos da administração pública?

petição, aquelas exigências teriam acarretado preços maiores do que os previstos.

De acordo com os juízes, não havia mesmo justificativa para tais exigências. O juiz Randolfo Ferraz de Campos, da 14.^a Vara, além de decidir favoravelmente ao pedido de uma das empresas que se sentiu prejudicada, a Marquise, ainda pediu ao Ministério Público Estadual abertura de inquérito para investigar a disputa.

A Prefeitura alega que os contratos foram assinados duas horas antes de ser comunicada da decisão judicial. E a Secretaria Municipal de Serviços logo informou que eles não entrariam efetivamente em vigor enquanto a liminar fosse mantida pela Justiça. Um contrato emergen-

cial foi assinado com as empresas que hoje fazem a varrição das ruas, para que o serviço não fosse interrompido, com prejuízo para a população.

Além do argumento decisivo, referente aos danos que uma demora na decisão do problema poderia acarretar para a população, o desembargador Bedran entendeu que os preços licitados ficaram apenas pouco acima dos pagos atualmente pela Prefeitura, o que se justificaria pela ampliação dos serviços a serem prestados pelas empresas vencedoras da concorrência.

A questão não está ainda resolvida, porque todas as decisões tomadas até agora, contra e a favor do prosseguimento da implantação do novo modelo de limpeza pública, foram em caráter liminar. A empresa Marquise já anunciou que recorrerá da decisão do presidente do Tribunal. E, o que é mais importante para o desfecho do caso, falta o julgamento do mérito, que ainda não tem data marcada.

Essa espera deveria ser aproveitada para uma análise serena sobre os casos em que a Justiça, pelo menos em primeira instância, interfere diretamente na forma pela qual os governantes conduzem a administração. O fato de a Justiça ser soberana em suas decisões não impede que se pergunte, por exemplo, se ela pode e deve contestar critérios técnicos fixados pela administração, como o da exigência de experiência no setor, feita a participantes de uma licitação, referente à limpeza pública ou a outro serviço. A repetição de exemplos como esse é inquietante.

28 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

O Supremo põe ordem na casa

Parte dos acidentes de trânsito tem numa das pontas um motorista que ingeriu álcool. Ainda assim, decisões judiciais mandam seguradoras pagarem indenizações às vítimas.

O Brasil é um dos campeões absolutos em acidentes de veículos. O resultado é que poucos países no mundo conseguem igualar nossa marca anual de mais de 60 mil mortos por conta do trânsito. O dado mais apavorante é que as últimas estatísticas publicadas apontam o crescimento deste número, que fica mais apavorante ainda quando se descobre que os acidentes com mortes envolvendo motocicletas aumentaram 300% de 2002 a 2010.

Boa parte dos acidentes de trânsito brasileiros tem numa das pontas um motorista que ingeriu bebida alcoólica. A sensação de impunidade é de tal ordem que jovens que frequentam as baladas não sentem qualquer pudor em dar entrevistas dizendo que bebem e dirigem e que, se acontecer o pior, pagam a fiança e vão para casa. Não há qualquer sentimento de culpa, não há qualquer padrão mínimamente ético em relação à vida do próximo. O ideal é que o próximo não morra num acidente causado por eles, mas se morrer, tudo bem, o pai paga a fiança e o gasto com advogado, porque a vida continua.

A quantidade de casos brutais que chegaram às mídias nos últimos meses serve para atestar que, pelo menos em São Paulo, a Lei Seca não produziu os efeitos desejados. E, se no Rio de Janeiro ela é mais severamente aplicada, a simples possibilidade do motorista não fazer o teste do bafômetro tira muito de sua eficácia.

Mas o quadro fica mais obscuro ainda por conta de decisões judiciais que mandam as seguradoras pagarem indenizações para as vítimas dos motoristas alcoolizados. Tanto faz se a apólice tem exclusão expressa para as indenizações decorrentes de acidentes onde o motorista consumiu álcool ou drogas. Tanto faz se o conceito por trás da regra não é o acidente, mas o fato do cidadão estar dirigindo após consumir bebida alcoólica. Tanto faz se a lei, há alguns anos, diz

que é crime dirigir com mais do que um determinado porcentual de álcool no sangue. O cidadão embriagado se envolve no acidente e a Justiça manda a seguradora pagar o estrago que ele causa.

Quem paga esta conta não é a seguradora, mas toda a sociedade, principalmente os demais segurados que respeitaram a lei e que terão seus seguros encarecidos em função das indenizações pagas por ordem judicial para cobrir sinistros sem cobertura na apólice.

O cenário é negro, mas surgiu uma luz no fim do túnel. Uma luz que pode começar a reverter a tendência apontada acima e, a médio prazo, até reduzir o número de mortes no trânsito brasileiro.

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou recentemente, por unanimidade, ação na qual decidiu que dirigir embriagado é crime. Como disse o relator do processo, Ministro Ricardo Lewandowski, é a mesma coisa que alguém andar armado. Ele não precisa usar a arma para cometer o delito, da mesma forma que o simples fato do motorista estar embriagado passa a ser suficiente para configurar o crime. Em outras palavras, o acidente ocorrer ou não é irrelevante. A ação que fere a lei é a condução do

A injustiça pode acabar porque o STF decidiu que dirigir bêbado é crime.

veículo por motorista com teor alcoólico no sangue superior ao determinado no Código de Trânsito.

Com o balizamento da Suprema Corte é de se esperar, em primeiro lugar, o aumento da fiscalização e, em segundo, o fim das decisões judiciais que determinam às companhias de seguros o pagamento de indenizações decorrentes de acidentes de trânsito onde o motorista do veículo segurado está com teor de álcool superior ao permitido pela lei.

Seguro não existe para premiar ilícitos penais. Seguro existe para indenizar acidentes decorrentes de culpa ou fatos independentes da vontade do segurado. Quando alguém enche a cara, pega um carro e sai pela cidade, antes de tudo, está cometendo um crime, mas, também, está deliberadamente assumindo o risco de causar um acidente. As duas situações são excludentes do direito ao recebimento da indenização das apólices de seguros.

Quem sabe, daqui pra frente, graças ao STF, ao aumento da fiscalização e à possibilidade das seguradoras negarem as indenizações, o número de mortes no nosso trânsito começa a cair.

SÓCIO DA PENTEADO MENDONÇA ADVOCACIA, PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS E COMENTARISTA DA RÁDIO 'ESTADÃO ESPIN'

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

26 NOV 2011

60 dias de férias

Para justificar os 60 dias de férias, além de um calendário próprio de feriados, o desembargador Fernando Tourinho Neto, que ocupa uma das vagas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), alegou "cansaço mental" para rebater a proposta da Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, de reduzir de 60 para 30 dias as férias dos magistrados.

'Cansaço mental'

"É inacreditável que uma juíza de carreira brilhante (...) tenha tais ideias, sabendo, de ciência própria, que o cansaço mental do magistrado, sua preocupação diuturna para bem decidir, a falta de recursos materiais para bem desempenhar sua função, exijam um descanso maior, anualmente, para eliminar o cansaço cerebral", protestou Tourinho Neto. Para ele, a ministra pode, ao defender propostas como essa, tentar "agradar o povão" ou "agradar a imprensa, falada e escrita".

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

26 NOV 2011

Manobra no Senado?

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a cobrar, ontem, a votação, pelo Senado, da indicação de Rosa Maria Weber para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele retomou a polêmica que abriu na semana ao denunciar suposta manobra para atrasar a votação da indicação. Com o atraso, mais tempo levará o STF para analisar a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, pois a corte aguarda ter mais um membro (para o lugar de Ellen Gracie, que se aposentou) para decidir sobre a questão. "Parece-me que alguns queriam, e estão conseguindo, que a questão referente à Ficha Limpa não seja votada este ano", lamentou. O relator da indicação de Rosa Maria Weber na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele deveria ter lido o exame na última quarta-feira, mas pediu adiamento.

INFORME

Inquérito contra Barbosa

A procuradora federal Carla Veríssimo de Carli, que atua na Procuradoria da República em Porto Alegre, será a responsável por analisar o inquérito que envolve o prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), no suposto esquema de corrupção e desvio de dinheiro através do Instituto Atlântico, Oscip contratada em 2010 para executar programas de saúde. O inquérito tramitava no Tribunal de Justiça do Paraná, mas, por entendimento do Ministério Público, acabou sendo encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O promotor de Justiça Samir Barouki entendeu que os recursos supostamente desviados tinham origem federal e seria, portanto, a Justiça Federal competente para o caso. Não há um prazo para a procuradora federal decidir o caso: arquivando, declinando a competência ou denunciando o prefeito e os outros envolvidos nos supostos crimes.

Ex-vereadores de Foz do Iguaçu alvos do MP

O Ministério Público (MP) do Paraná entrou ontem com ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra quatro ex-presidentes da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Itaipu, por ato de improbidade administrativa. O MP sustenta que Izanildo Brambatí, Marta Chaves, Antônio Luiz Bendo e Antônio da Silva foram responsáveis pelo desvio de função da servidora Lídia Marcon Alberton, aprovada em um concurso na Casa em 1993, como zeladora, mas desde então ocupante da função de secretária, com vencimentos correspondentes. Uma eventual condenação por ato de improbidade administrativa pode levar a sanções como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução do valor empregue indevidamente ao erário e multa.

26 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Laudo atesta sanidade mental de Bibinho

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba – O resultado da perícia realizada por técnicos do Instituto Médico-Legal (IML) atestou que o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, não tem problemas psicopatológicos que possam isentá-lo de responder na Justiça aos processos por contratação de funcionários fantasmas e desvio de recursos públicos do Legislativo estadual. A avaliação por peritos do IML foi feita por determinação da Justiça depois que a defesa de Bibinho apresentou um atestado de uma médica pessoal dele afirmando que o ex-diretor não estava em condições de sanidade mental para responder as acusações na Justiça. Se isso fosse comprovado, os processos contra Bibinho poderiam ser suspensos.

Por isso, ele foi submetido a dois exames no IML, no mês de outubro, que resultaram em

um laudo que afirma que, apesar do quadro de depressão apresentado por Bibinho, decorrentes de sua prisão e das consequências que o processo ocasionaram, "o examinado apresenta-se plenamente consciente de seus atos para efeitos da vida civil ou para responder a processo criminal". Com essa comprovação, o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) já pediu à 9ª Vara Criminal de Curitiba que determine o seguimento do processo, informou o coordenador do órgão, Leonir Batisti.

O próximo passo é marcar uma audiência para ouvir as testemunhas, seguida de alegação final, o que pode levar ao final da primeira fase do processo, para então, ser dada a sentença. "Esperamos que a audiência aconteça ainda este ano", afirma Batisti. A reportagem tentou falar com o advogado de Bibinho, Euroliano Reis, durante o dia de ontem, mas não obteve retorno.

MAZZA

Bibinho

Laudo diz que Bibinho tem a cuca legal, joia. Foi apurado "in loco" que ele está muito bem.

FOLHA DE LONDRINA

TRF mantém suspensão de exclusividade de consignado do BB

26 NOV 2011

Brasília - Depois de sofrer derrota no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no início deste mês, o Banco do Brasil perdeu mais uma batalha em relação ao crédito consignado. É que o Tribunal Regional Federal (TRF) da Primeira Região negou liminar da instituição que tentava revogar a decisão do órgão antitruste. O Cade havia determinado a suspensão dos contratos de exclusividade desse tipo de operação pela instituição financeira.

Para o advogado Vicente Bagnoli, autor da ação contra a exclusividade e que defende a Federação Interestadual dos Servidores Públicos de 12 Estados (Fesempre), a vitória preserva os princípios da livre concorrência e iniciativa. "Cabe agora ao Cade fazer valer a decisão", afirmou. Por meio de sua assessoria de imprensa, o BB informou que continuará a "tomar medidas judiciais cabíveis para defender seus direitos".

O caso teve início em julho

Se descumprir a medida, banco terá de pagar multa diária de R\$ 1 ml

de 2010 com o pedido de medida preventiva contra o monopólio do BB. O Cade aceitou o pedido, mas o banco recorreu. Em 9 de novembro, o Conselho negou o recurso e determinou que a instituição anulasse as cláusulas de exclusividade e a instituição financeira partiu, então, para a estera judiciária.

Entre as medidas preventivas determinadas pelo Cade estão o fim imediato da assinatura de novos contratos com cláusula de exclusividade de consignação em pagamento, a suspensão imediata de acordos já existentes com esse tipo de cláusula e a comunicação a todos os servidores públicos com contratos de consignado sobre as medidas. O BB terá de apresentar também, em até 20 dias, cópias de todos os contratos de exclusividade desde 2006 e publicar em dois jornais o conteúdo das medidas em até 15 dias. De acordo com a Fesempre, atualmente oito Estados e 40 municípios mantêm contratos de monopólio no crédito consignado.

Exame de DNA comprova troca de bebês

Curitiba - Dois bebês trocados por engano na maternidade do Hospital Evangélico de Curitiba foram devolvidos esta semana aos pais biológicos após a comprovação da troca por meio de um exame de DNA. Os bebês nasceram no dia 3 de outubro e, de acordo com informações do hospital, no mesmo dia a equipe médica constatou a possibilidade de ter havido a troca entre os recém-nascidos. Os bebês teriam nascido com apenas meia hora de diferença.

Em nota, a direção do hospital informou que "a partir da suspeita, as famílias foram imediatamente comunicadas e deflagrou-se o processo de investigação". Após a coleta de amostras para o exame de DNA, "os pais optaram por aguardar o resultado dos exames em suas residências". Para tanto, as famílias decidiram ficar com os bebês supostamente trocados até o resultado do exame.

No dia da abertura do envelope com o resultado, 31 de outubro, ficou comprovada a troca. Os pais dos bebês, contudo, pediram um novo exame em outro laboratório, o qual também confirmou o erro do hospital. Com a segunda confirmação, os bebês foram entregues aos pais biológicos e registrados em cartório.

Em 14 anos de funcionamento, cerca de 30 mil crianças nasceram na instituição, que nunca havia registrado um caso como este.

FOLHA DE LONDRINA

Sky questiona na Justiça nova legislação da TV paga

26 NOV 2011

Brasília - Insatisfeita com as novas regras do mercado de TV por assinatura, a Sky entrou com uma ação na Justiça Federal de São Paulo questionando a constitucionalidade da nova legislação que vigora sobre o setor. A operadora alega que a política de cotas, imposta pela Lei 12.485/2011, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em setembro, viola a Constituição Federal. "Tal imposição é inconstitucional, na medida em que viola os princípios da liberdade nos meios de comunicação, da liberdade de expressão, da livre iniciativa e da defesa do direito do consumidor", argumenta a Sky por meio de nota.

A companhia alerta que a imposição de cotas sem compromisso com qualidade e o interesse dos consumidores resultará em um ônus para o assinante e para os demais agentes da cadeia, sem contrapartida para quem efetivamente paga a conta. Na visão da empresa, a imposição de exibição de conteúdo nacional "apenas protegerá alguns agentes da indús-

tria de produção audiovisual brasileira, criando uma reserva de mercado e garantindo de forma artificial um espaço na TV por assinatura para conteúdos que não necessariamente terão qualidade".

A ameaça de judicializar a questão vinha sendo anunciada pela empresa desde que foi incorporado ao texto que tramitou no Congresso Nacional a obrigatoriedade de exibição de programação nacional em todos os canais de TV paga. E esta semana, a ameaça foi concretizada.

A operadora não foi a única a questionar judicialmente a nova lei de TV por assinatura. O partido Democratas (DEM) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de medida liminar, contra diversos dispositivos da nova legislação.

A lei que vigora desde setembro também acaba com o limite de 49% imposto a empresas estrangeiras em operadoras de TV a cabo e abre esse mercado às operadoras de telefonia, que antes tinham várias restrições para operar no setor.

Prefeito condenado por nepotismo

O prefeito do município de Maria Helena (Noroeste), Osmar Trentini (PMDB), foi condenado pela Justiça Estadual por ato de improbidade administrativa. Trentini teria nomeado um sobrinho e o sobrinho de um secretário municipal para cargos em comissão, o que fere súmula antinepotismo do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi condenado ao pagamento de multa no valor de cinco vezes os salários pagos aos dois funcionários em outubro de 2010 (último mês anterior às exonerações), bem como à suspensão de direitos políticos por três anos. A reportagem não conseguiu contato com

Trentini

Campanha

MAZZA

Fruet punido em anúncios pela Justiça porque o material foi considerado campanha eleitoral antecipada. Ontem telefonemas, em nome do prefeito Luciano Ducci, eram dados pelo 3331-1000.

26 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão liberta mais de 21 mil presos

Londrina - Nos últimos dois anos, 21 mil pessoas que estavam presas irregularmente no sistema prisional brasileiro foram libertas. Este balanço foi divulgado ontem pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cezar Peluso, responsável pelo programa Mutirão Carcerário, que revisou 279 mil processos criminais em todo o País desde o início de 2010. Apenas no Paraná 1.960 pessoas que estavam detidas de forma irregular ganharam a liberdade.

O mutirão também inclui inspeções em presídios, cadeias públicas e delegacias de 24 estados e do Distrito Federal. Atualmente, estão em curso mutirões carcerários em três Estados: São Paulo, onde foram analisados até agora 60,5 mil processos; Rio de Janeiro, com análise de 13,9 mil processos; e Bahia, com pouco mais de 7 mil processos revistos.

O Paraná foi alvo do Mutirão Carcerário entre fevereiro e maio do ano passado. Mais de 21 mil processos foram analisados, além das vitórias em penitenciárias e delegacias.

A carceragem do 2º Distrito Policial de Londrina foi considerada como uma das mais críticas. No relatório, o local foi descrito como de "péssimo estado de higiene, ventilação e luminosidade". No dia em que foi inspecionado, em abril de 2010, 321 detentos ocupavam o local, que tem capacidade para 122 pessoas. Ontem, de acordo com o chefe de carceragem do DP, Luciano Romero, havia 344 presos no local.

Além das libertações, as equipes dos mutirões do CNJ concederam nos dois últimos anos 41,1 mil benefícios, como progressões de penas e de regimes prisionais e também livramentos condicionais. No Paraná, 3.535 pessoas receberam benefícios. O mutirão custou R\$ 3,2 milhões e envolveu 246 magistrados e servidores, que fizeram mais de 900 viagens pelo País.

De acordo com o levantamento, 43% dos presos no País estão em situação provisória (ainda sem condenação).

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Semana da conciliação 27 NOV 2011

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais brasileiros, organiza na segunda-feira a abertura oficial da 6ª edição da Semana Nacional de Conciliação, que vai do dia 28 de novembro até o dia 2 de dezembro. Criada e coordenada pelo CNJ, a Semana Nacional de Conciliação pretende fortalecer a cultura da resolução de conflitos judiciais por meios pacíficos, além de reduzir o passivo de processos em todas as instâncias. A ênfase dessa edição são as ações que envolvem os maiores litigantes brasileiros, identificados pela primeira vez, e as demandas judiciais de massa (que têm como partes grande número de cidadãos).

No Paraná

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná está entre os que participam da Semana Nacional de Conciliação: 75 juízes do primeiro grau confirmaram a adesão e informaram que foram designadas quase 5 mil audiências para o período, em todo o Estado, entre Justiça Comum e Juizados Especiais.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

**Ficha Limpa
para comissionados**

27 NOV 2011

As entidades reunidas no encontro da Enccla também aprovaram recomendação para que os órgãos dos Três Poderes adotem os requisitos da Lei da Ficha Limpa para o preenchimento de cargos comissionados. Aprovada em 2010 pelo Congresso Nacional, a Lei da Ficha barra a candidatura de políticos que tenham sido condenados em segunda instância por tribunais colegiados, entre outras proibições. Segundo o desembargador Fausto Martin De Sanctis, um dos defensores da proposta na Enccla, a ideia "representa uma vontade da sociedade de que os 'ficha-suja' não tenham espaço na administração pública".

■ No Paraná, já foi aprovado na Assembleia Legislativa um projeto de lei que proíbe a contratação dos comissionados "fichas-suja", mas ainda falta a sanção, ou o veto, do Executivo.

CLÁUDIO HUMBERTO

**TJ do Rio exclui medalha
a juíza assassinada**

Um funcionário eletrocutado no conserto de ar condicionado e um motorista, ambos de empresa terceirizada da Corte, receberão a medalha do mérito judiciário do Tribunal de Justiça do Rio, na quinta (8), Dia da Justiça. A lista dos homenageados post-mortem do tribunal "esqueceu" a juíza Patrícia Acioli, executada em Niterói com 21 tiros por policiais ligados às milícias que ela investigava e mandava prender.

Círculo do medo

Titular do 1º. Tribunal do Júri, o substituto de Patrícia, Fábio Uchoa, continuará na 4ª. Vara Criminal. Não apareceu candidato à vaga.

Esqueçam

O Ministério Público do Paraná e a prefeitura de Curitiba aceitam, mas ignoram denúncias pela internet. Melhor voltar ao tempo dos carimbos.

Trabalhão

O Tribunal Superior do Trabalho já julgou, até setembro, 121.791 processos. Desde janeiro foram 95.679 processos em fase de conhecimento (quando o direito é discutido). Faltam 170.668 ações.

27 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Justiça embarga obra na Zona Oeste

Audiência para debater assunto será realizada na terça

**TRANSPOSIÇÃO
Justiça embarga obra do DNIT na Zona Oeste**

Moradores do Jardim Nova Olinda que entraram com ação reclamam de rachaduras

nas casas
Vitor Ogawa
Reportagem Local

Londrina- A Justiça Federal realiza na terça-feira (dia 29) uma audiência na 2ª Vara Federal Cível para discutir a obra que o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit) realizada no Jardim Nova Olinda, Zona Oeste de Londrina. No dia 24 deste mês a obra de transposição de linha férrea que liga as avenidas José de Lima Castro e Clarisse de Lima Castro foi embargada pela Justiça, a pedido dos moradores da região, que entraram com uma ação cível.

Os moradores reclamam que a obra, que pretende ser uma alternativa para o acesso ao Residencial Vista Bela, está sendo erguida a poucos metros das casas, causando uma série de transtornos,

como rachaduras nos imóveis, destruição da rua e redução de calçadas.

O empresário Rodrigo Oliveira Garcia afirmou que o embargo antes mesmo que a audiência fosse realizada pode ser considerada uma vitória pelo grupo que move a ação. "Eles estão realizando os consertos a passos de tartaruga, alegando falta de óleo diesel", destaca. Dos quase 8,5 metros que desbarrancaram apenas dois foram consertados, segundo ele.

Garcia salienta que não é contra o progresso e nem contra o viaduto, desde que os direitos dos moradores da região sejam respeitados. O empresário explica que a obra não possui estudo de impacto de vizinhança, tampouco foi realizado um estudo de impacto do ambiente e nem um estudo de solo foi feito.

Na época em que o processo foi aberto, o engenheiro supervisor do Dnit, José Carlos Belluzi de Oliveira, responsável pela fiscalização da obra, informou que o projeto prevê uma rua de cinco metros de largura e calçadas de 2,5 metros. Ele também mencionou que o recuo deixado em frente aos imóveis para possível uso do poder público pode ser utilizado. Ontem ele não foi lo-

calizado pela reportagem.

28 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Final de ano aquecido para concurseiros no Paraná

Altos salários no Poder Judiciário

Grande parte das oportunidades nos concursos com editais abertos está no Poder Judiciário. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por exemplo, oferece 29 vagas para contratação de Analista de Controle nas áreas Jurídica, Contábil, Administrativa, Econômica, Atuarial, de Informática e de Engenharia Civil. Os salários são de R\$ 8.718,24. As inscrições podem ser realizadas até 30 de novembro no site www.concursosfcc.com.br. A taxa de inscrição custa R\$ 140. As provas serão no dia 18 de dezembro, em Curitiba.

Já no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), os salários para os cargos de Analista Judiciário nas áreas Judiciária, Administrativa, Contábil, Apoio Especializado (Biblioteconomia e Odontologia) e para Técnico Judiciário nas áreas Administrativa e de Apoio Especializado (Enfermagem) variam de R\$ 4.052,96 a R\$ 6.611,39. As inscrições podem ser feitas até 15 de dezembro, no site www.concursosfcc.com.br. As taxas de inscrição variam de R\$ 65 a 80.

Até 16 de dezembro o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) recebe inscrições para cargos de nível superior, médio e fundamental. As inscrições podem ser feitas pelo site www.crcpr.ieses.org ao custo de R\$ 75, R\$ 60 e R\$ 45, respectivamente. As provas serão realizadas na cidade de Curitiba em 11 de dezembro. A localização constará no documento de confirmação de inscrição.

Instituições de ensino superior também oferecem vagas com salários atrativos. As melhores oportunidades salariais estão concentradas na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com remuneração que pode chegar a R\$ 10.397,94. A Prefeitura de Campo Bonito (Oeste) também paga muito bem. Os salários chegam a R\$ 9.300. A Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila) e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) oferecem salários de R\$ 7.333,67. Já a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) remunera com salários de R\$ 7.090,41.

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

TSE pode dar mandato a ficha-suja em RR **28 NOV 2011**

Agendado para esta semana no Tribunal Superior Eleitoral, o processo que pede a cassação do governador de Roraima, José de Anchieta Junior, pode resultar em tragédia maior para o estado. Quem pediu a cassação, de olho no cargo, é o ex-governador Neudo Campos, um dos mais célebres fichas-sujas do País. Entre processos no STJ e acusações, ele desfilou nas celas da PF, preso na Operação Gafanhoto.

Ficha corrida

O ex-governador Campos é alvo de denúncia por desvio de recursos públicos (R\$ 70 milhões) e formação de quadrilha, no STJ.

TRIBUNA DO PARANÁ

Laudo 26 NOV 2011

Bibinho é normal!

Psiquiatra e psicólogas do IML consideram o ex-diretor-geral da AL mentalmente capaz

Após ser submetido a dois exames no Instituto Médico Legal (IML), em outubro, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, o "Bibinho", foi considerado mentalmente capaz pela Seção de Psiquiatria Forense do órgão. Portanto, mesmo com depressão, ele está apto a comparecer às audiências e responder aos processos nos quais é acusado de chefiar uma quadrilha, que desviou pelo menos R\$ 100 milhões dos cofres públicos.

De acordo com o coordenador do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), Leonir Batisti, o laudo do IML, finalizado esta semana, aponta que "Bibinho" é "normal e saudável". "Durante os exames, ele mostrou que se expressa e se articula bem, falando, inclusive, que tem orgulho de sua vida. Ele até chegou a narrar que tomava medicamentos para depressão, mas reduziu a quantidade porque estava se sentindo bem. Isso mostra que, mesmo que ele tenha esse quadro, normal devido à sua exposição pública, não há impedimento para que continue respondendo ao processo".

O laudo, formulado pela médica psiquiatra Tânia Maria Zanier e pelas peritas psicólogas Josemar Malucelli de Moraes Calegari e Regina Coelli Gallieri, que atenderam Bibinho durante os testes realizados no IML, explica melhor a situação do ex-diretor-geral da Assembleia. No documento, elas afirmam que "Bibinho" tem um "humor tendendo ao polo depressivo", também descrito como "um quadro reativo de depressão pela situação vivenciada".

No entanto, apesar de admitirem que "o tempo para tratamento (da depressão) é indeterminado", a conclusão das três profissionais é de que "o examinando não se apresenta incapacitado, trata-se de pessoa

plenamente capaz de entendimento e autodeterminação" e que "o examinando apresenta-se plenamente consciente de seus atos para efeitos da vida civil ou para responder a processo criminal".

Após tomar conhecimento do resultado do laudo, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) requereu à juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, onde os processos tramitam, que dê continuidade aos trabalhos. Segundo Batisti, os próximos passos são, portanto, intimar a defesa para que ela tenha acesso ao laudo e, em seguida, marcar as audiências para que as testemunhas sejam ouvidas. "Não podemos precisar quanto tempo esse procedimento deve demorar, mas depois que as testemunhas forem ouvidas, é só finalizar a instrução e dar a sentença", explica.

Defesa

O advogado de Bibinho, Eurolino Secinhel dos Reis, afirma que ainda não teve acesso ao laudo, mas em uma avaliação preliminar, diz que há possibilidade de a defesa contestar a conclusão do laudo. "Ainda não tenho conhecimento do teor do documento e preciso fazer uma leitura técnica, mas se o laudo diz que ele tem problema (depressão), acredito que ele tem que ter um tempo para se curar", argumenta.

26 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Ziraldo

A Justiça Federal em Foz do Iguaçu (PR) condenou o cartunista Ziraldo Alves Pinto, 79 anos, por estelionato em função de ter registrado uma logomarca cedida a um festival realizado em 2003 na cidade. De acordo com a sentença, ele teria que cumprir mais de dois anos de prisão e pagamento de multa, mas a reclusão foi substituída por prestação de serviços e pagamento de um salário mínimo pelo período da condenação.

Trânsito 1

Nos dez primeiros meses do ano, morreram 3.991 pessoas em acidentes em São Paulo, 572 vítimas a mais do que as 3.419 assassinadas no período. Considerando os casos de homicídios culposos (quando não há intenção de matar), as mortes nos dez primeiros meses cresceram 5,3% no Estado. Na capital, as mortes por acidente de trânsito ainda ficam abaixo dos assassinatos. São 595 vítimas de acidentes e 855 de homicídio.

Kassab

A 11ª Vara da Fazenda Pública da cidade de São Paulo determinou ontem o bloqueio dos bens do prefeito Gilberto Kassab (PSD), por conta de uma licitação irregular que a prefeitura fez com a empresa Controlar de Inspeção Veicular. A decisão diz ainda que a prefeitura deverá abrir nova licitação no prazo de 90 dias para a escolha da nova empresa que será responsável pelo serviço. A ação, proposta pelo Ministério Público contra Kassab e outros servidores, busca suspender o contrato da prefeitura com a empresa, já que o serviço teria sido implementado com diversas ilegalidades, causando graves danos a erário e aos particulares.

Trânsito 2

Enquanto São Paulo comemora a chance de fechar o ano com taxa de 9,82 homicídios por 100 mil habitantes, abaixo dos 10 casos por 100 mil, valor considerado pela Organização Mundial de Saúde como epidêmico, no trânsito essa taxa chegou a 11,4 mortes por 100 mil habitantes. Foram 409 mortes em outubro.

TRIBUNA DO PARANÁ

Ode à liberdade 27 NOV 2011

A semana que passou será marcada como uma das mais importantes da história recente de nossa democracia no que tange ao tema da liberdade de expressão. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, em palestra na Conferência Nacional dos Advogados em Curitiba, defendeu intransigentemente o trabalho desempenhado hoje pelo jornalismo no país. Entre outras afirmações, disse que "a liberdade de imprensa e a democracia estão umbilicalmente ligadas" e que, "se cortar o cordão, morrem as duas". Na mesma linha, decretou que "quanto mais a imprensa serve à democracia, mais a democracia serve à imprensa".

Perfeito. Já sobre o contexto atual das denúncias de corrupção que fragilizam o governo federal, o magistrado foi ainda mais brilhante e asseverou que "a imprensa é a melhor ferramenta para controlar o Estado e, por desdobramentos, aos sindicatos, empresas e igreja". Na prática, a se seguir a compreensão de Ayres Britto, estamos diante de um instante sublime do Estado de Direito brasileiro, onde, a partir do pleno exercício de informar, podem os veículos de comunicação, livremente, contribuir para o assentamento de uma Nação que rejeita a censura e condena o autoritarismo.

Poema

Sobre o assunto de hoje,
vale a reprodução do excepcional
"Soneto à Liberdade",
de Antonio Carlos.

Sagrada emanção da divindade,
Aqui do cadafalso eu te saúdo;
Nem em tormentas, com
revezes mudos,
Fui teu votário e sou, ó Liberdade!

Pode a vida brutal ferocidade
Arrancar-me em tormento mais agudo
Mas das fúrias do déspota sanhudo
Zomba da alma a nativa dignidade.

Livre nasci, vivi, e livre espero
Encerrar-me na fria sepultura
Onde império não tem
mando severo.

Nem da morte a medonha catadura
Incutir pode horror a um peito fero,
Que aos fracos tão-somente a morte é
dura.

Sobre o autor

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845) nasceu em Santos. Era filho do Coronel Bonifácio José de Andrada e D. Maria Bárbara da Silva; irmão de José Bonifácio e Martim Francisco. A literatura foi apenas uma de suas atividades. A seu tempo, atuou na formação do Estado Nacional.

TRIBUNA DO PARANÁ

Mais vagas para presos

28 NOV 2011

A secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, define nesta semana o destino dos R\$ 134,7 milhões repassados pelo Governo Federal, na semana passada, em Brasília. O dinheiro faz parte do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, do Ministério da Justiça, que prevê o repasse de R\$ 1,1 bilhão para todos os estados.

De acordo com a assessoria da Secretaria de Justiça, Maria Tereza se reunirá com assessores e técnicos do órgão para detalhar quais serão as ações de ampliação, reforma e remodelação do sistema penitenciário. O planejamento prévio dos investimentos deve ser divulgado até sexta-feira.

No entanto, logo após o anúncio do programa, Maria Tereza antecipou que os novos recursos possibilitarão a abertura de 6.760 novas vagas em unidades prisionais do Estado. Deste total, 4.356 vagas serão criadas com novos estabelecimentos penais.

Mais

Conforme divulgado na Agência Estadual de Notícias, o governador Beto Richa anunciou investimento de mais R\$ 24 milhões na estrutura penitenciária e abertura de quase 12 mil vagas no sistema. "Com a verba federal, teremos quase R\$ 160 milhões para investir e já temos projetos prontos que nos habilitam a acessar as verbas federais. Serão nove novos presídios e a ampliação de oito para dar solução a problema endêmicos, como a superlotação das delegacias", afirmou.

Casados

Cinquenta e sete casais participaram no último sábado, 26, no Ginásio de Esportes Santa Rita, no Tataguara, do casamento comunitário. O casamento coletivo é uma parceria da Prefeitura de Curitiba, por meio da Fundação de Ação Social e Sesc, e o Tribunal de Justiça, através do programa Justiça no Bairro. O programa garante acesso gratuito à justiça em todos os municípios da comarca e da região de Curitiba.

JORNAL DO ESTADO

Semana de conciliação 28 NOV 2011

Tem início hoje, em Curitiba, a Semana Nacional de Conciliação 2011. A Cerimônia Oficial de Abertura na sede Ahú da Subseção Judiciária do Paraná (SJPR) será às 10 horas. A 6ª edição da Semana Nacional de Conciliação acontecerá em todo o Brasil em parceria com os tribunais. A Semana Nacional de Conciliação foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é por ele coordenada com o propósito de solucionar conflitos, fortalecendo, assim, a cultura da resolução de conflitos judiciais de forma pacífica. Segundo informações do CNJ, no último ano foram realizadas 361.845 mil audiências, obtendo-se 171.437 acordos.

EM ALTA

Começa hoje em todo o País a **SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO** organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa visa a resolver conflitos judiciais de forma mais rápida por meio de acordos entre as partes envolvidas em processos. Até sexta-feira, réus e processantes participarão de audiências de conciliação convocadas pela Justiça.

28 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Depois de 19 anos preso, descobriram que é inocente

*Jônatas Pirkiel

Este episódio, se não é, deve ser o exemplo de maior erro do Judiciário Brasileiro, divulgado nesta semana pela coordenadoria de Editoria e Imprensa do Superior Tribunal de Justiça. Entenda o caso e tire suas conclusões: "...A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento realizado na última terça-feira (22), manteve a condenação do Estado de Pernambuco por ter deixado preso ilegalmente o cidadão Marcos Mariano da Silva. Em 2006, o STJ já havia declarado o caso como o mais grave atentado à dignidade humana já visto no Brasil, e condenado o estado a pagar indenização de R\$ 2 milhões.

O recurso atual buscava discutir o prazo inicial de incidência

de correção monetária, em sede de embargos à execução. Conforme noticiário nacional, Silva faleceu na noite de terça-feira, horas após tomar conhecimento da decisão favorável a sua causa.

Crueldade — Em 2006, os ministros reconheceram a extrema crueldade a que Silva foi submetido pelo poder público. Preso em razão de simples ofício, sem inquérito ou condenação, foi "simplesmente esquecido no cárcere". Em decorrência de maus tratos e violência, ficou cego dos dois olhos, perdeu a capacidade de locomoção e contraiu tuberculose. A família, à época da prisão composta de mulher e 11 filhos, desagregou-se.

Coisa julgada — A principal disparidade seria a coisa julgada formada na situação de Silva, discussão ausente nos processos in-

dicados como paradigma, explicou o relator. No caso, o TJPE aumentou o valor da indenização sem alterar a data de início da contagem da correção monetária fixada na sentença. Essa decisão transitou em julgado.

"Resta evidente a ausência de similitude fática em relação aos acórdãos paradigmas, na medida em que neles não é feita qualquer referência em relação ao trânsito em julgado da decisão que fixou o termo inicial da correção monetária, bem como de eventual efeito substitutivo do acórdão reformador", concluiu o ministro Teori Zavascki..."

E o caro leitor pode achar que já viu tudo!!!

* O autor é advogado na área criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

Pensão para ex-cônjuge

*Roberto Victor Pereira Ribeiro

É cediço que o divórcio, por mais que encerre laços afetivos e matrimoniais, ainda persiste a obrigação de alimentar pelo divorciado àquele que esteja necessitando.

Não podemos esquecer que essa obrigação poderá cessar por dois motivos: 1. Se o cônjuge que recebe a pensão contrair novo matrimônio ou 2. Por comportamento indigno por parte do cônjuge-alimentado.

Não há uma taxatividade legal ou jurisprudencial no que tange ao conceito de "comportamento indigno". Geralmente, reside na aferição axiomática do magistrado que, perflustrando caso a caso, define se é ou não comportamento indigno passível de supressão da pensão recebida.

Entretanto, duas práticas são

consolidadas como comportamento indigno e, portanto, como ensejadoras da perda do benefício alimentício, são elas a prática contumaz da delinquência (roubo, furto, assassinatos) e a prostituição.

O diploma civil entende ser comportamento indigno qualquer ação que venha a colidir com a integridade física do alimentante ou de seus descendentes e ascendentes ou crimes contra a honra e a moral do ex-cônjuge que paga a pensão.

Vale a pena ressaltar que com o divórcio automaticamente cessa a obrigação de fidelidade recíproca, isto é, o simples namoro ou paquera do ex-cônjuge que recebe a pensão, não é motivo para a desobrigação ou exoneração da obrigação do alimentante. Em outras palavras, o divorciado que paga pensão não pode alegar que a ex-mulher ou o ex-marido

está namorando ou lhe "traindo" e que por isso não pagará mais a pensão devida.

O que exonera a obrigação de alimentar é um novo matrimônio, ou seja, novo casamento contraído dentro das regras e dos ditames do código civil.

Destarte, o autor da pensão não poderá escusar-se de sua obrigação enquanto esta for mantida pelo magistrado ou enquanto a outra parte não apresentar nenhum comportamento indigno ou não venha a contrair novo matrimônio.

Prezados leitores, por isso, consultem sempre seus advogados, a fim de que os mesmos possam orientá-los no dia-a-dia de suas vidas civis e cidadãs.

* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

28 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

FGTS

É possível a liberação do FGTS do empregado para ser utilizado no pagamento da dívida de sua casa própria, mesmo que o imóvel não tenha sido financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação. O entendimento é da 1ª Turma do TST.

Pós-graduação

O 30.º Curso de Preparação à Magistratura, oferecido pela Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), já está com 60% das vagas preenchidas. As aulas terão início em fevereiro de 2012, em Curitiba, para os períodos da manhã e da noite, de segunda a sexta-feira. O curso é uma pós-graduação em Direito Aplicado com 480 horas. Informações no site www.emap.com.br ou pelo telefone (41) 3254-6500.

Híbrida

É possível a soma do tempo rural e urbano para efeito de aposentadoria por idade. O entendimento é da 5ª Turma do TRF da 4ª Região. Para o relator do processo trata-se da aposentadoria híbrida, que combina o tempo rural com posterior período urbano.

Coletânea

A obra coletânea Constituição, Democracia e Justiça - Aportes para um constitucionalismo igualitário foi lançada no último dia 24 de novembro, na Faculdade de Direito da UFPR. Clèmerson Merlin Clève, presidente da Unibrasil e Professor Doutor da UFPR, coordenou e organizou o livro, que foi construído com a participação de 16 autores, entre eles os professores Felipe Bley Folly e José Arthur Castillo de Macedo.

Estagiário

A Promotoria de Justiça de Almirante Tamandaré está com inscrições abertas para uma vaga remunerada de estagiário de Direito. Poderão se inscrever, até o dia 5 de dezembro, alunos matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre. A prova será realizada dia 6 de dezembro. O edital do estágio completo está disponível no site do MP-PR (www.mp.pr.gov.br).

Patrimonial

Com a morte do seu titular, o direito da ação por dano moral é transmissível ao herdeiro, uma vez que tem caráter patrimonial. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Revista

Fazer revista visual em bolsas e sacolas não fere a intimidade dos empregados e não gera indenização por dano moral. O entendimento é da Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais do TST.

Habeas Corpus

MP de Minas cria Procuradoria especial para cuidar somente de Habeas Corpus. Em São Paulo já funciona uma procuradoria nos mesmos moldes desde 1993.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 706 do STF — É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

JORNAL DO ESTADO

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

28 NOV 2011

Discutindo a adoção

A Câmara Municipal de São José dos Pinhais em parceria com o projeto ROMA, organizou no sábado passado o Fórum de Discussão sobre Adoção. O evento reuniu o Executivo, o Legislativo e o Judiciário de São José, além de representantes de universidades, empresas, abrigos e grupos de apoio. "A Câmara percebeu a necessidade de discutir o processo adoção. São José dos Pinhais, assim como outras cidades brasileiras, tem sentido dificuldades para abrigar tantas crianças em situação de risco ou abandono. Além disso, diversas pessoas tentam adotar e enfrentam muitos problemas. É importante discutir causas e possíveis soluções para essas situações", resalta o presidente da Câmara, Assis Pereira.

TÁ NA LEI

Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011

Art. 2º O Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 289-A:

Art. 289-A. O juiz competente providenciará o imediato registro do mandado de prisão em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça para essa finalidade.

§ 1º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

§ 2º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão decretada, ainda que sem registro no Conselho Nacional de Justiça, adotando as precauções necessárias para averiguar a autenticidade do mandado e comunicando ao juiz que a decretou, devendo este providenciar, em seguida, o registro do mandado na forma do caput deste artigo.

§ 3º A prisão será imediatamente comunicada ao juiz do local de cumprimento da medida o qual providenciará a certidão extraída do registro do Conselho Nacional de Justiça e informará ao juízo que a decretou.

§ 4º O preso será informado de seus direitos, nos termos do inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, será comunicado à Defensoria Pública.

§ 5º Havendo dúvidas das autoridades locais sobre a legitimidade da pessoa do executor ou sobre a identidade do preso, aplica-se o disposto no § 2º do art. 290 deste Código.

§ 6º O Conselho Nacional de Justiça regulamentará o registro do mandado de prisão a que se refere o caput deste artigo.

Esta Lei alterou o CPP na parte relativa à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para ministro, greve de magistrados é injustificável

28 NOV 2011

Cerca de 3,6 mil juízes trabalhistas ameaçam cruzar os braços

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, afirmou na última sexta-feira (25) que a greve de juízes trabalhistas é injustificável. "O juiz, diferentemente do servidor, é um agente de Estado e não pode e não deve deflagrar greve. A greve do magistrado deixa a sociedade refém da magistratura e é injustificável", considerou o ministro, ao comentar a paralisação convocada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) para quarta-feira (30). Cerca de 3,6 mil juízes trabalhistas ameaçam cruzar os braços para cobrar aumento salarial e melhores condições de trabalho. A expectativa é que cerca de 20 mil audiências sejam suspensas em todo o país, caso a greve seja deflagrada.

Dalazen disse que os juízes que aderirem à paralisação também ficarão sujeitos a responsabilização administrativa pelas corregedorias locais.

Ponto cortado

O servidor da Justiça do Trabalho que não voltar ao trabalho terá o salário cortado, segundo resolução aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho

(CSJT). De acordo com o presidente do conselho, ministro João Oreste Dalazen, o corte poderá ser estendido aos magistrados caso decidam também aderir à greve da Justiça Trabalhista. A adesão dos juízes está prevista para começar no dia 30 de novembro.

Atualmente, servidores de dez dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) do país estão em greve pela aprovação do plano de cargos e salários da categoria, que prevê aumento de cerca de 50% nos salários. A maioria dos trabalhadores aderiu ao movimento em outubro, mas há casos, como o da Justiça do Trabalho da Bahia, em que a greve começou em junho. Em Salvador, funcionários de 50 das 80 varas do Trabalho estão em greve. Na cidade de São Paulo, das 90 varas, apenas 21 estão funcionando.

O desconto dos dias parados será integral, sem reserva de porcentagem de caráter alimentar. De acordo com Dalazen, um dos motivos da edição da norma, que valerá para futuras greves, é o tratamento diferenciado que cada tribunal está dando ao movimento. "Reconhecemos o sagrado direito de greve, mas não podemos admitir o tratamento diferenciado sobre a forma de efetivação dos

descontos", disse o ministro.

A resolução também determina que a compensação dos dias não trabalhados poderá ser negociada com reposições assim que a greve cessar. "Mas é preciso averiguar a real necessidade de serviço, com um plano efetivo e rigoroso de trabalho. Não será uma reposição de fachada", assegurou o ministro Dalazen.

O CSJT não fixou uma porcentagem mínima de trabalhadores que devem permanecer no serviço. Essa determinação caberá a cada tribunal.

Dalazen não escondeu o descontentamento com a ocorrência de algumas cortes que, segundo ele, abriu brechas para abusos. "O movimento grevista é relativamente frequente e as providências nem sempre foram tomadas a contento pelos tribunais, o que ocorreu foi um certo estímulo para essa situação". De acordo com o ministro, a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de emenda que destina adicional de R\$ 2 bilhões para reajuste dos salários, do Poder Judiciário é "um avanço" que deve ser considerado pelas lideranças sindicais da categoria.

28 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TST já cumpriu 127% da meta de produtividade proposta pelo CNJ

O Tribunal Superior do Trabalho cumpriu, até o momento, 127% da Meta 3 instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Poder Judiciário, que prevê o julgamento de quantidade de processos igual à dos processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal. A informação foi transmitida pelo presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, ao presidente do CNJ e do Supremo Tribunal (STF), ministro Cezar Peluso, no IV Encontro Nacional do Judiciário, realizado no dia 18/11 em Porto Alegre (RS).

Desde março deste ano o TST vem apresentando grau de cumprimento da Meta 3 superior a 100%. Até setembro, o TST distribuiu 95.679 processos em fase

de conhecimento (aquela em que o direito é efetivamente discutido), e julgou 121.791. O resíduo atual é de 170.668 processos.

Balanco

O presidente do TST apresentou, também, a posição do Tribunal em relação ao cumprimento das duas outras metas gerais fixadas pelo CNJ aplicáveis ao TST. A primeira delas (Meta 1), que prevê a criação de uma unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica, está cumprida parcialmente: o TST está finalizando os estudos e as providências necessárias para a criação, até dezembro, do escritório de projetos.

Na Meta 4 – implantação de pelo menos um programa de

esclarecimento ao público sobre as funções e atividades do órgão em escolas ou quaisquer espaços públicos –, o Tribunal desenvolve programa de envolvimento da cidadania voltado para estudantes de ensino médio da rede pública e estudantes universitários. Até outubro, 2.694 estudantes foram recebidos por profissionais do TST que, além de guiá-los numa visita às dependências do Tribunal, ministram palestras sobre o papel institucional da Justiça do Trabalho e seu funcionamento.

A Meta 2, que trata da implantação de sistema de registro audiovisual de audiências, não se aplica ao TST. A meta específica da Justiça do Trabalho para 2011 – criação de um núcleo de apoio da execução – também não se aplica ao TST.

DENÚNCIAS

Ligue 180 teve mais de 58 mil relatos de violência contra a mulher no ano

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 registrou 530.542 ligações até outubro deste ano. Ao todo, foram contabilizados 58.512 relatos de violência – 35.891 de violência física; 14.015 de violência psicológica; 6.369 de violência moral; 959 de violência patrimonial; 1.014 de violência sexual; 264 de cárcere privado; e 31 de tráfico de mulheres.

Um dos dados que mais chama a atenção, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, é o que mostra que a violência moral e a violência psicológica, juntas, representam 34,9% do total de ligações.

O balanço revela ainda que a maior parte das mulheres que

entrou em contato com o Ligue 180 e que é vítima de violência tem entre 20 e 40 anos, ensino fundamental completo ou incompleto e convive com o agressor há pelo menos dez anos. Ao todo, 82% das denúncias são feitas pela própria vítima.

Ainda segundo o levantamento, 44% das mulheres que entraram em contato com o serviço declararam não depender financeiramente do agressor e 74% dos crimes são cometidos por homens com quem as vítimas têm vínculos afetivos/sexuais (companheiro, cônjuge ou namorado).

Em números absolutos, o estado de São Paulo lidera o ranking nacional com 77.189

atendimentos, seguido pela Bahia (53.850) e pelo Rio de Janeiro (44.345).

Quando considerada a quantidade de atendimentos relativa à população feminina por estado, o Distrito Federal aparece em primeiro lugar, com 792,6 atendimentos para cada 100 mil mulheres, seguido pelo Pará (767,3) e pela Bahia (754,4).

Entre abril de 2006 e outubro deste ano, o Ligue 180 registrou 2.188.836 atendimentos. Desde janeiro de 2007, quando o sistema foi adaptado para receber demandas sobre a Lei Maria da Penha, a busca por esse tipo de serviço totalizou 438.587 ligações.

28 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Semana Nacional da Execução Trabalhista começa hoje

O presidente Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen, abre a 1ª Semana Nacional da Execução Trabalhista hoje, às 10h, no Rio de Janeiro. O lançamento vai ocorrer no Palácio da Justiça, durante a cerimônia de abertura da Semana Nacional da Conciliação, atendendo a convite do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso.

A solenidade marcará o início das atividades da Semana em toda a Justiça do Trabalho, que terá como ações principais a conciliação na execução, a alimentação

do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) e o leilão nacional de bens no último dia do evento (sexta-feira, 02/12). "A experiência revela que, em muitos casos, a proposta de conciliação do juiz nos processos em fase de execução, ou seja, de cobrança coativa, é bem sucedida", afirma o presidente do TST e do CSJT. "Por isso é que, no País inteiro, os juízes do trabalho foram instados a incluir em pauta processos em execução, na tentativa de promover acordos". Em muitos estados, os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) entraram em contato com as partes, buscando sensibilizá-los a participar das audiências de conciliação.

Durante os cinco dias do mutirão, magistrados e servidores alimentarão o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que será utilizado para a emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) a partir de 4 de janeiro de 2012. A partir dessa data, o documento passa a ser obrigatório para participação das empresas em licitações públicas. "A certidão será nacional, unificada, gratuita e eletrônica", explica o ministro Dalazen. "Ela será expedida tomando como referência uma base de dados centralizada no TST, que, por sua vez, receberá os dados referentes a cada um dos 2,5 milhões de processos em fase de execução.

TRT-PR prevê acordo em 3 mil processos

De 28 de novembro a 2 de dezembro ocorre, no Tribunal Regional do Trabalho, o 2º Circuito da Conciliação. O objetivo é conseguir o maior número possível de acordos, promovendo a cultura da conciliação, durante a Semana Nacional da Conciliação organizada pelo Conselho Nacional de Justiça em todo o Brasil. Neste ano, o foco principal é a inclusão de processos em fase de execução nas tentativas conciliatórias. Também de 28 de novembro a 2 de dezembro será realizada a Semana Nacional da Execução.

No Paraná, as audiências ocorrem simultaneamente em 36 unidades judiciárias (34 Varas do Trabalho e os Juízes Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau – JACs 1 e 2). Em Curitiba, as audiências ocorrerão nos Juízes de Conciliação, na Avenida Vicente Machado, 400, no prédio anexo, 6º andar, das 9 às 17 horas. Também irão ocorrer na 5ª, 7ª, 8ª, 12ª e 13ª Varas do Trabalho.

Dentre os três mil processos em negociação, há um cujo pedido veio de forma inusitada. O ex-sócio de uma empresa de importação e exportação alimentícia quer o desbloqueio de sua conta bancária e fez, ele mesmo, o pedido à Justiça em um papel escrito a mão. Sem advogado e sem mais nenhum vínculo com a empresa, solicitou uma conciliação. Na Justiça do Trabalho, é possível peticionar sem a assistência de um advogado.

CONJUR

Greve de juízes deixa sociedade refém, diz Dalazen

25 NOV 2011

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, disse nessa sexta-feira (25/11) que a greve de juízes trabalhistas é "injustificável". Ele também sinalizou que o salário dos magistrados que aderirem ao movimento grevista pode ser cortado, a exemplo do que ficou decidido em relação ao corte do ponto dos servidores em greve.

A resolução de cortar o salário dos já foi aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em relação a greve dos servidores. Atualmente, servidores de dez dos 24 tribunais regionais do Trabalho (TRT's) do país estão em greve pela aprovação do plano de cargos e salários da categoria, que prevê aumento de cerca de 50% nos salários.

A maioria dos trabalhadores aderiu ao movimento em outubro, mas há casos, como o da Justiça do Trabalho da Bahia, em que a greve começou em junho. Em Salvador, funcionários de 50 das 80 varas do Trabalho estão em greve. Na cidade de São Paulo, das 90 varas, apenas 21 estão funcionando.

"O juiz, diferentemente do servidor, é um agente de Estado e não pode e não deve deflagrar greve. A greve do magistrado deixa a sociedade refém da magistratura e é injustificável", considerou o ministro, ao comentar a paralisação convocada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) para quarta-feira (30/11).

Cerca de 3,6 mil juízes trabalhistas ameaçam cruzar os braços para cobrar aumento salarial e melhores condições de trabalho. A expectativa é que cerca de 20 mil audiências sejam suspensas em todo o país, caso a greve seja deflagrada.

Dalazen disse que os juízes que aderirem à paralisação também ficarão sujeitos a responsabilização administrativa pelas corregedorias locais.

Segundo a Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), esse foi o mecanismo escolhido para pressionar o governo. A nota informativa diz que "ao represarem todas as intimações e citações dirigidas à União estarão comprometendo a concessão de benefícios previdenciários, o ingresso de recurso aos cofres públicos, decorrentes de corrupção e sonegação, entre outros transtornos, que serão suportados por toda a sociedade, incompatível, assim, com quem almeja zelar pela defesa do interesse público".

Na nota divulgada pela Ajufe, na quarta-feira (19/10), a entidade lembra que o direito de greve é assegurado pela Constituição e abrange a paralisação total ou parcial das atividades. "Deve-se lembrar que esse direito foi assegurado por decisões dos próprios

Juízes Federais aos advogados públicos nas sucessivas greves por estes deflagradas nos últimos cinco anos", diz. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

CONJUR

Liminar garante horário especial para aluno adventista

25 NOV 2011

Uma liminar da 3ª Vara Federal em Bauru (SP) garantiu ao estudante Q.A.M. o direito de ter o período de sabbath (dia semanal de descanso para determinadas religiões) na Universidade do Sagrado Coração – USC e ausentar-se dos compromissos acadêmicos das 18h das sextas-feiras às 18h dos sábados.

O juiz federal Marcelo Freiberger Zandavali utilizou-se de dois tratados internacionais aos quais o Brasil faz parte (Pacto de São José da Costa Rica e Pacto sobre Direitos Cívicos e Políticos), além do artigo 19 da Constituição Federal (estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público) e da Lei 12.142/2005, do estado de São Paulo (estabelece períodos para a realização de concursos ou processos seletivos para provimento de cargos públicos e de exames vestibulares no âmbito do Estado e dá outras providências).

“Da leitura dos preceitos normativos conclui-se que ao Estado brasileiro é expressamente proibido outorgar privilégios que indiquem preferência, dos responsáveis pela condução dos negócios públicos, em favor desta ou daquela orientação religiosa. De outro giro, ao Estado é imposta a obrigação negativa de não impedir a profissão de quaisquer tipos de fé religiosa, inclusive garantindo o direito de manifestação da própria crença, em público ou privado”, diz a liminar.

Em seu pedido, o estudante informa que é adventista do Sétimo Dia e seguidor do sabbath. Segundo ele, a Universidade ao qual é aluno indeferiu seus pedidos de substituição das presenças no período solicitado por trabalhos e/ou pesquisas semanais, bem como aplicação de provas em outro dia que não seja na sexta-feira à noite.

Na opinião do juiz, a marcação de provas em datas diversas do sábado e a substituição da presença em sala de aula por trabalhos complementares em nada interferem com os interesses de outros alunos e não constituem vantagem para o estudante, não se podendo falar em privilégio. “A instituição de ensino não veria sua situação agravada em razão de atender os pedidos alternativos da impetrante. Estão ao seu pleno alcance formular trabalhos complementares e marcar avaliações para dias distintos do sábado. Trata-se de providências corriqueiras da vida acadêmica, e que não dificultam o modo pelo qual a Universidade presta seu serviço de ensino superior”. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-SP.*

Mandado de Segurança 0008677-23.2011.403.6108